



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA**
14/05/2025 16:51

**SULA PATRÍCIA MACIEL**
14/05/2025 16:52

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: **20/05/2025.**

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: **08:00 às 14:00h.**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa segue detalhado no item 4 do Termo de Referência anexo ao presente Aviso de Contratação Direta.

Item	Descrição do Objeto	Quant.
1	<p>Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits;• Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho;• Fabricante: Trimble;• Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;• Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;• Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;• Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;• Fornecimento do software em sua versão mais atual;• Fornecimento de todos os manuais e documentos	02 unidades





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	<p>técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação.</p> <p>Estimativa de entrega:</p> <p>O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante.</p> <p>Demais características conforme Termo de Referência e documentação processual.</p>	
--	--	--

- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico e as constantes do termo de referência, prevalecerão as do termo de referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Por se tratar de aquisição com valor estimado de até R\$80.000,00 a disputa deverá ser feita exclusivamente para ME/EPP.
- 1.5. Informações técnicas referente ao objeto deverão ser obtidas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, com o servidor Edivan Carlos Cassaro e-mail: Edivan.Cassaro@trt12.jus.br, telefone: (48) 3216-4323

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.2.5. sociedades cooperativas.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1.O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
 - 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que prevê o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens e/ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8.Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9.No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
 - 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.





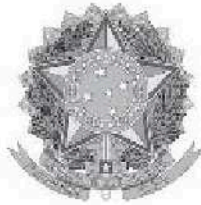
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 3.9.2.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R \$0,01 (um centavo)*.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, e de documentos complementares, constantes do Termo de Referência, se necessário.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis ou desconformidades com as exigências deste Aviso e seus anexos;
- 5.5.2. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será solicitada a manifestação escrita da área técnica ou demandante, conforme o caso.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo I - Documentação Exigida para Habilitação** e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensão, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a nota de empenho.
- 7.2. A nota de empenho será publicada no site deste Tribunal no endereço eletrônico URL <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta>





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.3.A comunicação da publicação da(s) Nota(s) de Empenho será feita exclusivamente para o endereço de correio eletrônico, informado pelo fornecedor na proposta, constando o prazo e endereço de entrega do objeto da contratação.

7.4.O Aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 7.4.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5.Para emissão da nota de empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1.Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, referente ao enquadramento como ME/EPP ou o





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2.O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2. Multa de mora e por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12, conforme especificado no Termo de Referência;
 - 8.2.2.1. Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual.
 - 8.2.2.2. Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato.
 - 8.2.2.3. Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato.
 - 8.2.2.4. Multa de 1% do valor da nota fiscal, pela não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista durante a vigência da contratação, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.
 - 8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados, previsto na Lei 13709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, incidirá nas seguintes penalidades:
- 8.5.1. até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, **na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual.** Serão aplicadas por ocorrência, aplicando em dobro nos casos de reincidência, não excluindo a responsabilidade da empresa pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD ;
- 8.5.2. até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, **na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.** Serão aplicadas por ocorrência, aplicando em dobro nos casos de reincidência, não excluindo a responsabilidade da empresa pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.
- 8.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e Portaria Presi 340/2022.
- 8.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

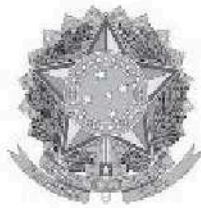
9. DA ENTREGA DO OBJETO

- 9.1. Após a disponibilização da Nota de Empenho, o objeto da presente licitação deverá ser entregue pelo licitante vencedor:
 - 9.1.1. O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados **suporte@trt12.jus.br** nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante.
- 9.2. Os prazos de adimplemento das obrigações admitem prorrogação nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições de execução ou entrega, ou de impedimento de execução do objeto por fato ou ato da Administração ou de terceiro, comprovado por documento contemporâneo à sua ocorrência, devendo a solicitação ser apresentada até o vencimento da obrigação.
 - 9.2.1. Eventual solicitação de prorrogação de prazo de execução ou entrega deverá ser endereçada à Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC por meio de mensagem eletrônica para o endereço clc@trt12.jus.br

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.
 - 10.1.1. Para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);
 - 10.1.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidades pela falta de juntada ao sistema no prazo;
 - 10.1.3. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.
 - 10.1.4. As notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD.
 - 10.1.5. Os procedimentos para cadastramento junto ao portal do SIGEO JT estão disponíveis neste endereço eletrônico, <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kb/primeiro-acesso/>
 - 10.1.6. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;



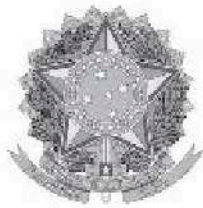


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 11.2.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 11.2.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
 - 11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 11.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 11.3.As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.4.O tratamento dos dados pessoais coletados em decorrência da presente contratação está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
- 11.5.Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.
- 11.6.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.7.Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.8.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.9.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.10.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

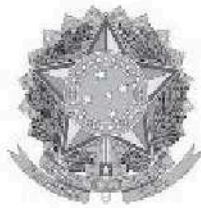
- 11.11. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.12. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.
- 11.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.15.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
 - 11.15.2. ANEXO II - Modelo de proposta;
 - 11.15.3. ANEXO III - Termo de Referência.

Florianópolis, 09 de maio de 2025.

Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Diretor da CLC

Sula Patrícia Maciel
Seção de Compra Direta





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

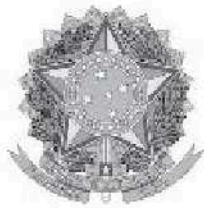
1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e/ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.8 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* serão dispensadas nas contratações para entrega imediata e nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa, conforme artigo Art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:	
CNPJ:	ME/EPP () sim () não
Fone:	E-mail:
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:

DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE

Banco:	Os dados bancários indicados deverão ser, necessariamente, do proponente. Não serão realizados pagamentos em conta bancária de terceiros, de titularidade diferente.
Agência:	
C/C:	

OBJETO

Item	Especificação	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações: • Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits; • Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho; • Fabricante: Trimble; • Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;	02		





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<ul style="list-style-type: none">• Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;• Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;• Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;• Fornecimento do software em sua versão mais atual;• Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação. <p>Estimativa de entrega:</p> <p>O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante.</p> <p>Demais características conforme Termo de Referência e documentação processual.</p>			
--	--	--	--

- Informar o preço finalizado na dispensa eletrônica.
- Divergências entre preço unitário e total, prevalecerá o resultado da multiplicação do preço unitário com duas casas decimais, pela quantidade.

VALIDADE DA PROPOSTA E PRAZO DE ENTREGA

Validade da Proposta: _____ dias corridos. (pelo menos 60 dias corridos)
Prazo para entrega do objeto: _____ dias corridos. (no máximo 30 dias corridos)

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Nome do responsável: _____
CPF: _____

CIDADE E DATA:

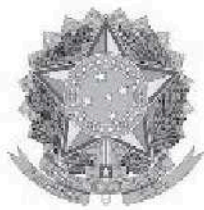




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Cidade:	Data:
---------	-------





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA





Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

Solicitação de Desclassificação por Uso de Robôs de Lance – Dispensa Eletrônica nº 90007/2025

licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br>

20 de maio de 2025 às 14:32

Para: "clc@trt12.jus.br" <clc@trt12.jus.br>

Cc: "suporte@trt12.jus.br" <suporte@trt12.jus.br>

Prezados,

Encaminho, por meio deste e-mail, manifestação formal da empresa **LEONARDO PASSOS GOEBEL – ME (CNPJ: 53.652.870/0001-01)**, referente à **Dispensa Eletrônica nº 90007/2025**, realizada por essa respeitável UASG 80013 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

O documento anexo expõe, com base em evidências registradas e dispositivos legais aplicáveis, o uso de **mecanismos automatizados (robôs de lance)** pela empresa **Tech Soluciones Ind Com e Serviços LTDA (CNPJ: 59.455.602/0001-86)**, comportamento este que compromete a lisura do certame, infringe os princípios da isonomia e competitividade, e demanda a devida apuração.

Solicitamos a análise criteriosa do conteúdo e, se for o caso, a adoção das providências legais cabíveis, conforme requerido no documento.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e envio complementar de provas, caso necessário.

Atenciosamente,

**Leonardo Passos Goebel**

Diretor Executivo | Licentech

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



2 anexos



Screenshot_1.png
83K



Recurso LICENTECH - Maia Advocacia - TRT12.pdf
197K





Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

Recurso Complementar – Dispensa Eletrônica nº 90007/2025 – Irregularidades Técnicas e Documentais

licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br>

21 de maio de 2025 às 15:07

Para: "clc@trt12.jus.br" <clc@trt12.jus.br>

Cc: "suporte@trt12.jus.br" <suporte@trt12.jus.br>

Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento à Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, protocolamos o recurso complementar em anexo, referente ao processo em que a empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL – ME participa.

Neste documento, apresentamos fundamentação técnica detalhada acerca da nova irregularidade identificada na empresa atualmente classificada em 1º lugar, Tech Soluciones Ind Com e Serviços LTDA, especialmente quanto à ausência de comprovação de autorização oficial da fabricante Trimble para fornecimento do software SketchUp Pro, objeto central do certame.

Ressaltamos que essa nova constatação soma-se à irregularidade já apontada em recurso anterior — o uso indevido de robôs de lance, que prejudica a competitividade e os princípios do certame.

Diante disso, solicitamos que este recurso complementar seja analisado conjuntamente com o recurso já protocolado, para que a Administração possa considerar a totalidade dos fatos e garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, moralidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

Requeremos, ainda, a suspensão da homologação do certame, caso esta ainda não tenha sido realizada, até o encerramento da análise dos recursos apresentados, bem como a ciência e o parecer do setor jurídico e da assessoria técnica deste Tribunal.

Nos colocamos inteiramente à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos ou documentos adicionais que se fizerem necessários para subsidiar a tomada de decisão.

Agradecemos a atenção dispensada e reiteramos a confiança na seriedade e transparência com que este Tribunal conduz seus processos licitatórios.

Atenciosamente,

Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | Licentech

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



Novo Recurso LICENTECH - Maia Advocacia - TRT12.pdf
194K



PROAD 6059/2025

Assunto: Aquisição de 2 (duas) licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble - 36 meses

Senhor Pregoeiro,

Em atendimento à solicitação de análise e manifestação (marcador 13) da proposta da empresa **Tech Soluciones Ind Com e Servicios Ltda** (marcador 12) para o fornecimento de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro da fabricante Trimble a serem utilizadas na Secretaria de Projetos e Obras pelo período de 36 meses, referente ao processo de Compra Direta 90007/2025, a equipe técnica manifesta-se nos seguintes termos:

- Descrição técnica conforme edital;
- Preço dentro do valor estimado da compra;
- Garantia de 36 meses, conforme edital a garantia irá vigorar durante a vigência da licença de uso do software;
- Demais atributos atendem às especificações propostas na contratação.

A equipe técnica da contratação **APROVA** a proposta da empresa Tech Soluciones Ind Com e Servicios Ltda. Não foram exigidas qualificações técnicas específicas para o fornecimento dos itens da contratação.

A equipe técnica informa que recebeu dois e-mails da empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL – ME (marcadores 14 e 15), nos quais a mesma comunica que protocolou dois recursos no processo. Chamamos a atenção para que a CLC avalie os pedidos.

Em 22/5/2025.

PAULO
RENATO
MANFRÉ
22/05/2025 14:36

ALEX
ANDRADE
SIQUEIRA
CAMPOS
22/05/2025 14:41

EDIVAN
CARLOS
CASSARO
22/05/2025 14:42



Alex Andrade Siqueira Campos
Integrante Técnico

Paulo Renato Manfro
Integrante Técnico - Substituto

Edivan Carlos Cassaro
Coordenador do Suporte



Prezado(a) Senhor(a),

Em resposta a empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL, que protocolou dois pedidos de desclassificação da empresa Tech Soluciones detentora da proposta vencedora na Dispensa Eletrônica nº **90007/2025**, CD-6059/2025 (Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble) em andamento neste Tribunal.

Primeiramente, registra-se que as solicitações foram encaminhadas via e-mail à Coordenadoria de Licitações e Contratos com cópia à Coordenadoria de Suporte deste Regional nos dias 20/05/2025 às 14:32 e 21/05/2025 às 15:07.

Trata o primeiro pedido de desclassificação da Empresa Tech Soluciones, melhor classificada no SDE do [Compras.gov](https://compras.gov.br), bem como a adoção de medidas legais cabíveis diante do alegado pela Empresa Leonardo Passos Goebel. Já o segundo pedido, solicita a desclassificação da Empresa já citada em função de irregularidades técnicas e documentais relativamente à ausência de comprovação de autorização oficial da fabricante Trimble para o fornecimento do software Sketchup Pro. Reforça ainda o alegado no primeiro pedido.

Isto posto, passa-se a análise de ambas alegações.

Relativamente ao primeiro pedido, a empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL alega que foi usado robôs no processo da dispensa eletrônica, na fase de lances, pela empresa vencedora do certame, Tech Soluciones. Esclarecemos que a utilização de sistemas de automatização de lances refoge ao controle do Agente de Contratação, tendo em vista que o TRT12 é apenas usuário do Portal de Compras do Governo Federal, sendo a sua operacionalização de responsabilidade do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg. De todo modo, não há norma proibindo a utilização de sistemas de automatização de lances (robôs), sua prática está prevista tanto na IN 67/2021, art. 9º, II; como na IN 73/2022, art. 19, II. Do teor de suas disposições, se pode inferir que o uso de robôs em licitações não tem o condão de ferir a isonomia dos certames.

Já no segundo pedido, alega que a empresa melhor classificada não comprovou que possui autorização oficial da fabricante Trimble para fornecimento do **software SketchUp Pro**, objeto central do certame. Ressalta-se que essa exigência não consta no Aviso de Contratação Direta, sendo a proposta da empresa vencedora do certame aprovada pela área técnica do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

MAURICIO
LUIZ
MORESCO
26/05/2025 17:10

FERNANDO
SCHULTZ
OLIVEIRA
SOEZA
26/05/2025 17:12



A equipe técnica ressaltou, no parecer de aprovação da proposta comercial da empresa Tech Soluciones, que “não foram exigidas qualificações técnicas específicas para o fornecimento dos itens da contratação” e que todas as especificações propostas na contratação foram, de fato, cumpridas pela proposta da empresa Tech Soluciones, vencedora do certame.

Diante de todo o exposto e não havendo razões para desclassificação da Empresa melhor classificada, mantemos a ordem de classificação.

Comunique-se.

Em 26/05/2025.

Maurício Luiz Moresco
Agente de Contratação
Seção de Compra Direta

Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Coordenador de Licitações e Contratos



CNPJ: 53.652.870/0001-01
Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 9342-9227
E-mail: licitacoes@licentech.com.br

À
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão acima citado.

Razão Social:	53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL	CNPJ:	53.652.870/0001-01
Representante Legal:	LEONARDO PASSOS GOEBEL	CPF:	856.857.200-68
Endereço Completo:	Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Cep 91180-640 Porto Alegre, RS		
Inscrição Estadual Nº:	RSN2560006654	Telefone:	(51) 9 9342-9227
Inscrição Municipal Nº:	RSN2553829439	E-mail:	licitacoes@licentech.com.br
Banco:	Banco do Brasil - 001	Agência:	2663-8
Conta-Corrente:	35866-5		

1. **PLANILHA DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64	Unidade	02	6.159,87	12.319,74



CNPJ: 53.652.870/0001-01**Endereço:** Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS**Telefone:** (51) 9342-9227**E-mail:** licitacoes@licentech.com.br

	<p>bits;</p> <ul style="list-style-type: none">● Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho;● Fabricante: Trimble;● Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;● Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;● Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;● Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;● Fornecimento do software em sua versão mais atual;● Fornecimento de todos os manuais e documentos <p>02 unidades</p> <p>Pág. 1</p> <p>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO</p> <p>COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS</p> <p>técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação.</p> <p>Estimativa de entrega:</p>				
--	---	--	--	--	--



CNPJ: 53.652.870/0001-01**Endereço:** Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS**Telefone:** (51) 9342-9227**E-mail:** licitacoes@licentech.com.br

	<p>O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até</p> <p>10 dias contados da comunicação, via email, da emissão</p> <p>da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante.</p> <p>Demais características conforme Termo de Referência e documentação processual.</p>				
Valor líquido dos itens:					12.319,74



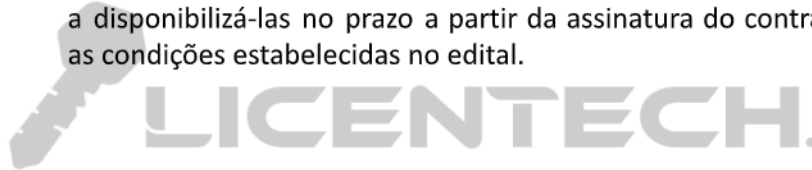
CNPJ: 53.652.870/0001-01
Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 9342-9227
E-mail: licitacoes@licentech.com.br

2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

2.1 A presente proposta é válida por **60(sessenta)** dias contados da data de sua apresentação.

2.2 Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- a) examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renúncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação.
- c) que na qualidade de parceira oficial, garante que todas as licenças fornecidas são legítimas e adquiridas diretamente da fabricante.
- d) declarou estar plenamente ciente e de acordo com o prazo de entrega estipulado para o fornecimento das licenças, comprometendo-se a disponibilizá-las no prazo a partir da assinatura do contrato, conforme as condições estabelecidas no edital.



Porto Alegre, 27 de Maio de 2025

Assinado de forma digital por
Leonardo Passos
Goebel:85685720068
Dados: 2025.05.27 15:36:04 -03'00'

Leonardo Passos Goebel - Sócio Administrador



CNPJ: 53.652.870/0001-01

Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS

Telefone: (51) 9342-9227

E-mail: licitacoes@licentech.com.br





April 02, 2025

To Whom It May Concern:

53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL.

Rua Jose Gelain, 114, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 91180-640, Brazil

This certification is issued at the request of **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL**. Trimble Inc. hereby certifies that the authorized reseller **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL** is duly authorized to supply the **SketchUp Pro Software License** and other official **Trimble products**.

This resale is being carried out in full compliance with the terms and conditions established by the software manufacturer and in accordance with the current regulations governing the commercialization and distribution of software licenses within the national territory.

We attest to the credibility and capability of the authorized reseller in the delivery and support of the aforementioned software, ensuring that all licenses are genuine and legally acquired, as required by the manufacturer.

We remain at your disposal for any additional clarification.


Christopher Brashar (April 02, 2025 10:09 AD)

Global Programs Manager at SketchUp/Trimble

April 02, 2025
Duly Authorized,
Trimble Inc.

Your privacy is important to us. For more information, please refer to Trimble's Privacy Statement: <https://trimble.com/privacy.aspx>



SDE N° 90007/2025 - Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble.

 MAURÍCIO
LUIZ
MORESCO
27/05/2025 16:14

À Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, para manifestação sobre a proposta de preço formalizada pela empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ: 53.652.870/0001-01, atual vencedora do item 1 (software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble).

Focar a análise nos requisitos técnicos do produto ofertado, assim como no preço, garantia e demais condições. Avaliar se todos os atributos atendem às especificações propostas na contratação. Solicita-se, assim, manifestação conclusiva quanto à conformidade das propostas apresentadas.

Em 27-05-2025

Maurício Luiz Moresco

Seção de Compra Direta.



PROAD 6059/2025

Assunto: Aquisição de 2 (duas) licenças de software de arquitetura e engenharia: SketchUp-Pro da empresa Trimble - 36 meses

Senhor Pregoeiro,

Em atendimento à solicitação de análise e manifestação (marcador 13) da proposta da empresa **Leonardo Passos Goebel – ME** (marcador 18) para o fornecimento de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro da fabricante Trimble a serem utilizadas na Secretaria de Projetos e Obras pelo período de 36 meses, referente ao processo de Compra Direta 90007/2025, a equipe técnica manifesta-se nos seguintes termos:

- Descrição técnica conforme edital;
- Preço dentro do valor estimado da compra;
- Garantia de 36 meses, conforme edital a garantia irá vigorar durante a vigência da licença de uso do software;
- Demais atributos atendem às especificações propostas na contratação.

A equipe técnica da contratação **APROVA** a proposta da empresa Leonardo Passos Goebel – ME.

Em 28/5/2025.

Alex Andrade Siqueira Campos
Integrante Técnico

Paulo Renato Manfro
Integrante Técnico - Substituto

Edivan Carlos Cassaro
Coordenador do Suporte

 **PAULO
RENATO
MANFRO**
28/05/2025 18:18

 **ALEX
ANDRADE
SIQUEIRA
CAMPOS**
28/05/2025 18:45

 **EDIVAN
CARLOS
CASSARO**
29/05/2025 13:09





PROAD n. 9472/2025 DOC 9. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.CTVD.YPWZ:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 80013 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO
DISPENSA 90007/2025

MAURICIO
LUIZ
MORESCO
29/05/2025 16:14

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não
UF da UASG: SC
Objeto da compra: Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble (EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NO SISTEMA ELETRÔNICO E AS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECERÃO AS DO TERMO DE REFERÊNCIA).
Entrega de propostas: De 14/05/2025 às 13:41 até 20/05/2025 às 07:59
Abertura da sessão pública: Dia 20/05/2025 às 08:00 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	20/05/2025 às 08:00:01	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	20/05/2025 às 14:02:51	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
20/05/2025 às 08:00:01	Abertura da sessão pública
20/05/2025 às 14:02:51	Início da etapa de julgamento de propostas



Item 1 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Quantidade:	2	Valor estimado:	R\$ 6.265,4000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 12.530,8000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100	Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF ***.102.***6 - MAURICIO LUIZ MORESCO para 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01, melhor lance: R\$ 6.159,8700 (unitário) / R\$ 12.319,7400 (total)

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
49.006.412/0001-28 - 49.006.412 CLEVYSSON DE ALENCAR ALVES DO NASCIMENTO UF endereço: DF	Sim	R\$ 50.000,0000	
52.997.838/0001-03 - 52.997.838 IDES DE MORAIS FERNANDES UF endereço: DF	Sim	R\$ 7.000,0000	
53.652.870/0001-01 - 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL UF endereço: RS	Sim	R\$ 6.200,0000	Proposta adjudicada
54.534.926/0001-96 - 54.534.926 DOMINGOS ERLETE ALELUIA UF endereço: ES	Sim	R\$ 15.000,0000	
05.763.587/0001-04 - AGEBOX SERVICOS DE INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 9.977,0000	
58.123.453/0001-95 - CAST NOW EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 6.265,4000	
27.390.371/0001-83 - H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA UF endereço: AM	Sim	R\$ 6.218,0000	
Descrição detalhada:			
48.510.951/0001-37 - JULIO C. DE SOUZA TECNOLOGIA UF endereço: SP	Sim	R\$ 7.260,0000	



Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
Descrição detalhada:			
49.316.139/0001-38 - L P SOLUCOES INTEGRADAS LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 8.000,0000	
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA UF endereço: PE	Sim	R\$ 10.000,0000	
52.552.848/0001-27 - R. S. SOUSA LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 6.260,0000	
Descrição detalhada:			
59.455.602/0001-86 - TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA UF endereço: PR	Sim	R\$ 6.265,2000	Fornecedor inabilitado
37.912.883/0001-16 - THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 7.500,0000	
49.001.169/0001-55 - ZYG SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 7.800,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
20/05/2025 às 11:36:35	52.552.848/0001-27	R\$ 6.240,0000
20/05/2025 às 11:36:48	52.552.848/0001-27	R\$ 6.180,0000
20/05/2025 às 11:36:56	52.552.848/0001-27	R\$ 6.179,0000
20/05/2025 às 12:36:02	49.316.139/0001-38	R\$ 6.999,9900
20/05/2025 às 13:09:37	53.652.870/0001-01	R\$ 6.178,0000
20/05/2025 às 13:30:01	12.007.998/0001-35	R\$ 8.803,2000
20/05/2025 às 13:31:51	49.006.412/0001-28	R\$ 6.177,9000
20/05/2025 às 13:44:21	52.552.848/0001-27	R\$ 6.175,0000
20/05/2025 às 13:48:04	49.001.169/0001-55	R\$ 6.265,0000



Data/hora	Participante	Lance
20/05/2025 às 13:49:24	48.510.951/0001-37	R\$ 6.265,0000
20/05/2025 às 13:52:49	53.652.870/0001-01	R\$ 6.174,0000
20/05/2025 às 13:54:46	52.552.848/0001-27	R\$ 6.170,0000
20/05/2025 às 13:58:06	52.552.848/0001-27	R\$ 6.160,0000
20/05/2025 às 13:58:45	53.652.870/0001-01	R\$ 6.159,9900
20/05/2025 às 13:59:54	59.455.602/0001-86	R\$ 6.159,9600
20/05/2025 às 13:59:55	53.652.870/0001-01	R\$ 6.159,9500
20/05/2025 às 13:59:55	59.455.602/0001-86	R\$ 6.159,9400
20/05/2025 às 13:59:55	59.455.602/0001-86	R\$ 6.159,9200
20/05/2025 às 13:59:55	53.652.870/0001-01	R\$ 6.159,9100
20/05/2025 às 13:59:55	59.455.602/0001-86	R\$ 6.159,8800
20/05/2025 às 13:59:56	53.652.870/0001-01	R\$ 6.159,8700
20/05/2025 às 13:59:56	59.455.602/0001-86	R\$ 6.159,8400

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	20/05/2025 às 14:00:39	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 59.455.602/0001-86	20/05/2025 às 14:10:20	Sr. Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 14:10:00 do dia 21/05/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta para este item com todas as especificações do objeto. Informar todos os dados solicitados no modelo da proposta constante do Aviso de Contratação Direta..
Pelo participante 59.455.602/0001-86	21/05/2025 às 13:38:12	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:38:12 de 21/05/2025. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86.
Pelo participante 59.455.602/0001-86	21/05/2025 às 13:39:15	Senhor pregoeiro solicitamos reabertura pois foi encerrado o envio de forma indevida
Sistema para o participante 59.455.602/0001-86	21/05/2025 às 15:42:29	Sr. Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:41:00 do dia 22/05/2025. Justificativa: Para envio de documentação.
Sistema para o participante 59.455.602/0001-86	22/05/2025 às 15:41:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:41:00 de 22/05/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86.
Sistema para o participante 59.455.602/0001-86	26/05/2025 às 15:28:41	Sr. Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:26:00 do dia 27/05/2025. Justificativa: Favor enviar a documentação exigida para habilitação (Anexo I do Aviso de Contratação Direta).
Sistema para o participante 59.455.602/0001-86	27/05/2025 às 15:26:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:26:00 de 27/05/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86.
Sistema para o participante 53.652.870/0001-01	27/05/2025 às 15:29:07	Sr. Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:28:00 do dia 28/05/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta para este item com todas as especificações do objeto. Informar todos os dados solicitados no modelo da proposta constante do Aviso de Contratação Direta..



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 53.652.870/0001-01	27/05/2025 às 15:38:13	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:38:13 de 27/05/2025. 52 anexos foram enviados pelo fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01.
Pelo participante 53.652.870/0001-01	27/05/2025 às 15:38:42	Boa tarde pregoeiro, segue anexos pertinentes! Qualquer esclarecimento adicional estamos a disposição
Sistema para o participante 53.652.870/0001-01	27/05/2025 às 15:43:33	Encaminhamos sua proposta à equipe técnica para análise quanto as especificações
Pelo participante 53.652.870/0001-01	27/05/2025 às 15:56:52	certo, obrigado! qualquer esclarecimento adicional basta nos chamar

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
20/05/2025 às 14:00:39	Item com etapa aberta encerrada.
20/05/2025 às 14:00:39	Item encerrado para lances.
20/05/2025 às 14:10:20	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:10:00 do dia 21/05/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta para este item com todas as especificações do objeto. Informar todos os dados solicitados no modelo da proposta constante do Aviso de Contratação Direta..
21/05/2025 às 13:38:12	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 finalizou o envio de anexo.
21/05/2025 às 15:42:29	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:41:00 do dia 22/05/2025. Justificativa: Para envio de documentação.
26/05/2025 às 15:26:23	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 6.159,8400. Motivo: Por apresentar proposta com as especificações solicitadas..
26/05/2025 às 15:28:41	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:26:00 do dia 27/05/2025. Justificativa: Favor enviar a documentação exigida para habilitação (Anexo I do Aviso de Contratação Direta).
27/05/2025 às 15:27:19	Fornecedor TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA, CNPJ 59.455.602/0001-86 foi inabilitado. Motivo: Por não apresentar documentação exigida para habilitação no Aviso de Contratação Direta..
27/05/2025 às 15:29:07	Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:28:00 do dia 28/05/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta para este item com todas as especificações do objeto. Informar todos os dados solicitados no modelo da proposta constante do Aviso de Contratação Direta..
27/05/2025 às 15:38:13	Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01 finalizou o envio de anexo.
29/05/2025 às 14:24:44	Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 6.159,8700. Motivo: Por apresentar proposta com as especificações solicitadas..
29/05/2025 às 14:26:58	Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01 foi habilitado.
29/05/2025 às 15:32:06	Fornecedor 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53.652.870/0001-01 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 6.159,8700.
29/05/2025 às 15:32:18	Item homologado.



1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
49.006.412/0001-28 - 49.006.412 CLEVYSSON DE ALENCAR ALVES DO NASCIMENTO Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 16:43	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
52.997.838/0001-03 - 52.997.838 IDES DE MORAIS FERNANDES Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 15:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
53.652.870/0001-01 - 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL Porte Empresa: ME ou EPP	15/05/2025 03:18	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
54.534.926/0001-96 - 54.534.926 DOMINGOS ERLETE ALELUIA Porte Empresa: ME ou EPP	18/05/2025 22:11	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
05.763.587/0001-04 - AGEBOX SERVICOS DE INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 07:49	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.123.453/0001-95 - CAST NOW EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 19:50	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
27.390.371/0001-83 - H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	17/05/2025 22:02	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.510.951/0001-37 - JULIO C. DE SOUZA TECNOLOGIA Porte Empresa: ME ou EPP	14/05/2025 15:39	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
49.316.139/0001-38 - L P SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 16:05	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 18:07	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
52.552.848/0001-27 - R. S. SOUSA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	14/05/2025 16:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
59.455.602/0001-86 - TECH SOLUCIONES IND COM E SERVICIOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 00:18	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
37.912.883/0001-16 - THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 15:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
49.001.169/0001-55 - ZYG SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 20:27	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

MAURICIO
LUIZ
MORESCO
29/05/2025 16:18

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 53.652.870/0001-01
Razão Social: 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **06/02/2026**
Natureza Jurídica: **EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**
MEI: **Sim**
Porte da Empresa: **Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/08/2025	Automática
FGTS	Validade:	03/06/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	(Isento)	Sem Informação	(*)
Receita Municipal	(Isento)	Sem Informação	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025

Emitido em: 29/05/2025 13:40

1 de 1

CNPJ: 058.XXX.XXX-46 Nome: MAURICIO LUIZ MORESCO

PROAD n. 9472/2025 DOC 11. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.VCQM.QBZQ:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 53.652.870/0001-01
Razão Social: 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor





Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil

LEONARDO PASSOS GOEBEL

CPF

856.857.200-68

CNPJ

53.652.870/0001-01

Data de Abertura

25/01/2024

Nome Empresarial

53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL

Capital Social

10.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

25/01/2024

Endereço Comercial

CEP

91180-640

Logradouro

RUA JOSE GELAIN

Número

114

Complemento

CASA

Bairro

PARQUE SANTA FE

Município

PORTO ALEGRE

UF

RS

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI**Período**

1º período

Início

25/01/2024

Fim

-

Atividades

Forma de Atuação

Televenda, Internet

Ocupação Principal

Promotor(a) de vendas, independente

Atividade Principal (CNAE)

7319-0/02 - Promoção de vendas



Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/05/2025 14:14:19

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL**
CNPJ: **53.652.870/0001-01**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.652.870/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/01/2024
NOME EMPRESARIAL 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R JOSE GELAIN	NÚMERO 114	COMPLEMENTO CASA
CEP 91.180-640	BAIRRO/DISTRITO PARQUE SANTA FE	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SUPORELPG777@GMAIL.COM	TELEFONE (51) 9342-9227	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/01/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/05/2025** às **13:41:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação de execução fiscal em tramitação contra a seguinte parte interessada:

LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ 53652870000101, Endereço - RUA JOSE GELAIN, 114 - PORTO ALEGRE.

12 de maio de 2025, às 05:28:12

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Processos e Serviços / Serviços Processuais / Emissão de Antecedentes e Certidões, informando o seguinte código de controle: **ca300725eba1cffe6a253b304a4ed6fd**

Importante: Esta certidão possui validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.



Data da consulta: 18/03/2025 16:47:28**Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz****CNPJ:** 53.652.870/0001-01

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL**Situação Atual****Situação no Simples Nacional:** Optante pelo Simples Nacional desde 25/01/2024**Situação no SIMEI:** Enquadrado no SIMEI desde 25/01/2024**+ Mais informações****Voltar****Gerar PDF**

PROAD n. 9472/2025 DOC 11. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.VCQM.QBZQ:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



April 02, 2025

To Whom It May Concern:

53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL.

Rua Jose Gelain, 114, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 91180-640, Brazil

This certification is issued at the request of **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL**. Trimble Inc. hereby certifies that the authorized reseller **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL** is duly authorized to supply the **SketchUp Pro Software License** and other official **Trimble products**.

This resale is being carried out in full compliance with the terms and conditions established by the software manufacturer and in accordance with the current regulations governing the commercialization and distribution of software licenses within the national territory.

We attest to the credibility and capability of the authorized reseller in the delivery and support of the aforementioned software, ensuring that all licenses are genuine and legally acquired, as required by the manufacturer.

We remain at your disposal for any additional clarification.


Christopher Brashar (April 02, 2025 10:09 AD)

Global Programs Manager at SketchUp/Trimble

April 02, 2025
Duly Authorized,
Trimble Inc.

Your privacy is important to us. For more information, please refer to Trimble's Privacy Statement: <https://trimble.com/privacy.aspx>



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 53.652.870/0001-01
Razão Social: LEONARDO PASSOS GOEBEL
Endereço: R JOSE GELAIN 114 / PARQUE SANTA FE / PORTO ALEGRE / RS / 91180-640

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/05/2025 a 24/06/2025

Certificação Número: 2025052623346403979207

Informação obtida em 29/05/2025 14:20:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Dispensa Eletrônica N° 90007/2025 - Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble



Sr. Diretor da CLC (Coordenadoria de Licitações e Contratos), informo que:

O item 1 foi adjudicado para a Empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ: 53.652.870/0001-01 , conforme documentos **18,19,20,21,22,23 e 24** constantes deste processo.

Item	Especificação	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	<p>Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits;• Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho;• Fabricante: Trimble;• Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;• Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;• Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;• Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;• Fornecimento do software em sua versão mais atual;• Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação.	02	6.159,87	12.319,74



	Demais características conforme Termo de Referência e documentação processual.			
TOTAL (R\$)				12.319,74

O valor total da presente contratação é de **R\$ 12.319,74**

Em 29-05-2025

Maurício Luiz Moresco

Seção de Compra Direta - SECOD



CD 6059/2025 - Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble.

Considerando o disposto no art. 72, inciso VII, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;
Considerando a publicação no Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67, de 8 de julho de 2021, e no Portal da Transparência deste Tribunal, cumpridos o dever de divulgação, publicidade e transparência dos atos administrativos tendentes à satisfação de necessidade da Administração;

Considerando que a partir destas publicações, foi oportunizada a ampla participação do mercado, em termos de oferta de preços;

Considerando que os menores preços ofertados são efetivamente adequados aos valores praticados no mercado, levando-se em conta a Estimativa Preliminares de Preços juntada aos autos do Proad 3880/2025, sob o doc. 24 (doc. 2 do presente Proad);

Considerando ainda que o objeto ofertado (especificação técnica) da proposta juntada sob marcador 18 foi aprovado pela área técnica (doc. 22 do presente Proad);

Depreende-se que o preço final está condizente com o praticado no mercado e vantajoso para a Administração, razão pela qual:

ADJUDICO o objeto da presente Dispensa de Licitação às empresas:

1. LEONARDO PASSOS GOEBEL, CNPJ: 53.652.870/0001-01, conforme proposta sob marcador 18 do referido processo:

Item	Quantidade (UN)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	2	6.159,87	12.319,74
TOTAL			12.319,74

O valor total da presente contratação é de **R\$ 12.319,74**.

HOMOLOGO os atos do presente procedimento para que produzam os efeitos jurídicos necessários.

À Seof para emissão da nota de empenho.

Em 29-5-2025.





**FERNANDO
SCHLICKMANN OLIVEIRA
SOUZA**

Assinado digitalmente em 29/05/2025 18:32

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA
Coordenador de Licitações e Contratos



PROAD n. 9472/2025 DOC 13. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.LJXL.XRMP:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

Data e hora da consulta: 30/05/2025 15:20
Usuário: ***.009.471-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
80013	84261820706GIONAL DO TRABALHO DA 12A.REGIAO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
02.482.005/0001-23	RUA ESTEVES JÚNIOR, 395 - CENTRO FLORIANÓPOLIS-SC	88015-905
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	0XX48 3216-4115

Ano	Tipo	Número
2025	NE	387

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	168105	1000000000	339040	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/05/2025	Ordinário	CD-6059/2025	-	12.319,74

Favorecido

Código	Nome	CEP
53.652.870/0001-01	53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL	91180-640
Endereço	UF	Telefone
JOSE GELAIN 114 CASA PARQUE SANTA FE	RS	61 993429227
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	61 993429227

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Parágrafo	Inciso	Alínea
139	DISPENSA DE LICITACAO	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

SETIC: SOFTWARE - Licença SketchUp Pro - Trimble (ID PAC 15307) Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN



Data e hora da consulta: 30/05/2025 15:20
Usuário: ***.009.471-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	12.319,74

Subelemento 06 - LOCACAO DE SOFTWARES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações: Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits; Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho; Fabricante: Trimble; Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças; Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE; Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble; Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download; Fornecimento do software em sua versão mais atual; Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação. O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante. Demais características conforme Termo de Referência e demais documentação processual.	12.319,74

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/05/2025	Inclusão	2,00000	6.159,8700	12.319,74

Assinaturas

Ordenador de Despesa

CARLOS EDUARDO TIUSSO

***.876.948-**

30/05/2025 15:12:43

Gestor Financeiro

ALECIO JOSE RIFFEL

***.502.639-**

30/05/2025 15:10:52





Seção de Compra Direta - Compras (COMPRAS) <compras@trt12.jus.br>

Nota de empenho 2025NE000387 - CD 6059/2025

Seção de Compra Direta - Compras (COMPRAS) <compras@trt12.jus.br>

2 de junho de 2025 às 17:24

Para: licitacoes@licentech.com.br

Cc: Jacson Pereira <jacson.pereira@trt12.jus.br>, Adalberto Knoth <adalberto.knoth@trt12.jus.br>, Alex Campos <alex.campos@trt12.jus.br>, Paulo Renato <paulo.manfro@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC <setic@trt12.jus.br>

Prezado,

Razão Social: LEONARDO PASSOS GOEBEL - CNPJ: 53.652.870/0001-01

Enviamos, em anexo, a **nota de empenho** emitida em favor desta empresa. Solicitamos a confirmação do recebimento.

Salientamos a necessidade de cadastramento prévio no SIGEO-JT e a juntada da NF neste Sistema. O pagamento somente ocorrerá após o cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados. O envio da nota fiscal deverá ocorrer pelo módulo de Execução Financeira do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

O acompanhamento do pagamento e da ordem bancária se dará por meio deste Sistema. A empresa deve manter seus dados atualizados.

Para acesso e utilização do SIGEO-JT, módulo Execução Financeira, gentileza seguir os passos descritos nos links abaixo:

1. Passo a Passo - Primeiro Acesso;
2. Passo a Passo - Vinculação ao Órgão;
3. Passo a Passo - Cadastramento e Indicação de conta bancária;
4. Passo a Passo - Como enviar documentos fiscais;
5. Passo a Passo - Informações adicionais dos documentos fiscais.

Dúvidas: Secretaria de Orçamento e Finanças (SEOF), por meio do e-mail: seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059

Fornecedor Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual

Prazo para entrega (Dias corridos): 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho.

As orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br, nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante.

Consulte o processo de Compra Direta 6059/2025 no nosso site: <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta>

--
Atenciosamente,

Seção de Compra Direta
Coordenadoria de Licitações e Contratos
TRT 12ª Região
Contatos: compras@trt12.jus.br





027 - DOCUMENTO - 2025NE000387.pdf

34K



PROAD n. 9472/2025 DOC 15. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RFY.Y.KKNS:

<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.action?mailmsgid=msg-a:r3986476441463542700&simpl=msg-a:r3986476441463542700>



Guia de Instalação e Ativação – SketchUp Pro 2025

Fornecimento Técnico: Licentech

Introdução

O **SketchUp Pro 2025** chega ao mercado com uma nova arquitetura de desempenho, melhorias gráficas, maior estabilidade e ferramentas otimizadas. Esta versão foi desenvolvida para oferecer uma experiência mais fluida, com melhorias significativas na velocidade de processamento, estabilidade em grandes projetos e aperfeiçoamentos na interface.

Este guia tem como objetivo orientar de forma simples e direta o processo de instalação e ativação do **SketchUp Pro 2025**, garantindo que o software esteja pronto para utilização com total estabilidade e funcionamento pleno.

Atualização e Reinstalação

Caso o usuário já tenha o SketchUp instalado, é fundamental conferir a versão atual do programa.

- Se a versão for muito antiga, recomenda-se uma **instalação limpa**, garantindo estabilidade e evitando conflitos.
 - Antes de atualizar ou reinstalar, **faça backup de todos os projetos e arquivos existentes**, assegurando que nenhum dado seja perdido.
 - **Sempre instale a versão recomendada do zero para garantir o melhor desempenho e funcionamento do software.**
-

Download do Instalador

O instalador do SketchUp Pro 2025 está hospedado diretamente no servidor oficial da Trimble, garantindo procedência, autenticidade e segurança.

Link oficial para download:

<https://download.sketchup.com/SketchUpFull-2025-0-575-244.exe>

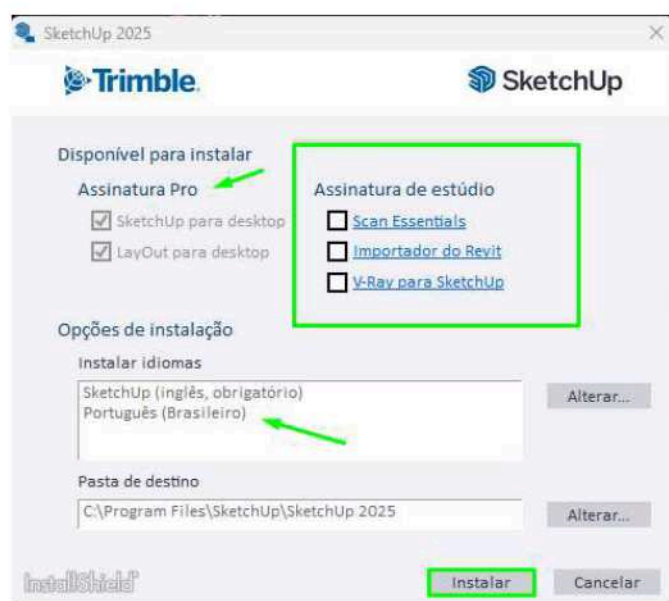


Instalação do SketchUp Pro 2025

1. Localize o arquivo:
SketchUpFull-2025-0-575-244.exe



2. Clique com o botão direito sobre o arquivo e selecione:
“Executar como Administrador”
3. Na tela inicial do instalador, clique em **“Instalar”**.



4. Aguarde até que o processo de instalação seja concluído.
5. Ao término, clique em **“Concluir”** para finalizar o instalador

Importante: Ao concluir a instalação, **não é necessário abrir o SketchUp neste momento**. Prossiga diretamente para a etapa de ativação utilizando o **Gestor Inteligente Licentech**, garantindo que o software já esteja devidamente licenciado antes do primeiro uso.





Ativação da Licença

Após a instalação, siga os passos abaixo para realizar a ativação da licença.

1. Localize o arquivo:

Gestor Inteligente Licentech

2. Clique com o botão direito sobre ele e selecione:

“Executar como Administrador”.

3. Na tela inicial, insira o código de licença fornecido para este equipamento:

LICENÇA:

LICENTECH-7G4M2RXPQ9KD1H3Z

4. Clique no botão **“Validar licença”**.

5. Após a validação, clique no botão **“Ativar agora”**.

6. O sistema realizará automaticamente todo o processo de ativação.

7. Ao final, será exibida a mensagem:

“Ativação concluída com sucesso.”

Verificando a Ativação

Para confirmar que a ativação foi realizada corretamente:

- Abra o **SketchUp Pro 2025** normalmente.
- Se o programa abrir normalmente, com todas as ferramentas liberadas e funcionamento pleno, a ativação foi concluída com êxito.

Recomendação Final – Instalação Limpa (se necessário)

Caso existam versões anteriores do SketchUp ou resíduos de instalações incompletas, utilize uma das ferramentas abaixo para realizar a remoção completa:

- **Microsoft Program Install and Uninstall Troubleshooter (Ferramenta Oficial da Microsoft):**
<https://support.microsoft.com/fixit>
- **Revo Uninstaller (Alta eficiência na remoção completa):**
<https://www.revouninstaller.com>

Este procedimento garante que a nova instalação ocorra sem conflitos, eliminando riscos de erros ou falhas no funcionamento do SketchUp Pro 2025.





Manutenção e Dicas para Melhor Performance

- **Mantenha seu sistema atualizado:** Instale as últimas atualizações do Windows e drivers de hardware.
- **Evite programas desnecessários em segundo plano:** Feche aplicativos que consomem muitos recursos.
- **Evite atualizações desnecessárias:** Algumas atualizações podem modificar drasticamente o comportamento do programa, causando travamentos, lentidão e até mesmo perda de projetos importantes. Atualizações frequentes também podem gerar incompatibilidade com projetos criados na versão atual.

Com este guia, você terá seu SketchUp 2025 instalado e ativado corretamente.

Conclusão

A ativação é definitiva durante todo o período contratado, não sendo necessário executar novamente o **Gestor Inteligente Licentech** após a conclusão deste procedimento.

Se houver qualquer dúvida, necessidade de orientação ou suporte adicional, nossa equipe técnica está à disposição para prestar todo o auxílio necessário.





Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

Fornecimento/Entrega Nota de Empenho 2025NE000387 - Software SketchUp PRO

licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br>

18 de junho de 2025 às

EDIVAN
CARLOS
CASSARO
23/06/2025 17:45

Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>

Cc: "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Kristina Cancelier <kristina.cancelier@trt12.jus.br>, "pessoal.csi"

<pessoal.csi@trt12.jus.br>, "Central de Serviços de TIC (CSI)" <csi@trt12.jus.br>, Pedro Paulo da Silva <pedro.silva@trt12.jus.br>, Ana Meira <ana.meira@trt12.jus.br>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>

Prezados(as),

Conforme alinhado previamente, informamos que, por antecipação, realizamos ontem a solicitação formal junto ao canal de suporte a parceiros da Trimble Inc. para emissão de uma declaração oficial referente à ativação da licença institucional do SketchUp Pro.

Recebemos hoje o referido documento, o qual segue anexo a este e-mail para ciência e eventuais registros por parte desse órgão.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Leonardo Passos Goebel**

Diretor Executivo | Licentech

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



On jun 18 2025, at 1:30 pm, licitacoes@licentech.com.br wrote:

Prezados(as),

Conforme alinhado previamente, informamos que, por antecipação, realizamos ontem a solicitação formal junto ao canal de suporte a parceiros da Trimble Inc. para emissão de uma declaração oficial referente à ativação da licença institucional do SketchUp Pro.

Recebemos hoje o referido documento, o qual segue anexo a este e-mail para ciência e eventuais registros por parte desse órgão.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br

LinkedIn



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



On jun 17 2025, at 7:28 pm, licitacoes@licentech.com.br wrote:

Adendo:

Reforçamos ainda que, **em nosso painel de gerenciamento interno junto à Trimble, a licença fornecida consta como devidamente ativada**, vinculada à estação de trabalho do Tribunal. Inclusive, **em uma próxima instalação, caso desejem, é possível observar essa informação novamente durante o processo de ativação**, visto que o sistema da fabricante valida a ativação e bloqueia qualquer tentativa de reutilização indevida.

Garantimos não apenas a ativação, mas também o direito às atualizações futuras, suporte técnico durante todo o período contratual e a cobertura de garantia, conforme previsto em nossa proposta e nas políticas oficiais da fabricante.

Com todo o respeito, informamos que **nunca tivemos qualquer tipo de contestação quanto à legitimidade ou efetividade das licenças fornecidas em projetos anteriores para outros órgãos públicos**, incluindo casos recentes como o fornecimento ao **TRT da 10ª Região**, que utilizou o mesmo modelo de licenciamento.

De toda forma, compreendemos a preocupação do Tribunal. Por isso, caso desejem formalizar ainda mais a comprovação, **podemos, sem problema algum, solicitar diretamente à Trimble um atestado oficial validando a ativação, vigência e características da licença fornecida ao TRT**, o que julgamos ser a maneira mais segura e definitiva de encerrar qualquer dúvida.

Permanecemos à disposição para adotar esta providência, caso considerem necessário.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br

LinkedIn

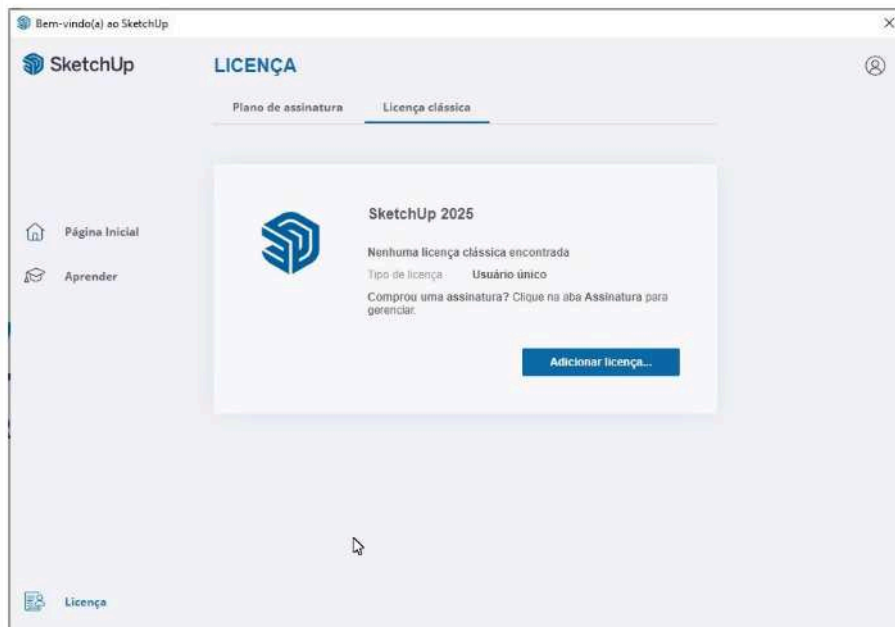


Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



On jun 17 2025, at 7:16 pm, Coordenação de Suporte Técnico Usuários T1c (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> wrote:
Prezado Leonardo,

Com todo respeito, se a licença fornecida é **clássica**, conforme o senhor mencionou, deveria ao menos aparecer alguma informação que confirmasse isso na aba de licença dentro do SketchUp, o que não ocorre, conforme pode ser observado no print de tela abaixo, pertencente ao SketchUp instalado em micro no TRT e ativado com o software enviado por vocês:



Não há informação que nos permita atestar que a licença fornecida é válida e nem que o prazo contratado está vigente.

Independente do exposto acima, não há nenhuma menção no edital e nem na proposta de que a licença fornecida deva ser a clássica. Se o modelo **Subscription** é o que permite o gerenciamento das licenças junto a Trimble, conforme o senhor menciona, então esse é o modelo de licença que deve ser fornecido.

Além disso, sem o gerenciamento das licenças junto a Trimble, não há qualquer garantia de que teremos acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças, que é mais um requisito do edital.

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenação de Suporte Técnico aos Usuários
de T1C
(48) 3216-4323

Em ter., 17 de jun. de 2025 às 18:25, licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br> escreveu:

Prezados,

Agradecemos o contato e a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos.

Gostaríamos de reforçar que o fornecimento realizado atende integralmente às especificações previstas na **Dispensa Eletrônica nº 90007/2025**, bem como aos termos da proposta comercial enviada por nossa empresa.

Sobre os pontos destacados:

1. Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE:

Informamos que, durante o processo de disponibilização das licenças junto à Trimble, realizamos o cadastro das mesmas com a identificação do órgão contratante, seguindo os procedimentos padrão exigidos pelo fabricante. Esse registro é feito no momento da geração das licenças e vinculado à titularidade do Tribunal.

2. Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble:

O modelo fornecido é a **Licença Clássica (Classic License)**, cujo gerenciamento é feito localmente, na estação onde a licença foi ativada. Diferente do modelo Subscription, as Licenças Clássicas **não possuem painel online detalhado para o usuário final acompanhar o status das ativações.**

PROAD n. 9472/2025 DOC 17. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.VHBF.MHDB:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Apenas na **versão 2024 do SketchUp** é possível visualizar, dentro da própria aplicação, um campo específico com detalhes sobre a licença ativada. Nas versões anteriores, essa informação é restrita ao software em execução e aos registros internos de ativação.

Sobre a validação da ativação:

Como já informado anteriormente, **verificamos em nosso painel que uma ativação foi realizada com sucesso no dia 17/06/2025 às 17:39:13**, vinculada diretamente a uma estação de trabalho do Tribunal.

Ressaltamos que, caso a licença não estivesse ativa ou válida, o SketchUp apresentaria mensagens claras durante a inicialização, como:

- "Sua licença expirou"
- "Modo de Avaliação (Trial)"

Como nenhuma dessas mensagens foi relatada e com a confirmação da ativação registrada, consideramos que o objeto fornecido cumpre plenamente os requisitos de funcionamento e validade.

Caso o Tribunal deseje um ateste formal adicional:

Se houver necessidade por parte do Tribunal de um documento oficial que comprove a situação das licenças (quantidade ativa, data de início e prazo de vigência), **podemos, mediante solicitação, solicitar junto ao fabricante (Trimble) uma carta de confirmação das ativações e validade das licenças contratadas.**

Nos colocamos à disposição para agendar uma sessão remota com a equipe técnica do Tribunal para validação conjunta ou para providenciar o referido ateste formal junto à Trimble, caso seja do interesse de vocês.

Seguimos à disposição.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | Licentech

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br

LinkedIn



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



On jun 17 2025, at 5:12 pm, Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> wrote:

Prezado Leonardo, boa tarde

A ativação a que o senhor se refere foi realizada ontem, durante a instalação do sketchup em um microcomputador no Tribunal, utilizando o método fornecido por vocês. Os prints de tela enviados no e-mail anterior são dessa instalação, quando buscamos a validação da licença.

Vamos nos ater ao que consta no Aviso de Contratação Direta - Dispensa eletrônica Nº 90007/2025, conteúdo este presente também na proposta encaminhada pela empresa Licentech:

"[...] 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações:

- *Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits;*
- *Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho;*
- *Fabricante: Trimble;*
- *Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;*
- **Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;**
- **Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;**
- *Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;*
- *Fornecimento do software em sua versão mais atual;*
- *Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação. [...]"*

Destacamos dois requisitos listados:

**" Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE; e
Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble; "**

As licenças enviadas não atendem a essas especificações do edital.

Solicitamos, portanto, o fornecimento das licenças no formato licitado.

Aguardamos o seu retorno o mais breve possível.

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em ter., 17 de jun. de 2025 às 10:28, licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br> escreveu:

Prezados,

Agradecemos o contato e os detalhes encaminhados.

Realizamos a verificação em nosso painel de gerenciamento interno e confirmamos que **uma ativação foi realizada com sucesso hoje, às 17:39:13**, com a licença sendo **vinculada diretamente a uma das estações de trabalho do Tribunal**, conforme previsto no modelo de licenciamento adquirido.

Por se tratar de uma **Licença Clássica (Classic License)**, o processo de validação e gestão da licença ocorre de forma **local**, diretamente na máquina onde a ativação foi efetuada. Neste formato, **não há exibição da licença no portal online da Trimble**, sendo o próprio software responsável por gerenciar a ativação.

Importante reforçar que, sempre que o SketchUp é iniciado, o sistema realiza a checagem da licença local. **Caso a licença não estivesse válida ou a ativação não tivesse sido concluída corretamente, o SketchUp apresentaria**



- "Sua licença expirou"
- "Modo de Avaliação (Trial)"

Se o SketchUp está abrindo normalmente, sem qualquer uma dessas notificações, isso confirma que a licença está devidamente ativada e funcional.

Ressaltamos ainda que **este mesmo modelo de licenciamento foi fornecido a outros órgãos públicos, incluindo o TRT da 10ª Região, que já realizaram ativações semelhantes com sucesso e atestaram o funcionamento adequado**, assim como demais instituições que vêm utilizando este formato há algum tempo.

Colocamo-nos à disposição para um acompanhamento remoto, caso o Tribunal deseje validar tecnicamente o ambiente ou necessite de orientações adicionais.

Ficamos no aguardo.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



On jun 16 2025, at 6:05 pm, Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> wrote:
Prezado Leonardo e demais, boa tarde

Considerando que as licenças atuais estão válidas até o dia **18/06**, retomamos hoje o processo de instalação das novas licenças Sketchup, adquiridas através da CD 6059/2025. Estamos encontrando dificuldades na validação das licenças enviadas.

Atualmente, através do site da Trimble, conseguimos logar com a conta autorizada do Tribunal e verificar o status de nossas licenças, inclusive as expiradas. (imagem licença sketchup em anexo).

Após realizar o procedimento disponibilizado, não conseguimos verificar a validade da licença ao abrir o SketchUp na aba "Licença", conforme pode ser observado nas imagens em anexo (Plano de assinatura e Licença clássica) e também não fomos encaminhados para nenhum novo cadastro no site da Trimble.

Solicitamos orientações de como ativar e verificar as licenças enviadas no site da Trimble/SketchUp.

Ficamos no aguardo.
Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em qua., 4 de jun. de 2025 às 18:44, Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> escreveu:

Obrigado pelo retorno, Leonardo.

Já baixamos os arquivos que foram disponibilizados.

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em qua., 4 de jun. de 2025 às 18:28, licitacoes <licitacoes@licentech.com.br> escreveu:

Agradecemos pelo contato. Seguem os esclarecimentos às dúvidas apresentadas:

1. Vigência das Licenças

As licenças adquiridas passam a ter validade a partir da data de ativação, ou seja, quando forem efetivamente ativadas no sistema. No entanto, no sistema de gestão (Gestor), a emissão e o registro ficam vinculados à data de envio da Nota de Empenho, conforme rotina administrativa da plataforma.

2. Chave de Ativação

Sim, a chave de ativação enviada (LICENTECH-XXXXX) está correta e é exclusiva para o órgão. Essa mesma chave deve ser utilizada nas duas instalações contratadas. Ao ser inserida no ambiente do Gestor, ela irá liberar automaticamente as duas licenças adquiridas, de acordo com o vínculo pré-configurado no contrato.



Recomendação Adicional:

Recomendamos que os arquivos de instalação e ativação sejam baixados e armazenados localmente assim que possível, uma vez que o link de download pode expirar após determinado período. Caso isso ocorra, estamos à disposição para gerar e encaminhar um novo link mediante solicitação.

Permanecemos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



Em qua., 4 jun. 2025 à(s) 5:51 PM Coorden escreveu:
Prezado Leonardo, boa tarde!

Acusamos o recebimento do e-mail.
Realizamos o download da nota fiscal, orientações e do pacote de instalação.

Algumas dúvidas:

- Como as licenças atualmente em uso estão vigentes até o dia 17/06, iremos ativar as enviadas nesta data, pois acreditamos que o início da vigência das novas licenças seja a partir da ativação da mesma, correto?
- Observamos que há apenas uma chave de ativação no manual enviado. Está correto? Devemos usar a mesma chave para as 2 instalações? Ela irá gerar as 2 licenças adquiridas?

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em ter., 3 de jun. de 2025 às 10:56, licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br> escreveu:
Prezados,

Em atendimento a Nota de Empenho 2025NE000387, segue a entrega das licenças do software conforme edital

Segue neste e-mail, Chaves de ativação, Instrução de ativação, Nota Fiscal.

Neste Link é possível fazer download dos arquivos via plataforma **SENDGB**

Os arquivos ficam disponíveis para download no link por 7 dias, por medidas de segurança. Após esse período, basta entrar em contato por este e-mail ou pelo suporte (51) 9 9342-9227 para solicitar um novo link de acesso.

<https://sendgb.com/HmakWtQ2zoA>

Anexamos a nota fiscal e demais documentos pertinentes para sua conferência. Caso necessite de qualquer informação adicional, estamos à disposição.

Atenciosamente!



Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo | Licentech

(51) 9 9342-9227

contato@licentech.com.br

www.licentech.com.br

LinkedIn

Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



 **Trimble License Activation Confirmation Letter.pdf**
266K



PROAD n. 9472/2025 DOC 17. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.VHBF.MHDB:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Help Center

Find an answer to your SketchUp question



Contas e Administração



Licença clássica do SketchUp

Desde 4 de novembro de 2020, o SketchUp não oferece novas licenças clássicas nem as renova mais. Isso inclui os planos de suporte e manutenção clássicos. Para esclarecer essa questão, atualizamos nossa política relacionada às versões do SketchUp com suporte. Consulte a política de [Fim de suporte](#) para ver mais informações.

As licenças clássicas do SketchUp e todos os produtos relacionados não estão mais disponíveis. Com essas licenças, que também são chamadas de licenças perpétuas, os usuários podiam adquirir uma versão do SketchUp e continuar utilizando o programa enquanto tivessem acesso a ela.

Observação: disponibilizamos os links para download de todas as versões com suporte do SketchUp para Desktop e do SketchUp Pro. Consulte a política de Fim de suporte para verificar se sua versão tem suporte.

Os planos de suporte e manutenção clássicos ofereciam upgrades para as versões mais recentes do SketchUp assim que elas eram lançadas.

Hoje, o SketchUp está disponível por uma assinatura anual. Os benefícios do plano de assinatura incluem o seguinte:

- Acesso a todas as melhorias e recursos mais recentes.



PROAD n. 9472/2025 DOC 18. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QTWD.LHQW.
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





- Renovação automática da assinatura.
- Colaboração, gerenciamento de dados e armazenamento de arquivos por meio do Trimble Connect.

Consulte a página [Planos e preços](#) para ver mais informações sobre as opções de assinatura do SketchUp. Se preferir, entre em contato com seu revendedor ou representante de vendas local.

Perguntas frequentes sobre a licença clássica

Posso autorizar minha assinatura do SketchUp Pro em mais de um computador?

Sim, o [Contrato de Licença de Usuário Final](#) (EULA) do SketchUp permite que você instale e autorize cada aplicação incluída na sua assinatura em duas instâncias ou dispositivos.

Caso já tenha autorizado as aplicações em dois dispositivos, você precisará desautorizar uma delas antes de fazer a instalação em um novo dispositivo. Consulte [Como desautorizar dispositivos](#) se quiser ajuda para gerenciar as ativações.

Como faço para acessar o número de série do meu SketchUp Pro e o código de autorização das versões mais antigas?

Se você tem uma licença clássica de uma versão mais antiga do SketchUp, visite o [Gerenciador de licença](#) para encontrar seu código de autorização. Você não precisa de um código de autorização caso tenha uma assinatura do SketchUp.

Como faço para excluir algumas ativações da minha licença?

O [Contrato de Licença de Usuário Final](#) (EULA) do SketchUp permite a instalação e a autorização de cada aplicação incluída na sua assinatura em duas instâncias ou dispositivos.

Caso já tenha autorizado as aplicações em dois dispositivos, você precisará desautorizar uma delas antes de fazer a instalação em um novo dispositivo. Consulte [Como desautorizar](#)





Uma licença clássica de usuário

Uma licença clássica de usuário é associada a uma pessoa. Essa pessoa tem permissão para instalar a licença em até dois computadores. Só é possível executar uma versão clássica do SketchUp em apenas um dispositivo de cada vez.

Para transferir a licença clássica para outro dispositivo, siga estas etapas:

1. Remova a licença do dispositivo atual. Consulte [Como remover uma licença](#) para ver mais informações.
2. Instale o SketchUp no novo computador. Você encontra [aqui](#) os links para download das versões do SketchUp com suporte. As versões sem suporte não estão disponíveis.
3. Quando solicitado durante a instalação, insira as informações da sua licença e [execute o processo de autorização](#).

Se eu fizer o upgrade para uma versão nova, ainda poderei usar as versões mais antigas do SketchUp Pro?

Em resumo, sim. Mas lembre-se: quando o suporte para uma versão mais antiga do SketchUp for encerrado, os links para download e os arquivos de instalação relacionados não serão mais disponibilizados. Consulte a [Política de fim de suporte](#) para ver mais informações.

Onde encontro minha licença clássica do SketchUp (número de série e código de autorização)?

Se você tem uma licença clássica de uma versão mais antiga do SketchUp, visite o [Gerenciador de licença](#) para encontrar seu código de autorização. Você não precisa de um código de autorização caso tenha uma assinatura do SketchUp.

Posso usar uma licença clássica e um produto por assinatura no mesmo computador?

Sim.

📄 license 📄 subscription 📄 classic license





Feedback

◀ Atualização de preços – Perguntas frequentes

Como autorizar com uma licença Classic ▶

Quer explorar mais?



O fórum do SketchUp é um ótimo recurso onde você pode aprender algo novo, conversar com especialistas que amam o software ou compartilhar suas ideias com nossa incrível comunidade.



As informações centradas em posicionamento estão mudando a forma com que pessoas, empresas e governos trabalham em todo o mundo. Com a aplicação das soluções de posicionamento avançadas da Trimble, a produtividade aumenta e melhorias na segurança são alcançadas.

**SketchUp**[Mais sobre a Trimble](#)

Sobre Nós

[A equipe SketchUp](#)[SketchUp Blog](#)[Edifícios Trimble](#)[Política de privacidade](#)

Desenvolvedores

[Centro de desenvolvedores](#)[SketchUp Ruby API](#)[SketchUp SDK](#)[Extensões](#)[Fórum de desenvolvedores](#)

Programas

[Visitando profissionais](#)[Organizações sem fins lucrativos](#)[Espectro de projeto](#)

Ajuda

[Contate-nos](#)[Fórum](#)[Central de ajuda](#)[Recuperar licença do SketchUp](#)

 Trimble

 SketchUp



[Política de privacidade](#) [Termos de uso](#) [Contato](#)

[Não vender minhas informações pessoais](#) © 2022, Trimble Inc.

Português, Brasil





PROAD n. 9472/2025 DOC 18. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QTWD.LHQW:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

Consulta sobre Licenciamento SketchUp Pro

Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>

24 de junho de 2025 às 1:



Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>

Cc: pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, "Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)" <clc@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>

Prezado Edivan,

Agradeço imensamente pela visibilidade e celeridade com que estão tratando este assunto.

Minha sugestão é que, em processos futuros, seja sempre solicitada uma carta de representação diretamente do fabricante. No entanto, devido ao aumento de casos de fraudes documentais, recomendo que, para garantir a autenticidade da carta, seja feita uma consulta diretamente no site do fabricante (como em nosso link de revendedores:

<https://www.sketchup.com/en/resellers>) ou que se entre em contato direto conosco, como você fez.

Para sua referência, compartilho em anexo um exemplo de um de nossos documentos oficiais. Todos os nossos documentos são emitidos e assinados digitalmente e incluem os dados de contato necessários para que o cliente possa realizar a autenticação, se for preciso.

Atenciosamente,
Rodolfo Feitosa

On Mon, Jun 23, 2025 at 1:14 PM Coordn de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> wrote:
Boa tarde!

Prezado Rodolfo, muito obrigado pelos esclarecimentos. Me coloco à disposição para auxiliar no que for possível quanto ao processo.

Informaremos a área de contratações do Tribunal para que sejam tomadas as medidas cabíveis contra o suposto fornecedor por aqui também.

Uma última dúvida: o nosso edital não exigiu que o fornecedor fosse representante ou parceiro autorizado da Trimble, pois entendemos que, automaticamente, a empresa vencedora teria capacidade para nos atender. Qual a orientação da Trimble nesse sentido? Além disso, há micro e pequenas empresas com condições de revender o SketchUp?

Obrigado mais uma vez.
Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em sex., 20 de jun. de 2025 às 11:31, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com> escreveu:
Prezado Edivan,

Agradeço imensamente o seu contato e por compartilhar conosco suas dúvidas tão pertinentes.

Em relação à sua consulta, é fundamental esclarecer que a licença Clássica do SketchUp Pro não é mais comercializada pela Trimble há mais de cinco anos. Como você corretamente observou, o modelo de licenciamento atual é exclusivamente baseado em assinatura.

No que tange à empresa Licentech, identificada como 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, informo que ela **não é e nunca foi um representante oficial da nossa marca**. Consequentemente, a **referida empresa não possui o direito legal de comercializar nossos produtos de forma oficial**.

Referente às certidões enviadas, as mesmas são inverídicas. Além de apresentar diversos erros ela foi supostamente assinada por uma pessoa que não é um funcionário da nossa companhia e fora do nosso papel timbrado oficial. Agradeço por compartilhá-las, para que possamos anexá-las ao processo legal que estamos iniciando junto a empresa em questão que tem apresentado as mesmas falhas em outros processos similares.

PROAD n. 9472/2025 DOC 19. Para verificar a autenticidade desta cópia

acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QJKZ.QPSH:

<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

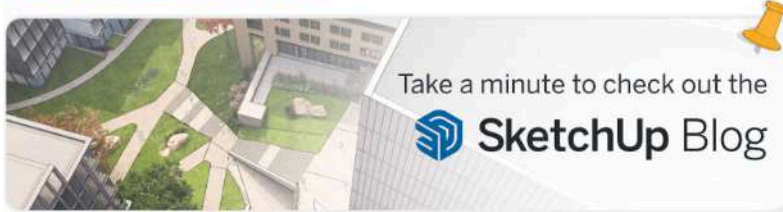


Esperamos que essas informações sejam úteis para esclarecer a situação.

Atenciosamente,



Rodolfo Feitosa
Channel Sales Manager, Latam
rodolfo_feitosa@trimble.com



----- Forwarded message -----

From: **Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)** <suporte@trt12.jus.br>
Date: Wed, Jun 18, 2025 at 6:28 PM
Subject: Consulta sobre Licenciamento SketchUp Pro
To: <edgar@sketchup.com>
Cc: pessoal.csi <pessoal.csi@trt12.jus.br>, Central de Serviços de TIC (CSI) <csi@trt12.jus.br>

Prezado Edgar, boa tarde

Conseguimos seu contato junto a um representante oficial, listado no site da SketchUp.

O setor de projetos e obras do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina utiliza a ferramenta **SketchUp Pro** há alguns anos e, recentemente, realizou uma nova licitação para a aquisição de duas novas licenças para um período de 36 meses. A documentação da licitação pode ser acessada neste [link](#).

A empresa Licentech (Leonardo Passos Goebel) foi a vencedora do certame e está apresentando um modelo de licenciamento que nos deixou intrigados e gostaríamos de um um apoio seu para esclarecer sobre as modalidades de licenciamento do SketchUp disponíveis para órgãos públicos no Brasil.

A empresa Licentech está nos apresentando um modelo de licença chamada de **Clássica**, sendo que o processo de ativação é baseado em um software fornecido pela própria empresa, afirmando inclusive que o método de licenciamento por subscrição não está mais disponível para órgãos governamentais. O procedimento repassado é totalmente diferente do modelo que utilizamos nas aquisições anteriores, quando temos acesso ao *site* da Trimble, com e-mail e senha do Tribunal, para gerenciar as licenças disponíveis (imagem em anexo).

Questionamos:

- A licença Clássica ainda é comercializada? - O procedimento de licenciamento enviado pela empresa, através de um segundo software para ativação é correto? - A licença do *software* SketchUp Pro por subscrição, que permite o gerenciamento das licenças no site da Trimble (como o que utilizamos atualmente), não está sendo mais comercializada?

Também gostaríamos de confirmar se a empresa Licentech tem autorização da Trimble ou da SketchUp para a comercialização do software no Brasil, visto que a mesma apresentou dois documentos, que encaminhamos em anexo, porém não temos como verificar a autenticidade dos mesmos. (um certificando

PROAD n. 9472/2025 DOC 19. Para verificar a autenticidade desta cópia,

acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QJKZ.QPSH:

<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>




Agradecemos antecipadamente a sua atenção e o auxílio prestado.

Aguardo seu retorno.

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
*Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC*
(48) 3216-4323

 **Carta de Representação - TotalCAD - signed.pdf**
159K





April 02, 2025

To Whom It May Concern:

53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL.

Rua Jose Gelain, 114, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 91180-640, Brazil

This certification is issued at the request of **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL**. Trimble Inc. hereby certifies that the authorized reseller **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL** is duly authorized to supply the **SketchUp Pro Software License** and other official **Trimble products**.

This resale is being carried out in full compliance with the terms and conditions established by the software manufacturer and in accordance with the current regulations governing the commercialization and distribution of software licenses within the national territory.

We attest to the credibility and capability of the authorized reseller in the delivery and support of the aforementioned software, ensuring that all licenses are genuine and legally acquired, as required by the manufacturer.

We remain at your disposal for any additional clarification.


Christopher Brashar (April 02, 2025 10:09 AD)

Global Programs Manager at SketchUp/Trimble

April 02, 2025
Duly Authorized,
Trimble Inc.

Your privacy is important to us. For more information, please refer to Trimble's Privacy Statement: <https://trimble.com/privacy.aspx>





June 18, 2025

Official License Confirmation – Trimble Inc.
Government Licensing Division – SketchUp Pro
To: Licentech

Subject: Confirmation of Institutional Activation – SketchUp Pro
Dear Licentech Team,

We hereby confirm that the SketchUp Pro license provided for use within your institutional client's environment has been successfully validated and activated through Trimble's government licensing protocol.

The activation was completed on **June 16, 2025 at 17:39:13**, and is now formally recorded in our encrypted licensing system. The corresponding license information is as follows:

- **Encrypted License Key:** VH-73482061-ALR a4d2e7c1f930b5ae
- **Trimble Institutional ID:** cffd73263f8b2abd
- **Device:** Activation verified and matched to registered hardware fingerprint

This license was issued under Trimble's **institutional licensing framework**, designed specifically for public sector entities. It adheres fully to the provisioning and compliance guidelines maintained by Trimble for government environments. The license is **authentic**, traceable, and managed under a cryptographically secure mechanism used exclusively in sensitive or restricted deployments.

As previously communicated to your client, licenses issued under this framework do **not grant direct access to Trimble's end-user licensing dashboard**. This is an intentional and secure feature of the institutional deployment model, ensuring:

- Complete protection of license credentials against external access
- Strict control of device-level validation
- Full compliance with public-sector data protection policies
- Prevention of metadata leakage or transmission to third-party platforms

The license agreement signed by the institution covers a period of **36 months** and was officially issued on **June 3, 2025**. In accordance with Trimble's institutional policy, this period begins counting from the **first activation date**,





which occurred on **June 16, 2025**. Therefore, the license will remain valid until **June 16, 2028**, without any need for renewal actions during this period. At present, **one device has been activated and properly registered** in our system. The activation of the second device, as permitted by the license terms, may be carried out independently at any time and will follow the same principle: the validity period for that device will begin counting from the date of its actual activation, rather than the initial issuance date. This ensures that both activations are managed with flexibility and full transparency. Furthermore, the license delivered includes access to exclusive SketchUp Pro institutional features, including:

- **2D Documentation using LayOut**
- **Advanced Component Search** within the modeling environment

These resources are available only through institutional acquisition agreements and are fully provisioned for the licensed workstations. This communication serves as a formal confirmation of the legitimacy and successful activation of the institutional license. No action is required from the agency at this time. Should future validation or audit references be needed, this notice may be retained as part of the licensing documentation. Sincerely,

Patrick Meenan (June 18, 2025 09:13 AD)

Senior Licensing Manager – Government & Institutional Programs
SketchUp | Trimble Inc.

Your privacy is important to us. For more information, please refer to Trimble's Privacy Statement:

<https://trimble.com/privacy.aspx>





Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

Fornecimento/Entrega Nota de Empenho 2025NE000387 - Software SketchUp PRO

Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

27 de junho de 2025 às 1:



Para: "licitacoes@licentech.com.br" <licitacoes@licentech.com.br>

Cc: "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, "pessoal.csi" <pessoal.csi@trt12.jus.br>, "Central de Serviços de TIC (CSI)" <csi@trt12.jus.br>, "Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)" <clc@trt12.jus.br>

Cco: Nilvio Bach <nilvio.bach@trt12.jus.br>, Jacson Pereira <jacson.pereira@trt12.jus.br>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, Ana Meira <ana.meira@trt12.jus.br>, Kristina Cancelier <kristina.cancelier@trt12.jus.br>, Pedro Paulo da Silva <pedro.silva@trt12.jus.br>

Prezado Leonardo, boa tarde

Considerando a descrição do objeto do Edital:

" [...] 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações:

- Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits;
- Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho;
- Fabricante: Trimble;
- Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças;
- **Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE;**
- **Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble;**
- Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download;
- Fornecimento do software em sua versão mais atual;
- Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação. [...]"

Destacamos dois requisitos em **negrito**.Considerando que o modelo de licença encaminhado pela empresa Licentech não atende aos requisitos, informamos que as licenças fornecidas **não serão aceitas**.

Faremos uma informação para a Coordenadoria de Licitações e Compras solicitando o cancelamento do presente processo.

Atenciosamente,



Equipe de Fiscalização Técnica

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROAD n. 9472/2025 DOC 22. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.TQQR.LWYS: <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

<https://sendgb.com/HmakWtQ2zoA>

Anexamos a nota fiscal e demais documentos pertinentes para sua conferência. Caso necessite de qualquer informação adicional, estamos à disposição.

Atenciosamente!



Leonardo Passos Goebel

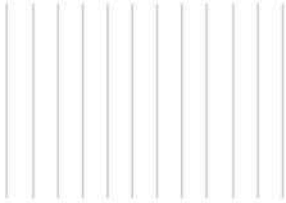
Diretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br

🌐 www.licentech.com.br





Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



PROAD 6059/2025

**Assunto: Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia:
SketchUp Pro fabricado pela empresa *Trimble***

Senhor Coordenador da CLC,

Após a homologação do processo de dispensa de licitação eletrônica e emissão de nota de empenho, a Coordenadoria de Suporte - SUPORTE ficou encarregada da instalação do software *SketchUp Pro* adquirido, para posterior recebimento do objeto e autorização do pagamento. A empresa vendedora, Licentech (Leonardo Passos Goebel - CNPJ 53.652.870/0001-01), enviou, por e-mail, o link de download do software, instruções de instalação, arquivo supostamente contendo a licença de uso do software, além de um vídeo explicativo com o passo a passo da instalação e um programa para o licenciamento da ferramenta.

A equipe de suporte realizou a instalação em um microcomputador da CPO, seguindo as instruções enviadas pela Licentech (marcador 32). O download do *SketchUp Pro* foi feito por meio de um link público do site oficial do fabricante e a instalação ocorreu normalmente, antes da ativação da licença. Entretanto, ao realizar o procedimento de “licenciamento”, por meio de um outro software enviado pela Licentech (denominado “Gestor Inteligente Licentech.exe”), a equipe estranhou a forma como o procedimento estava evoluindo, pois, considerando que a CPO já utiliza o *SketchUp Pro* há alguns anos (licença expirada em 18/06/25), o formato adotado estava totalmente diverso do que já era de conhecimento técnico do pessoal do SUPORTE. Não foi necessário realizar cadastro de e-mail oficial do TRT12 no site da *Trimble*, fabricante do software, não sendo possível confirmar a validade do licenciamento, nem mesmo a sua confirmação *on-line*, o que não atende o exigido no Edital, especialmente nos itens:

- **Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE; e**
- **Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble.**

EDIVAN
CARLOS
CASSARO
30/06/2025 17:32

ALEX
ANDRADE
SIQUEIRA
CAMPOS
30/06/2025 17:33

NAIRA
OSZOWSKI
30/06/2025 17:38

JACSON
ALEXANDRE
FERREIRA
30/06/2025 17:48

VALDIR
LUTZ
DA
CUNHA
30/06/2025 17:50



Após questionamos por e-mail à Licentech, a empresa alegou que o modelo de licença fornecido era a “Clássica”, afirmando que este modelo já havia sido utilizado com sucesso por outros órgãos públicos, incluindo o TRT da 10ª Região (cópia dos emails no marcador 33), e também que a licença por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estava mais disponível para uso em contratações do setor governamental.

No entanto, a equipe do SUPORTE verificou no site da *SketchUp* (<https://help.sketchup.com/pt-BR/end-of-classic-license-faq>) que o modelo de licença "Clássico" não é comercializado desde 4 de novembro de **2020** (marcador 34).

Mesmo de posse da informação anterior, essa Coordenadoria contactou um representante da *Trimble / SketchUp* (marcador 35), via e-mail, questionando:

- Quais modalidades de licenciamento do *SketchUp* estão disponíveis para órgãos públicos no Brasil e se a licença Clássica ainda é comercializada; e
- Se a empresa Licentech tem autorização da *Trimble* ou da *SketchUp* para a comercialização do software no Brasil.

O representante da *Trimble*, Sr Rodolfo Feitosa, confirmou as suspeitas, conforme abaixo:

- *“... a licença Clássica do SketchUp Pro não é mais comercializada pela Trimble há mais de cinco anos. Como você corretamente observou, o modelo de licenciamento atual é exclusivamente baseado em assinatura...”*
- *No que tange à empresa Licentech, identificada como 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, informo que ela não é e nunca foi um representante oficial da nossa marca. Consequentemente, a referida empresa não possui o direito legal de comercializar nossos produtos de forma oficial.”*

O mesmo representante mencionou ainda:

“Referente às certidões enviadas, as mesmas são inverídicas. Além de apresentar diversos erros ela foi supostamente assassinada por uma pessoa que não é um funcionário da nossa companhia e fora do



nosso papel timbrado oficial. Agradeço por compartilhá-las, para que possamos anexá-las ao processo legal que estamos iniciando junto a empresa em questão que vem apresentando as mesmas cartas em outros processos similares.”

As certidões falsas mencionadas pelo representante oficial do *SketchUp*, foram apresentadas pela empresa Licentech durante a fase de homologação da disputa, como se emitidas pela fabricante, são elas: um certificado que a empresa é autorizada (marcador 36) e uma “declaração oficial” referente à ativação da licença institucional *Trimble* (marcador 37). Ainda segundo o representante do *SketchUp* os documentos oficiais produzidos pela *Trimble* (fabricante do software) são assinados digitalmente por seus funcionários, podendo ter sua autenticidade devidamente verificada, não sendo esse o caso dos documentos enviados em nome da fabricante pela empresa Licentech, onde figura apenas uma imagem da assinatura de punho do suposto funcionário da fabricante.

Ao que tudo indica, o procedimento proposto pela empresa Licentech é ilegal, configurando pirataria de software. Dá margem a concluir que trata-se de um esquema bem elaborado, com o fornecimento de um sistema paralelo ao software original para a suposta “ativação” de licenças, com a aparência de licenciamento legítimo. Ao fim, realiza a adulteração de arquivos do software comprado, responsáveis por validar a licença junto ao fabricante, fazendo com que ele funcione normalmente, porém de maneira ilegal e não autorizada. Esse tipo de sistema também é conhecido no [mundo da informática como “crack”](#), geralmente usado para que o software adulterado funcione sem solicitar número de série, ativação online ou sem se conectar com o servidor do fabricante para validar a licença de uso.

Sendo assim, concluímos que as licenças fornecidas apresentam indícios de serem falsas e controladas por um sistema ilegal da própria contratada, inclusive com a confirmação da fabricante de que a contratada não possui autorização para comercializar o *SketchUp*. A declaração do Sr Leonardo Passos Goebel, diretor executivo da Licentech, sobre o fornecimento deste modelo de licenciamento a outros órgãos públicos, indica um possível esquema criminoso de venda não autorizada de cópias de programas de computador.



Considerando as irregularidades constatadas, encaminhamos o presente PROAD sugerindo:

1. Adoção dos procedimentos necessários para atendimento da demanda, seja através da continuidade da contratação com a alteração e republicação do TR - removendo a exclusividade de participação de ME e inclusão da exigência de que o fornecedor deve constar como um parceiro oficial no site oficial: <https://www.sketchup.com/pt-br/resellers> - ou a anulação do processo atual e criação de novo processo com o TR alterado.
2. Adoção das medidas cabíveis contra o fornecedor Licentech (Leonardo Passos Goebel – CNPJ 53.652.870/0001-01), considerando todo o exposto.

É a informação,

Em 30/06/2025,

Edivan Carlos Cassaro

Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC

Alex Andrade Siqueira Campos

Fiscal Técnico

Naira Oszowski

Fiscal Demandante

Jacson Alexandre Pereira

Demandante

Ciente,

Valdir Luiz da Cunha

Diretor da SETIC

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação



**CD 6059/2025 - Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia:
Sketch Up-Pro da empresa Trimble.**

Considerando a informação da Equipe de gestão e fiscalização acerca da não aceitação das licenças do software SketchUp inicialmente fornecidas tendo em vista a justificativa e tratativas com o fornecedor conforme se depreende dos documentos 32 a 39, **determino a anulação total da nota de empenho 2025NE000387.**

À SEOF para providências.

Em 01-07-2025.



FERNANDO
SCHLICKMANN OLIVEIRA
SOUZA

Assinado digitalmente em 01/07/2025 17:11

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA
Coordenador de Licitações e Contratos



Data e hora da consulta: 02/07/2025 17:06
Usuário: ***.009.471-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
80013	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A.REGIAO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
02.482.005/0001-23	RUA ESTEVES JÚNIOR, 395 - CENTRO FLORIANÓPOLIS-SC	88015-905
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	0XX48 3216-4115

Ano	Tipo	Número
2025	NE	387

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	168105	1000000000	339040	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/05/2025	Ordinário	CD-6059/2025	-	0,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
53.652.870/0001-01	53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL	91180-640
Endereço	UF	Telefone
JOSE GELAIN 114 CASA PARQUE SANTA FE	RS	61 993429227
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	61 993429227

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Parágrafo	Inciso	Alínea
139	DISPENSA DE LICITACAO	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

SETIC: SOFTWARE - Licença SketchUp Pro - Trimble (ID PAC 15307) Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia: Sketch Up-Pro da empresa Trimble.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN



Data e hora da consulta: 02/07/2025 17:06
Usuário: ***.009.471-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa **Total da Lista**
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI 0,00

Subelemento 06 - LOCACAO DE SOFTWARES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Aquisição de 2 licenças de uso do software Sketchup Pro a serem utilizadas pelo período de 36 meses, a partir da data de assinatura, deverão contemplar as seguintes especificações: Compatível com Windows 7, 10 ou superior, 32 ou 64 bits; Permite a instalação do software diretamente na estação de trabalho; Fabricante: Trimble; Acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças; Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE; Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble; Fornecimento de mídia ou indicação de endereço para download; Fornecimento do software em sua versão mais atual; Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação. O objeto deverá estar disponibilizado para utilização em até 10 dias contados da comunicação, via email, da emissão da nota de empenho, e as orientações serão enviadas para os e-mails cadastrados suporte@trt12.jus.br nos quais serão disponibilizadas as licenças para serem distribuídas a critério da contratante. Demais características conforme Termo de Referência e demais documentação processual.	12.319,74

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/05/2025	Inclusão	2,00000	6.159,8700	12.319,74

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Baixa de saldos não liquidados.	12.319,74

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/07/2025	Anulação por baixa de saldo	1,00000	12.319,7400	12.319,74

Assinaturas

Ordenador de Despesa

CARLOS EDUARDO TIUSSO
***.876.948-**
02/07/2025 14:55:16

Gestor Financeiro

ALECIO JOSE RIFFEL
***.502.639-**
02/07/2025 15:59:40





Seção de Compra Direta - Compras (COMPRAS) <compras@trt12.jus.br>

Anulação da Nota de empenho 2025NE000387 - CD 6059/2025



Seção de Compra Direta - Compras (COMPRAS) <compras@trt12.jus.br>

4 de julho de 2025 às 16:43

Para: licitacoes@licentech.com.br

Cc: Jacson Pereira <jacson.pereira@trt12.jus.br>, Adalberto Knoth <adalberto.knoth@trt12.jus.br>, Alex Campos <alex.campos@trt12.jus.br>, Paulo Renato <paulo.manfro@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC <setic@trt12.jus.br>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC <seinfo@trt12.jus.br>

Prezado,

Razão Social: LEONARDO PASSOS GOEBEL - CNPJ: 53.652.870/0001-01

Enviamos, em anexo, a **nota de empenho anulada** emitida em favor desta empresa. Solicitamos a confirmação do recebimento.

Consulte o processo de Compra Direta **6059/2025** no nosso site: <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta?year=All&object=&process=6059&status=All&type=All>

--

Atenciosamente,

Seção de Compra Direta
Coordenadoria de Licitações e Contratos
TRT 12ª Região
Contatos: compras@trt12.jus.br
Fone: (48) 3216-4008



041 - DOCUMENTO - 2025NE000387 Anulação.pdf
34K



**CD 6059/2025 - Aquisição de licenças de software de arquitetura e engenharia:
Sketch Up-Pro da empresa Trimble.**

Senhora Diretora da SECAD:

Considerando os documentos juntados sob marcadores 32 a 38 e as informações da Equipe de gestão e fiscalização, área técnica da contratação (doc. 39) acerca da não aceitação das licenças do software SketchUp inicialmente fornecidas pela empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL, tendo em vista possíveis indícios de fraude no procedimento da contratação conforme **item 8** do Aviso de Contratação Direta - ACD juntado sob marcador 9;

Sugiro a abertura de procedimento para apuração de responsabilidade da citada empresa.

Contudo, à consideração de V.Sa.

Em 09-07-2025.



**FERNANDO
SCHLICKMANN OLIVEIRA
SOUZA**

Assinado digitalmente em 09/07/2025 13:16

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA
Coordenador de Licitações e Contratos



PROAD 6059/2025

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de incidente relacionado à entrega do *software* SketchUp Pro, adquirido por meio do presente processo de aquisição direta.

 ERIKA
MENDONÇA
DA SILVA
10/07/2025 17:59

No documento 39, a Equipe de Gestão e Fiscalização da contratação relata que, após a emissão da nota de empenho, a empresa vendedora, Licentech - Leonardo Passos Goebel, encaminhou por e-mail, o link de *download* do *software*, instruções de instalação, arquivo supostamente contendo a licença de uso, além de vídeo explicativo com o passo a passo da instalação e um programa para o licenciamento da ferramenta.

Realizada a instalação, constatou-se procedimento atípico de licenciamento, que se mostrava totalmente diverso do adotado daquele seguido no licenciamento da ferramenta já utilizada no Tribunal, cujo prazo de validade expira em 18.06.2025. Relativamente ao procedimento atípico, esclarece, mais especificamente, que não foi necessário cadastro de e-mail oficial do Tribunal no *site* do fabricante do *software* e não foi possível confirmar a validade do licenciamento, nem mesmo sua confirmação *on-line*, deixando de ser atendido, assim, o exigido no edital.

Após terem sido dirigidos questionamentos à empresa, esta alegou que foi fornecido o modelo de licença clássica, já utilizado em outro órgãos públicos, inclusive TRT da 10ª Região, e que a licença por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estava mais disponível para uso no setor governamental.

A equipe da Coordenadoria de Suporte, então, verificou no *site* da SketchUp que o modelo de licença clássica não é comercializado desde novembro de 2020. A equipe também manteve contato com representante do fabricante do *software*, o qual confirmou que a licença clássica do SketchUp Pro não é mais comercializada há mais de cinco anos; que o modelo de licenciamento atual é baseado exclusivamente em assinatura; que a empresa Licentech nunca foi representante oficial da marca, não possuindo direito legal de comercializar seus produtos e que não são verídicos o certificado de empresa autorizada e a declaração referente à ativação da licença, apresentados pela empresa durante a fase de homologação da disputa da aquisição direta, os quais serão anexados no processo legal que será movido contra ela.

Conclui a equipe de gestão e fiscalização que as licenças fornecidas apresentam indícios de serem falsas e controladas por um sistema ilegal da própria contratada e que a declaração do diretor executivo da empresa sobre o fornecimento deste modelo de licenciamento a outros órgãos públicos indica um possível esquema criminoso de venda não autorizada de cópias de programas de computador.

Em razão das irregularidades relatadas, foi anulada a nota de empenho nº 387/2025 (documento 43).



Feita essa síntese introdutória, passo a destacar e sugerir o que segue.

O relato da equipe de gestão e fiscalização da contratação é indicativo de possível cometimento de infrações graves previstas no art. 155, inciso VIII, e IX, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

(...)

VIII - **apresentar** declaração ou **documentação falsa** exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar **ato fraudulento na execução do contrato;**"

A utilização de documentação falsa no procedimento de compra e o cometimento de fraude na execução do contrato enseja a aplicação da mais severa pena prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme o disposto no art. 156 do referido diploma legal, que prescreve:

"Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

(...)

§ 5º. A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar **no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos** e máximo de 6 (seis) anos."

Posto isso, submeto o presente à consideração de Vossa Senhoria, sugerindo a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventuais aplicação de penalidade à empresa, pela utilização de documentação falsa no procedimento de contratação e pelo cometimento de fraude na execução do contrato.

Em 10.07.2025.

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da SECAD





PROAD n. 9472/2025 DOC 28. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.HZRM.BNVP:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

PROAD 6059/2025

INTERESSADA: Licentech - Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade

 CARLOS
EDUARDO
TIUSSO
14/07/2025 11:23

Trata-se de incidente relacionado à entrega do software SketchUp Pro, adquirido por meio do presente processo de aquisição direta.

A Equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação relatou, no marcador 39, que, após a emissão da nota de empenho, a empresa interessada encaminhou por e-mail o link de download do software, instruções de instalação, um vídeo explicativo e um programa para licenciamento da ferramenta. No entanto, constatou-se que o procedimento de licenciamento era atípico e totalmente distinto daquele adotado anteriormente pelo Tribunal, cujo contrato atual tem validade até 18/6/2025.

Destacou, entre outras irregularidades, a ausência de necessidade de cadastro de e-mail institucional no site do fabricante, a impossibilidade de verificação da validade da licença fornecida e o descumprimento do edital, que previa expressamente a exigência de licenciamento regular e verificável.

A empresa, ao ser questionada, alegou que forneceu o modelo de licença clássica, supostamente já utilizado por outros órgãos, como o TRT da 10ª Região, e informou que o modelo por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estaria mais disponível para o setor governamental.

A equipe técnica, por sua vez, apurou junto ao site oficial da SketchUp que a licença clássica deixou de ser comercializada em novembro de 2020 e, ainda, confirmou com representante do fabricante que:

- O modelo clássico está extinto há mais de cinco anos;
- O único modelo de licenciamento válido atualmente é por assinatura;
- A empresa Licentech nunca foi representante oficial da marca;
- O certificado de empresa autorizada e a declaração de ativação apresentados pela empresa são inverídicos.

Conclui, a Equipe, que há indícios de que as licenças fornecidas sejam falsas e controladas por sistema ilegal desenvolvido pela própria empresa contratada. A declaração do diretor executivo da Licentech sobre fornecimento de tais licenças a outros órgãos públicos indica possível atuação estruturada de venda não autorizada de cópias de software, com caráter potencialmente criminoso.

Diante disso, a nota de empenho nº 387/2025 foi anulada (marcador 43).

A Diretora da SECAD aponta que os fatos narrados podem configurar infrações administrativas graves, conforme os incisos VIII e IX do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da apresentação de documentação falsa e da prática de ato fraudulento na execução contratual. Ainda, destacou que tais condutas ensejam a aplicação da sanção prevista no art. 156, inciso IV, da mesma lei – declaração de inidoneidade –, cuja aplicação tem efeitos em toda a Administração Pública, direta e indireta, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos.



Sugere, assim, a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade à empresa, pela utilização de documentação falsa no procedimento de contratação e pelo cometimento de fraude na execução do contrato.

À elevada consideração do Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente.

Em 14 de julho de 2025.

CARLOS EDUARDO TIUSSO

Diretor-Geral



PROAD 6059/2025

INTERESSADA: Licentech - Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade

 AMARILDO
CARLOS
DE LIMA
14/07/2025 13:41

Trata-se de incidente relacionado à entrega do software SketchUp Pro, adquirido por meio do presente processo de aquisição direta.

A Equipe de Gestão e Fiscalização da contratação relatou, no marcador 39, que, após a emissão da nota de empenho, a empresa interessada encaminhou por e-mail o link de download do software, instruções de instalação, um vídeo explicativo e um programa para licenciamento da ferramenta. No entanto, constatou-se que o procedimento de licenciamento era atípico e totalmente distinto daquele adotado anteriormente pelo Tribunal, cujo contrato atual tem validade até 18/6/2025.

Destacou-se, entre outras irregularidades, a ausência de necessidade de cadastro de e-mail institucional no site do fabricante, a impossibilidade de verificação da validade da licença fornecida e o descumprimento do edital, que previa expressamente a exigência de licenciamento regular e verificável.

A empresa, ao ser questionada, alegou que forneceu o modelo de licença clássica, supostamente já utilizado por outros órgãos, como o TRT da 10ª Região, e informou que o modelo por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estaria mais disponível para o setor governamental.

A equipe técnica, por sua vez, apurou junto ao site oficial da SketchUp que a licença clássica deixou de ser comercializada em novembro de 2020 e, ainda, confirmou com representante do fabricante que o modelo clássico está extinto há mais de cinco anos; o único modelo de licenciamento válido atualmente é por assinatura; a empresa Licentech nunca foi representante oficial da marca; e o certificado de empresa autorizada e a declaração de ativação apresentados pela empresa são inverídicos.

Conclui, dessa forma, que há indícios de que as licenças fornecidas sejam falsas e controladas por sistema ilegal desenvolvido pela própria empresa contratada.

A Secretaria Administrativa - SECAD analisa a situação apresentada e conclui que o quadro delineado a partir do relato da área técnica é indicativo de possível cometimento de infrações graves previstas no art. 155, inciso VIII, e IX, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

(...)

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Afirma, ainda, que a utilização de documentação falsa no procedimento de compra e o cometimento de fraude na execução do contrato enseja a aplicação da mais severa pena prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme o disposto no art. 156 do referido diploma legal, que prescreve:



Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

(...)

§ 5º. A sanção prevista no inciso IV do *caput* deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Diante disso, **acolho** a sugestão da Diretora da SECAD e **determino a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade** à empresa Licentech - Leonardo Passos Goebel.

À **Secretaria Administrativa (SECAD)** para notificar a empresa acerca do procedimento administrativo ora instaurado, atentando para a necessidade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Em 14 de julho de 2025.

AMARILDO CARLOS DE LIMA

Desembargador do Trabalho-Presidente





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

FERNANDA
GOMES
FERREIRA
14/07/2025 16:04

Ofício SECAD N° 030/2025

Florianópolis, 14 de julho de 2025

Para:

Licentech - Leonardo Passos Goebel

Rua José Gelain, 114

Rubem Berta

91180-640 - Porto Alegre - RS

Assunto: Notificação de instauração de procedimento administrativo – PROAD-6059/2025

Prezados Senhores:

Sirvo-me do presente para comunicar que a Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente deste Tribunal determinou a **instauração de procedimento administrativo** para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade a essa empresa, em razão de cometimento de falhas na execução dos serviços contratados através do processo supramencionado.

Encaminho, em anexo, cópia da aludida decisão, bem como da manifestações que a embasaram, destacando que o prazo para apresentação de defesa é de **15 (quinze) dias úteis**, que poderá ser encaminhada por via postal ou para o seguinte endereço eletrônico: secad@trt12.jus.br.

Atenciosamente,

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da Secretaria Administrativa





Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>

Defesa Prévia – Processo PROAD 6059/2025 – 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL – Licentech

1 mensagem

licitacoes@licentech.com.br <licitacoes@licentech.com.br>

30 de julho de 2025 às 23:37

Para: "secad@trt12.jus.br" <secad@trt12.jus.br>

Prezados(as),

Encaminhamos, em anexo, a **defesa prévia** referente ao **Processo PROAD 6059/2025**, instaurado por este Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no qual figura como interessada a empresa **53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL – Licentech (CNPJ: 53.652.870/0001-01)**, com relação ao fornecimento do software SketchUp Pro.

No documento, apresentamos de forma detalhada os esclarecimentos técnicos e jurídicos sobre o fornecimento realizado, bem como anexamos comprovações formais de ativação da licença institucional junto à fabricante Trimble.

Permanecemos à disposição para eventuais complementações ou esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Leonardo Passos GoebelDiretor Executivo | **Licentech**

☎ (51) 9 9342-9227

✉ contato@licentech.com.br🌐 www.licentech.com.br

LinkedIn



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



DEFESA TRT12 - Licentech - Maia Advocacia .pdf
224K



CNPJ: 53.652.870/0001-01
Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 9342-9227
E-mail: licitacoes@licentech.com.br

À
Secretaria Administrativa – TRT da 12ª Região

Ref.: Processo PROAD 6059/2025 – Instauração de Procedimento Administrativo
Interessada: 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL – Licentech (CNPJ:
53.652.870/0001-01)

DEFESA PRÉVIA

Prezados(as),

Em atenção ao Ofício SECAD nº 030/2025, referente à instauração do Processo PROAD 6059/2025, vimos, por meio desta, apresentar a presente **defesa prévia**, na qualidade de fornecedora do software **SketchUp Pro**, nos termos abaixo expostos.

1. Fatos e surpresa com instauração do procedimento

Inicialmente, cumpre informar que **em nenhum momento esta empresa foi previamente notificada sobre a abertura de procedimento administrativo** relacionado ao fornecimento do software em questão. A comunicação recebida em sede da empresa foi a **primeira menção oficial** à instauração do processo, o que nos causou surpresa, uma vez que **não houve qualquer oportunidade prévia de contraditório ou esclarecimento informal** antes da formalização da acusação.

2. Entrega efetiva, ativação legítima e uso funcional da licença

O software SketchUp Pro foi **entregue e instalado com sucesso** no ambiente do tribunal, conforme comprovado pelo **log de ativação realizado pelo próprio órgão**. Em contato técnico telefônico, explicamos que a licença era do tipo **institucional**, gerida por meio do **painel de parceiros da fabricante Trimble**, com ativação local e validação criptografada junto aos servidores internacionais da empresa.

A pedido da Licentech, a **Trimble emitiu declaração oficial**, posteriormente encaminhada ao órgão, **atestando a ativação da licença em 16/06/2025 às 17h39min**, com validade de 36 meses, aderência total às políticas de licenciamento governamental e gestão sob mecanismos de proteção de dados e rastreabilidade.

A licença estava plenamente funcional, regular, e conforme os parâmetros técnicos da fabricante.



CNPJ: 53.652.870/0001-01
Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 9342-9227
E-mail: licitacoes@licentech.com.br

3. Gestão técnica amplamente adotada na Administração Pública

A solução técnica de ativação fornecida é **amplamente adotada por diversos órgãos públicos**, incluindo o **TRT da 10ª Região**, sem qualquer apontamento negativo. Trata-se de uma metodologia consolidada, voltada à segurança, rastreabilidade e proteção de dados no setor público.

O modelo de licenciamento utilizado — com ativação institucional vinculada ao painel da Trimble e **gestão realizada por intermédio da Licentech como distribuidora homologada** — apresenta as seguintes vantagens técnicas:

- Prevenção contra pirataria e uso indevido;
- Proteção contra perda de chaves ou extravio de credenciais;
- Rastreabilidade das máquinas ativadas;
- Controle centralizado das licenças institucionais;
- Proteção contra vazamento de dados sensíveis.

Importa destacar que **o arquivo de ativação entregue não instala, modifica ou interfere no sistema operacional da máquina** do órgão, atuando exclusivamente como **ponte de validação criptografada** com os servidores da Trimble, sem qualquer acesso remoto ou externo ao equipamento.

O questionamento técnico manifestado pela equipe do tribunal — quanto à ausência de vinculação da licença ao e-mail institucional — diz respeito **à forma de gestão da licença, e não à sua validade ou legalidade**.

4. Inexistência de fraude, dolo ou falsidade

É absolutamente improcedente a acusação de apresentação de documentos falsos ou fraude contratual. Todos os materiais entregues foram legítimos, auditáveis, e referem-se a **licenças válidas, ativas, emitidas e reconhecidas pela própria fabricante**.

A **jurisprudência nacional** é clara ao distinguir eventuais divergências técnicas de condutas dolosas ou fraudulentas:



**CNPJ:** 53.652.870/0001-01**Endereço:** Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS**Telefone:** (51) 9342-9227**E-mail:** licitacoes@licentech.com.br

- **TCU – Acórdão nº 1929/2015 – Plenário:**

"Não se pode imputar responsabilidade por inexecução contratual a fornecedor que, agindo de boa-fé, entrega produto funcional em conformidade com as condições técnicas usuais de mercado."

- **STJ – RMS 48.298/PR – Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho:**

"A boa-fé objetiva deve prevalecer quando não demonstrado o dolo na conduta do contratado perante a Administração Pública."

Não houve descumprimento de cláusula expressa do edital, tampouco dano à Administração. Ao contrário: houve **plena cooperação e transparência**, tanto técnica quanto documental.

5. Cancelamento consensual e reembolso

Em decorrência da preferência técnica do órgão por modelo de gestão atrelado à conta institucional do tribunal (e não ao painel institucional da Licentech), foi solicitado o **cancelamento do empenho**, o que foi **prontamente acatado** pela empresa.

As licenças foram **imediatamente invalidadas**, e solicitamos à fabricante o **reembolso dos valores** correspondentes, com total boa-fé e sem gerar qualquer prejuízo à Administração.

6. Conclusão

Diante de todo o exposto, requer-se respeitosamente:

1. O **arquivamento imediato do presente procedimento administrativo**, reconhecendo-se a **ausência de infração aos incisos VIII e IX do art. 155 da Lei 14.133/2021**;
2. Caso assim entenda o Tribunal, a **possibilidade de oitiva técnica** e apresentação de provas documentais adicionais, inclusive contato direto com a fabricante Trimble.

Colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos complementares, reafirmando o compromisso da Licentech com a legalidade, a transparência e o interesse público.

Atenciosamente,





LICENTECH.

CNPJ: 53.652.870/0001-01

Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS

Telefone: (51) 9342-9227

E-mail: licitacoes@licentech.com.br

Leonardo
passos

Goebel:856857
20068

Assinado de forma
digital por Leonardo
passos
Goebel:85685720068
Dados: 2025.07.30
23:34:06 -03'00'

Leonardo Passos Goebel

Diretor Executivo

53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL – Licentech

CNPJ: 53.652.870/0001-01

contato@licentech.com.br | (51) 99342-9227



LICENTECH.



Rastreamento

BN 140 087 382 BR



REGISTRADO CONVENCIONAL



Objeto entregue ao destinatário

Pela Unidade de Distribuição, PORTO ALEGRE - RS

Nossa entrega atendeu às suas expectativas? Conte pra gente: <https://survey3.medallia.com/?correios-nps-sms-sro&obj=BN140087382BR>

29/07/2025 15:32



Objeto saiu para entrega ao destinatário

PORTO ALEGRE - RS

É preciso ter alguém no endereço para receber o carteiro

29/07/2025 10:57



Objeto recebido na unidade de distribuição

PORTO ALEGRE - RS

Entrega deverá ocorrer no próximo dia útil

25/07/2025 11:49



Objeto postado

FLORIANOPOLIS - SC

18/07/2025 10:47



PROAD 9472/2025

Trata-se de procedimento para apuração de responsabilidade pelo cometimento de fraude na licitação e utilização de documento falso.

Notificada da instauração, a empresa apresentou defesa, alegando que o questionamento técnico manifestado pela equipe do Tribunal diz respeito à forma de gestão da licença e não à sua validade ou legalidade e que não fez uso de documentos falsos, além de solicitar a apresentação de provas adicionais, inclusive contato direto com o fabricante do *software*.

Ante o teor da defesa, encaminhe-se à equipe de gestão e fiscalização da contratação para manifestação, bem como para solicitar ao fabricante manifestação sobre o conteúdo da defesa, no que couber.

Em 04.08.2025.

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da SECAD

 FERNANDA
GOMES
FERREIRA
04/08/2025 17:48





Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

Re: Consulta sobre Licenciamento SketchUp Pro

10 mensagens

Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br>

15 de agosto de 2025 às 16:04

Para: Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>

Cc: pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

Prezado Rodolfo e demais, boa tarde!

Fazemos contato mais uma vez para solicitar o apoio da Trimble.

Inicialmente informamos que o Edital para aquisição de duas licenças do SketchUp Pro foi republicado, incluindo o requisito de que o revendedor seja um dos parceiros autorizados listado em: <https://www.sketchup.com/pt-br/resellers>.

Em relação a Licentech, empresa vencedora da contratação anulada, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região instaurou um processo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidades. Este processo é baseado em nossa manifestação técnica (anexada), que aponta irregularidades no fornecimento das licenças pela Licentech. A empresa apresentou defesa (em anexo).

Solicitamos a manifestação oficial da fabricante Trimble, preferencialmente em documento assinado digitalmente, acerca das alegações apresentadas pela empresa Licentech, a fim de darmos prosseguimento ao processo.

Agradecemos antecipadamente a colaboração e aguardamos o retorno o mais breve possível.

Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em ter., 24 de jun. de 2025 às 12:14, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com> escreveu:

Prezado Edivan,

Agradeço imensamente pela visibilidade e celeridade com que estão tratando este assunto.

Minha sugestão é que, em processos futuros, seja sempre solicitada uma carta de representação diretamente do fabricante. No entanto, devido ao aumento de casos de fraudes documentais, recomendo que, para garantir a autenticidade da carta, seja feita uma consulta diretamente no site do fabricante (como em nosso link de revendedores: <https://www.sketchup.com/en/resellers>) ou que se entre em contato direto conosco, como você fez.

Para sua referência, compartilho em anexo um exemplo de um de nossos documentos oficiais. Todos os nossos documentos são emitidos e assinados digitalmente e incluem os dados de contato necessários para que o cliente possa realizar a autenticação, se for preciso.

Atenciosamente,
Rodolfo Feitosa

On Mon, Jun 23, 2025 at 1:14 PM Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> wrote:
Boa tarde!

Prezado Rodolfo, muito obrigado pelos esclarecimentos. Me coloco à disposição para auxiliar no que for possível quanto ao processo.

Informaremos a área de contratações do Tribunal para que sejam tomadas as medidas cabíveis contra o suposto fornecedor por aqui também.

Uma última dúvida: o nosso edital não exigiu que o fornecedor fosse representante ou parceiro autorizado da Trimble, pois entendemos que, automaticamente, a empresa vencedora teria capacidade para nos atender. Qual a orientação da Trimble nesse sentido? Além disso, há micro e pequenas empresas com condições de revender o SketchUp?

Obrigado mais uma vez.
Atenciosamente,



PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

Em sex., 20 de jun. de 2025 às 11:31, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com> escreveu:
Prezado Edivan,

Agradeço imensamente o seu contato e por compartilhar conosco suas dúvidas tão pertinentes.

Em relação à sua consulta, é fundamental esclarecer que a licença Clássica do SketchUp Pro não é mais comercializada pela Trimble há mais de cinco anos. Como você corretamente observou, o modelo de licenciamento atual é exclusivamente baseado em assinatura.

No que tange à empresa Licentech, identificada como 53.652.870 LEONARDO PASSOS GOEBEL, informo que ela **não é e nunca foi um representante oficial da nossa marca**. Consequentemente, a **referida empresa não possui o direito legal de comercializar nossos produtos de forma oficial**.

Referente às certidões enviadas, as mesmas são inverídicas. Além de apresentar diversos erros ela foi supostamente assinada por uma pessoa que não é um funcionário da nossa companhia e fora do nosso papel timbrado oficial. Agradeço por compartilhá-las, para que possamos anexá-las ao processo legal que estamos iniciando junto a empresa em questão que vem apresentando as mesmas cartas em outros processos similares.

Esperamos que essas informações sejam úteis para esclarecer a situação.

Atenciosamente,



Rodolfo Feitosa
Channel Sales Manager, Latam
rodolfo_feitosa@trimble.com



----- Forwarded message -----

From: **Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)** <suporte@trt12.jus.br>

Date: Wed, Jun 18, 2025 at 6:28 PM

Subject: Consulta sobre Licenciamento SketchUp Pro

To: <edgar@sketchup.com>

Cc: pessoal.csi <pessoal.csi@trt12.jus.br>, Central de Serviços de TIC (CSI) <csi@trt12.jus.br>

Prezado Edgar, boa tarde

Conseguimos seu contato junto a um representante oficial, listado no site da SketchUp.

O setor de projetos e obras do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina utiliza a ferramenta **SketchUp Pro** há alguns anos e, recentemente, realizou uma nova licitação para a aquisição de duas novas licenças para um período de 36 meses. A documentação da licitação pode ser acessada neste [link](#).

A empresa Licentech (Leonardo Passos Goebel) foi a vencedora do certame e está apresentando um modelo de licenciamento que nos deixou intrigados e gostaríamos de um um apoio seu para esclarecer sobre as modalidades de licenciamento do SketchUp disponíveis para órgãos públicos no Brasil.

A empresa Licentech está nos apresentando um modelo de licença chamada de **Clássica**, sendo que o processo de ativação é baseado em um software fornecido pela própria empresa, afirmando inclusive que o método de licenciamento por subscrição não está mais disponível para órgãos governamentais. O procedimento repassado é PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD: <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



totalmente diferente do modelo que utilizamos nas aquisições anteriores, quando temos acesso ao *site* da Trimble, com e-mail e senha do Tribunal, para gerenciar as licenças disponíveis (imagem em anexo).

Questionamos:

- A licença Clássica ainda é comercializada? - O procedimento de licenciamento enviado pela empresa, através de um segundo software para ativação é correto? - A licença do *software* SketchUp Pro por subscrição, que permite o gerenciamento das licenças no site da Trimble (como o que utilizamos atualmente), não está sendo mais comercializada?

Também gostaríamos de confirmar se a empresa Licentech tem autorização da Trimble ou da SketchUp para a comercialização do software no Brasil, visto que a mesma apresentou dois documentos, que encaminhamos em anexo, porém não temos como verificar a autenticidade dos mesmos. (um certificando que a empresa é autorizada e outro indicando a ativação de licença na Trimble).

Agradecemos antecipadamente a sua atenção e o auxílio prestado.

Aguardo seu retorno.


Atenciosamente,



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários
de TIC
(48) 3216-4323

2 anexos

 **Defesa Licentech.pdf**
139K

 **Manifestação técnica TRT.pdf**
1043K

Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>

19 de agosto de 2025 às 07:10

Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>
Cc: pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

Bom dia Edivan,

Já solicitei ao meu time jurídico o documento solicitado. Eles já estão trabalhando no documento, te envio assim que o mesmo estiver pronto.

Muito obrigado!

Att,

Rodolfo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Edgar Takano <edgar@sketchup.com>

21 de agosto de 2025 às 12:56

Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>
Cc: Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

Prezados,

Em atendimento a vossa solicitação, elaboramos uma carta em inglês, compartilho com este grupo para efeitos de validação de seu conteúdo.

Por gentileza, nos informem quanto ao idioma, as afirmações nela contida e quanto a necessidade de colhermos uma declaração de Greg Norris, em juramento (Affidavit) em ele afirma não ser o autor do documento apresentado no processo de aquisições em questão.

Confirmado o atendimento, providenciaremos a versão final, devidamente assinada.

Atenciosamente,

Edgar Takano

PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD: <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



[Texto das mensagens anteriores oculto]



Edgar Takano
Regional Sales Manager, Channel Sales Latam
+55 11 95786 9876
edgar@sketchup.com



2 anexos

 **Statement Regarding Sketchup - Brazil Aug 21st 2025.pdf**
79K

 **Sketchup Version 2018 (1).pdf**
117K

Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

21 de agosto de 2025 às 15:20

Para: Edgar Takano <edgar@sketchup.com>, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>

Cc: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezados, boa tarde!

Obrigado, Edgar e Rodolfo, pelos retornos.

Edgar, o conteúdo do documento está excelente. Temos uma ressalva quanto a citação do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10). Não temos informação de que o TRT10 esteja tomando medidas contra a empresa Licentech. A Licentech é quem menciona aquele TRT como exemplo de órgão público que recebeu as licenças no modelo indicado por eles.

O Tribunal Regional do Trabalho da **12ª** região (**TRT12**), ao qual pertencemos, é que estamos tomando medidas contra a empresa. Se a intenção era nos citar, será necessário corrigir. Caso vocês possuam informações de que o TRT10 também esteja tomando medidas, tudo certo.

Em relação ao documento no idioma inglês, considerando que esse processo irá passar por diferentes áreas dentro do Tribunal e, possivelmente, fora do Tribunal, sugerimos, se possível, a inclusão de uma versão traduzida da carta, no próprio documento.

Sobre a declaração do Sr Greg Norris, com certeza é muito importante sim, porém, acreditamos que uma declaração emitida por um de vocês, como representantes oficiais da Trimble e/ou SketchUp no Brasil, já seja suficiente para atender nossa necessidade.

Agradecemos mais uma vez e aguardamos o(s) documento(s) para que possamos dar andamento ao processo internamente.

Atenciosamente,

--



Edivan Carlos Cassaro

Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
SETIC | SUPORTE
(48) 3216.4323

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>

2 de setembro de 2025 às 10:43

Para: Edgar Takano <edgar@sketchup.com>, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>

Cc: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezado Edgar, Rodolfo e demais, bom dia!

PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Alguma novidade referente a este e-mail?
Reforço que uma resposta oficial de vocês já seria suficiente para nos atender.

Atenciosamente,

--



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
SETIC | SUPORTE
(48) 3216.4323

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br> 16 de setembro de 2025 às 15:05
Para: Edgar Takano <edgar@sketchup.com>, Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>
Cc: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezados, boa tarde!

Inicialmente, informo que o processo de contratação foi refeito e que a empresa Buysoft do Brasil LTDA foi a vencedora no novo certame.

Reitero o pedido de apoio para darmos andamento ao processo referente a empresa Licentech.

Atenciosamente,

--



Edivan Carlos Cassaro
Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
SETIC | SUPORTE
(48) 3216.4323

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com> 17 de setembro de 2025 às 09:32
Para: Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>
Cc: Edgar Takano <edgar@sketchup.com>, "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, Naira Oszowski <naira.oszowski@trt12.jus.br>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Bom dia, Edivan,

Excelente notícia!

Em relação à carta, fiz um novo followup. No entanto, já possui um documento oficializado junto às autoridades americanas e à nossa equipe jurídica, confirmando que o Sr. Greg Norris não assinou o documento em questão.

Estou compartilhando o anexo.

Atenciosamente,
Rodolfo Feitosa

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **Norris Affidavit.pdf**
394K

Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE) <suporte@trt12.jus.br> 3 de outubro de 2025 às 13:30
Para: Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>
Cc: Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>, Edgar Takano <edgar@sketchup.com>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezados Rodolfo, Edgar e demais, boa tarde.

Rodolfo, desculpe a insistência, mas preciso dar andamento no processo interno no TRT12, para apuração de responsabilidade da empresa Licentech.
Será emitida alguma declaração da Trimble Brasil para o caso? ou devo apenas anexar o documento encaminhado anteriormente, "confirmando que o Sr. Greg Norris não assinou o documento em questão".

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Edgar Takano <edgar@sketchup.com>

Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>

Cc: Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezado Edivan,
Estou fazendo uma nova cobrança interna para termos o documento assinado.
É sim nossa intenção apoiar com tal documento.
Retornarei assim que receber uma nova resposta de nosso Legal.
Atenciosamente,
Edgar Takano

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Edgar Takano <edgar@sketchup.com>

3 de outubro de 2025 às 17:30

Para: "Coorden de Suporte Técnico Usuários Tic (SUPORTE)" <suporte@trt12.jus.br>

Cc: Rodolfo Feitosa <rodolfo_feitosa@trimble.com>, Edivan Carlos Cassaro <edivan.cassaro@trt12.jus.br>, pessoal.csi@trt12.jus.br, csi@trt12.jus.br, Edgar Takano <edgar_takano@trimble.com>, "Coorden de Projetos e Obras (CPO)" <cpo@trt12.jus.br>, Bruna Gullo <bruna_gullo@trimble.com>, Lucas Borges <lucas.borges@trt12.jus.br>

Prezado Edivan,
Consegui obter a versão assinada, veja em anexo!
Atenciosamente,
Edgar Takano

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Statement Regarding Sketchup - Brazil Aug. 21st 2025 (1) - signed.pdf

570K



PROAD n. 9472/2025 DOC 36. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.QVPJ.NTRD:
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



To whom it may concern.

PROAD 6059/2025

Trimble Inc. is the owner of all rights in the software Sketchup.

We have been informed that certain individuals and companies in Brazil are holding themselves out to be authorized Trimble / Sketchup resellers. We are further informed that the Administration of the 10th Regional Labor Court is taking action against these activities after having been deceived and defrauded by the company Licentech Global Tecnologia Limitada (CNPJ 53.652.870/0001-01) and individuals associated with this company such as Mr. Leonardo Passos Goebel. Trimble is thankful that the court has taken this action against a brazen attempt to defraud the judiciary of Brazil.

The undersigned, Jennifer Allison, hereby confirms the following:

Neither Licentech nor Mr. Goebel are authorized resellers, distributors, channel partners or dealers of Trimble Inc. nor are they subdealers of any of our authorized resellers. We only know these persons from complaints we have received about their fraudulent conduct in the last months

Neither Licentech nor Mr. Goebel have purchased SketchUp licences from Trimble or any of our authorized resellers. Trimble stopped offering Sketchup "Classic" licenses in 2020. Sketchup "Classic" licenses offered in 2025 could not have been legitimately purchased from Trimble or its authorized resellers.

Trimble support staff have reviewed the findings of the Manifestação técnica TRT submitted in the proceedings and we concur with the findings in this document.

The letter dated 15 August 2015 on Trimble letterhead intended to show that Licentech is authorized to sell Trimble Sketchup software licenses and purportedly signed by Mr. Greg Norris is a falsification. Mr. Norris, in enclosed affidavit, confirms that he has not signed the relevant statement.

I trust that this statement covers the issues that are relevant for the proceedings and remain available for any questions and queries.

Best
Trimble Inc.

regards

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JA', written over a horizontal line.

Jennifer Allison
Vice President, General Counsel

Trimble Inc.



Trimble Inc.



Document 2

AFFIDAVIT OF NON-EXECUTION OF DOCUMENT

STATE OF New Hampshire

COUNTY OF Rockingham

I, **Greg Norris**, being of sound mind and body, and being duly sworn, depose and say as follows:

1. I am a resident of York, Maine, United States.
2. I am the same Greg Norris who is the subject of this affidavit.
3. I have been presented with a document dated **15 August 2025** that purports to be written and signed by me. This document allegedly confirms that the company **Licentech Global Technologies Ltda** is a **Trimble reseller**.
4. I hereby solemnly and truthfully affirm that I did not write, sign, or in any way execute the aforementioned document dated **15 August 2025**.
5. The signature on the said document is not my signature, nor was it placed on the document with my knowledge or consent.
6. I have no knowledge of the existence or creation of this document prior to its presentation to me.
7. I make this affidavit for all legal purposes for which it may serve.

FURTHER AFFIANT SAYETH NAUGHT.

Greg Norris

Sworn to (or affirmed) before me this 2nd day of September, 2025, by Greg

Norris. Notary Public




Statement Regarding Sketchup - Brazil Aug. 21st 2025 (1)

Final Audit Report


2025-10-03

Created:	2025-10-03
By:	rachelle_gallimore scruggs (rachelle_gallimore-scruggs@trimble.com)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAAiRBGcK59CillcVIUIPMaK4N9a-9VTa5q


"Statement Regarding Sketchup - Brazil Aug. 21st 2025 (1)" History

 Document created by rachelle_gallimore scruggs (rachelle_gallimore-scruggs@trimble.com)

2025-10-03 - 7:11:08 PM GMT- IP address: 24.206.77.177

 Document emailed to Jennifer Allison (Jennifer.allison@viewpoint.com) for signature


2025-10-03 - 7:12:43 PM GMT

 Email viewed by Jennifer Allison (Jennifer.allison@viewpoint.com)

2025-10-03 - 7:12:52 PM GMT- IP address: 66.249.84.199

 Document e-signed by Jennifer Allison (Jennifer.allison@viewpoint.com)

Signature Date: 2025-10-03 - 8:05:10 PM GMT - Time Source: server- IP address: 71.236.184.25

 Agreement completed.

2025-10-03 - 8:05:10 PM GMT



Powered by
Adobe
Acrobat Sign



PROAD 9472/2025

Assunto: Apuração de Responsabilidade e eventual aplicação de penalidades

Senhora Diretora da SECAD,

Em atenção ao DESPACHO - SECAD (marcador 35) sobre a Defesa Prévia apresentada pela empresa Leonardo Passos Goebel – Licentech (CNPJ: 53.652.870/0001-01), referente ao Processo **PROAD 6059/2025**, a equipe de gestão e fiscalização da contratação analisou os 5 pontos de argumentação apresentados pela empresa em sua Defesa Prévia e apresenta, em sequência, os respectivos contrapontos. Como segue:

Ponto 1. “Surpresa com a instauração do procedimento”:

Nesse aspecto cumpre informar que a Coordenadoria de Suporte realizou diversas trocas de e-mail com a empresa durante o processo de recebimento das licenças, solicitando o fornecimento das licenças de acordo com o especificado no edital (marcador 17), o que não foi atendido. Além disso, a notificação formal ocorreu no momento da instauração do processo apuratório, quando a empresa foi comunicada, o que está em conformidade com os ritos processuais administrativos.

Ponto 2. “Entrega efetiva”, “ativação legítima” e “uso funcional da licença”

Cabe ressaltar, novamente, que a solicitação de anulação da compra ocorreu devido a empresa não atender as especificações técnicas do edital:

- **“Conta cadastrada em nome do CONTRATANTE; e**
- **Gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble.”**

A alegação da empresa de que *“o questionamento técnico manifestado pela equipe do tribunal — quanto à ausência de vinculação da licença ao e-mail institucional — diz respeito à forma de gestão da licença, e não à sua validade ou legalidade”* por si só demonstra o descumprimento legal da forma de gestão da licença estabelecida no edital.

Com relação à afirmativa da empresa de que a gestão da licença é realizada *“por meio do painel de parceiros da fabricante Trimble, com ativação local e validação criptografada”*, a equipe de gestão e fiscalização reafirma que não há evidências que a confirmem como um parceiro oficial ou distribuidor homologado da Trimble - a própria Trimble, durante o processo de recebimento do objeto alertou que a empresa Licentech: *“(…) não é e nunca foi um representante oficial da nossa marca. Consequentemente, a referida empresa não possui o direito legal de comercializar nossos produtos de forma oficial”*. (marcador 19).

EDIVAN
CARLOS
CASSARO
05/11/2025 12:51

VALDIR
LUIZ
DA
CUNHA
05/11/2025 12:54

ALEX
ANDRADE
SIQUEIRA
CAMPOS
05/11/2025 13:36

JACSON
ALEXANDRE
FERREIRA
05/11/2025 14:56

NAIRA
OSZOWSKI
05/11/2025 15:40



Ponto 3. “Gestão técnica amplamente adotada”:

A suposta adoção, por outros órgãos públicos, da metodologia proposta pela empresa não a torna, por si só, legal ou adequada para este Tribunal. Cada contratação deve ser avaliada individualmente, com base nos requisitos técnicos descritos nos editais. Também há de se considerar a possibilidade de desconhecimento da equipe responsável pela contratação no TRT10 (exemplo citado pela empresa) da forma que a fabricante comercializa a licença do software em questão. Por óbvio, o fato do software funcionar após a instalação não implica dizer que ele foi ativado de forma legal, reconhecida pelo fabricante.

Conforme as evidências sugerem - declaração anterior (marcador 23), página do fabricante (marcador 18) e confirmação junto a fabricante (marcador 19), o **modelo de licença “Clássico”** não é comercializado desde 4 de novembro de 2020. Podemos inferir, portanto, que a comercialização deste modelo de licenças indica ilegalidade no fornecimento das mesmas.

Ponto 4. “Inexistência de fraude, dolo ou falsidade”:

A análise técnica não se limita a identificar dolo ou fraude, e sim a **verificar a conformidade do produto apresentado com os requisitos técnicos**. A suspeita de falsidade documental, a contradição entre as informações prestadas pela empresa e as informações obtidas diretamente com a fabricante (Trimble), sugerem irregularidades que demandam apuração. Conforme informado pelo representante da Trimble (email do marcador 19), as certidões e documentos apresentados pela empresa Licentech “são inverídicas”, apresentando diversos erros e assinadas por pessoas que, supostamente, não são funcionários da Fabricante do software, além de ter o formato diferente do papel timbrado oficial.

Ainda em atenção ao Despacho SECAD (marcador 35), a equipe técnica contactou a fabricante Trimble novamente via e-mail (marcador 36) e obteve como resposta uma carta (marcador 37), na qual a vice presidente global da Trimble confirma que o modelo de licença clássica não é fornecido desde 2020 e que as declarações apresentadas pela empresa Licentech são falsas.

Ponto 5. Sobre o “Cancelamento consensual e reembolso”:

A solicitação de cancelamento da nota de empenho e da contratação partiu da equipe de fiscalização técnica, fundamentada no não atendimento dos requisitos técnicos especificados. Não se trata de uma “*preferência do órgão por outro modelo de gestão*” e sim da obrigatoriedade de contratação de licenças dentro da legalidade e no formato oficial oferecido pelo fabricante.

O cancelamento diminuiu o prejuízo financeiro pois evitou que o Tribunal realizasse o pagamento de licenças vendidas de forma ilegal. Entretanto, houve prejuízo administrativo, demandando horas de trabalho da equipe responsável pela contratação para realizar um novo certame, além de atrasar a disponibilização do



software pretendido para atendimento das demandas da Coordenadoria de Projetos e Obras.

Conclusão técnica

Do ponto de vista técnico, as alegações da defesa da Licentech não eliminam as inconsistências e suspeitas de irregularidade documental (autorização de fornecimento e ativação de licença). A documentação apresentada pela empresa não comprova a regularidade da licença.

Portanto, a equipe de gestão e fiscalização entende que os elementos técnicos corroboram a necessidade de prosseguir com a apuração de responsabilidades, a fim de esclarecer completamente os fatos e coloca-se à disposição para quaisquer diligências complementares que se façam necessárias.

Em 05/11/2025,

Edivan Carlos Cassaro

Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC

Alex Andrade Siqueira Campos

Fiscal Técnico

De acordo,

Naira Oszowski

Fiscal Demandante

Jacson Alexandre Pereira

Demandante

Ciente,

Valdir Luiz da Cunha

Diretor da SETIC

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação



PROAD-9472/2025

Relatório CAILC nº 33/2025 - Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos (Portarias PRESI nº 538/2022 e 295/2025)

Senhora Diretora da SECAD,

Através do Ofício SECAD nº 30/2025, a empresa Licentech - Leonardo Passos Goebel foi notificada da instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade em razão utilização de documentação falsa no procedimento de contratação e de cometimento de fraude na execução do contrato.

A empresa apresentou defesa no prazo legal.

Alega que em nenhum momento foi notificada sobre a abertura de procedimento administrativo relacionado ao fornecimento do *software* SketchUp PRO, tendo apenas recebido o ofício SECAD nº 30/2025, o que causou surpresa, uma vez que não houve qualquer oportunidade prévia de contraditório ou esclarecimento antes da formalização da acusação.

Sustenta que o aludido *software* foi entregue e instalado com sucesso no ambiente do Tribunal, com ativação da licença vinculada ao painel da fabricante Trimble por intermédio da Licentech, como distribuidora homologada.

Argumenta que a fabricante Trimble emitiu declaração oficial atestando a ativação da licença em 16.06.2025, às 17hs39min, e que a solução técnica de ativação fornecida é amplamente adotada por diversos órgãos públicos, inclusive o TRT da 10ª Região.

Aduz que o modelo de licenciamento utilizado apresenta diversas vantagens técnicas e que o arquivo de ativação entregue não instala, modifica ou interfere no sistema operacional da máquina do órgão, atuando apenas como ponte de validação criptografada com os servidores da fabricante Trimble.

Assinala que o questionamento técnico da equipe do Tribunal diz respeito à forma de gestão da licença e não à sua validade ou legalidade, sendo absolutamente improcedente a acusação de apresentação de documentos falsos ou fraude contratual. Prossegue, afirmando que as licenças são "válidas, ativas, emitidas e reconhecidas pela própria fabricante".

Ao final, relata que, em decorrência da preferência técnica do órgão por modelo de gestão atrelado à conta institucional do Tribunal, foi solicitado o cancelamento do empenho, o que foi prontamente acatado pela empresa, sendo as licenças imediatamente invalidadas e solicitado à fabricante o reembolso dos valores correspondentes.

Conclui requerendo o arquivamento do procedimento apuratório e, caso o Tribunal entenda conveniente, que se proceda à oitiva técnica e apresentação de provas documentais adicionais, inclusive contato direto com a fabricante.

Feita essa síntese introdutória, passa-se a informar e sugerir o que segue.

Trata-se de incidente relacionado à entrega de 2 licenças de uso do *software* SketchUp Pro - Trimble, objeto da nota de empenho nº 387/2025.

Relativamente à ausência de prévia manifestação da empresa, cumpre destacar que a notificação da empresa foi promovida exatamente para garantir o exercício do contraditório, o qual deve ser observado após a instauração da

LUIS
FREDERICO
PEREIRA
03/12/2025 14:17

ERASMO
DUQUE
VALLE
03/12/2025 15:12

FERNANDA
GOMES
FERREIRA
03/12/2025 16:06

ARTUR
PRANDIN
CURY
04/12/2025 13:13



apuração e não antes. Além disso, a equipe de planejamento da contratação, no documento 38, esclarece que a Coordenadoria de Suporte realizou diversas trocas de e-mail com a empresa antes da instauração do procedimento apuratório.

Assim, inexistiu qualquer vício que macule o procedimento apuratório.

Quanto à entrega do objeto da contratação, tem-se que, de acordo com o relato da Equipe de Gestão e Fiscalização, constante do documento 23, após a instalação do *software*, constatou-se procedimento atípico de licenciamento, que se mostrava totalmente diverso do adotado daquele seguido no licenciamento da ferramenta já utilizada no Tribunal, cujo prazo de validade expirou em 18.06.2025. A atipicidade decorria da circunstância de o procedimento envolver o uso de outro *software* enviado pela contratada; não ter sido necessário cadastro de e-mail oficial do Tribunal no site do fabricante e não ter sido possível confirmar a validade do licenciamento, nem mesmo sua confirmação online, deixando de ser atendido, assim, o exigido no aviso de contratação direta, que previa, em seu item 1, "conta cadastrada em nome do contratante" e "gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble".

Ainda segundo o relato, após terem sido dirigidos questionamentos à empresa, esta alegou que foi fornecido o modelo de licença clássica, já utilizado em outros órgãos públicos, inclusive TRT da 10ª Região, e que a licença por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estava mais disponível para uso no setor governamental. A equipe da Coordenadoria de Suporte, então, verificou no site da SketchUp que o modelo de licença clássica não é comercializado desde novembro de 2020. A equipe também manteve contato com representante do fabricante do *software*, o qual confirmou que a licença clássica do SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos; que o modelo de licenciamento atual é baseado exclusivamente em assinatura; que a empresa Licentech não é representante da marca e não são verídicos os documentos apresentados durante a fase de homologação das disputa da aquisição direta, os quais serão anexados no processo legal que será movido contra ela.

Após a apresentação da defesa da empresa, foi mantido novo contato com a fabricante, que encaminhou a carta constante do documento 37, na qual seu vice-presidente confirma que o modelo de licença clássico não é fornecido desde 2020 e que as declarações apresentadas pela empresa Licentech são falsas.

Como se extrai de todo o exposto, a questão não se limita à "preferência técnica do órgão por modelo de gestão atrelado à conta institucional do tribunal", como sustentado pela empresa. Na verdade, o aviso de contratação direta, como já assinalado, previa, no item 1, "conta cadastrada em nome do contratante" e "gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble".

Além disso, existem aspectos cuja gravidade transcende à mera entrega de objeto que desatende às especificações do aviso de contratação direta.

É que, contrariamente à linha de argumentação da empresa, o questionamento da equipe de gestão e fiscalização envolve sim aspectos que dizem respeito à validade e legalidade das licenças.

Com efeito, o representante do fabricante, de forma clara e inequívoca, afirmou que a licença clássica do *software* SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos e que o modelo de licenciamento atual é baseado em assinatura; que a empresa Licentech nunca foi representante da marca e não possui direito legal de comercializar seus produtos e que não são verídicas a certidão de que a empresa Licentech é revendedora autorizada pelo fabricante e a declaração de ativação das licenças institucional Trimble, constantes dos



documentos 7 e 21, as quais apresentam diversos erros, tendo sido provavelmente assinados por pessoa que não é sua funcionária e fora do papel timbrado da companhia.

Esses elementos evidenciam que, efetivamente, houve fornecimento de versão não original do *software* SketchUp Pro, cuja licença clássica sequer é comercializada desde 2020, além de uso de documentos falsos durante a contratação direta, e esvaziam integralmente a alegação da empresa de que é distribuidora homologada da fabricante Trimble, com prerrogativa de gerir painel de validação de licenças da marca.

As infrações cometidas são graves e contrastam com a conduta exigível de que se dispõe a contratar com o Poder Público, enquadrando-se no art. 155, inciso VIII, e IX, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

(...)

VIII - **apresentar declaração ou documentação falsa** exigida para certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

IX- fraudar a licitação ou praticar **ato fraudulento na execução do contrato;**"

A utilização de documentação falsa na disputa da contratação direta (documento 7 - certificado de empresa autorizada) e o cometimento de fraude na execução do contrato (fornecimento de versão não original de *software* e apresentação de declaração falsa de ativação de licenças) ensejam a aplicação da mais severa pena prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme o disposto no art. 156 do referido diploma legal, que estabelece:

"Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

(...)

§ 5º. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI e XII** do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos."

Os fatos apurados são indicativos, ainda, do cometimento de delito capitulado no inciso II do art. 337-L, do código Penal, que dispõe:

"Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

(...)

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;



(...)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Cabe assinalar que o fato de outros órgãos eventualmente terem adquirido o *software* nas mesmas condições das apuradas no presente processo não tem o condão de legitimar a prática da empresa e pode ter ocorrido em função da inexistência de aprofundamento nas averiguações da originalidade do objeto fornecido.

Em face de todo o exposto, sugere-se:

a) o sancionamento da empresa Licentech - Leonardo Passos Goebel com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no art. 155, incisos VIII e IX, e no art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

b) o encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público da União, em razão da existência de elementos indicativos do cometimento de delito capitulado no inciso II do art. 337-L, do Código Penal.

Em 03.12.2025.

Luis Frederico Pereira
Presidente da Comissão

Artur Prandin Cury
Membro

Erasmus Duque Valle
Membro

Aprovo o relatório.
À Diger.
Em 03.12.2025.

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da SECAD



PROAD 9472/2025

INTERESSADA: Licentech – Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Aplicação de penalidade

 **CARLOS
EDUARDO
TIUSSO**
04/12/2025 15:34

Trata o presente expediente de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade à contratada, em razão utilização de documentação falsa no procedimento de contratação e de cometimento de fraude na execução do contrato.

Por meio do Ofício SECAD nº 030/2025, a empresa Licentech – Leonardo Passos Goebel foi notificada da instauração do referido procedimento administrativo.

A Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos, por meio do Relatório nº 33/2025, atestou que a empresa apresentou defesa no prazo legal.

Após analisar os documentos presentes no processo, sugeriu o sancionamento da empresa com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público da União, em razão da existência de elementos indicativos do cometimento de delito capitulado no inciso II do art. 337-L, do Código Penal.

A Diretora da Secretaria Administrativa aprovou o relatório.

À elevada consideração do Desembargador do Trabalho-Presidente.

Em 4 de dezembro de 2025.

CARLOS EDUARDO TIUSSO

Diretor-Geral



PROAD 9472/2025

INTERESSADA: Licentech – Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Aplicação de penalidade

AMARILDO
CARLOS
DE LIMA
04/12/2025 17:14

Trata o presente expediente de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidade à contratada, em razão utilização de documentação falsa no procedimento de contratação e de cometimento de fraude na execução do contrato.

Em razão do cometimento de infração na participação do Pregão Eletrônico nº 16114/2024, a Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos analisou o presente expediente, por intermédio do Relatório n. 033/2025, e apresentou manifestação conclusiva, conforme previsto no art. 21 da Portaria PRESI n. 340/2022.

O relatório aponta que a empresa:

“alega que em nenhum momento foi notificada sobre a abertura de procedimento administrativo relacionado ao fornecimento do software SketchUp PRO, tendo apenas recebido o ofício SECAD nº 30/2025, o que causou surpresa, uma vez que não houve qualquer oportunidade prévia de contraditório ou esclarecimento antes da formalização da acusação.

Sustenta que o aludido software foi entregue e instalado com sucesso no ambiente do Tribunal, com ativação da licença vinculada ao painel da fabricante Trimble por intermédio da Licentech, como distribuidora homologada.

Argumenta que a fabricante Trimble emitiu declaração oficial atestando a ativação da licença em 16.06.2025, às 17hs39min, e que a solução técnica de ativação fornecida é amplamente adotada por diversos órgãos públicos, inclusive o TRT da 10ª Região.

Aduz que o modelo de licenciamento utilizado apresenta diversas vantagens técnicas e que o arquivo de ativação entregue não instala, modifica ou interfere no sistema operacional da máquina do órgão, atuando apenas como ponte de validação criptografada com os servidores da fabricante Trimble.

Assinala que o questionamento técnico da equipe do Tribunal diz respeito à forma de gestão da licença e não à sua validade ou legalidade, sendo absolutamente improcedente a acusação de apresentação de documentos falsos ou fraude contratual. Prossegue, afirmando que as licenças são “válidas, ativas, emitidas e reconhecidas pela própria fabricante”.

Ao final, relata que, em decorrência da preferência técnica do órgão por modelo de gestão atrelado à conta institucional do Tribunal, foi solicitado o cancelamento do empenho, o que foi prontamente acatado pela empresa, sendo as licenças imediatamente invalidadas e solicitado à fabricante o reembolso dos valores correspondentes.

Conclui requerendo o arquivamento do procedimento apuratório e, caso o Tribunal entenda conveniente, que se proceda à oitiva técnica e apresentação de provas documentais adicionais, inclusive contato direto com a fabricante.

O procedimento refere-se à entrega de 2 licenças de uso do software SketchUp Pro - Trimble, objeto da nota de empenho nº 387/2025

Relativamente à ausência de prévia manifestação da empresa, a CAILC destaca:

“que a notificação da empresa foi promovida exatamente para garantir exercício do contraditório, o qual deve ser observado após a instauração da apuração e não antes. Além disso, a equipe de planejamento da contratação, no documento 38, esclarece que a



Coordenadoria de Suporte realizou diversas trocas de e-mail com a empresa antes da instauração do procedimento apuratório.

Assim, inexistiu qualquer vício que macule o procedimento apuratório.

Quanto à entrega do objeto da contratação, tem-se que, de acordo com o relato da Equipe de Gestão e Fiscalização, constante do documento 23, após a instalação do software, constatou-se procedimento atípico de licenciamento, que se mostrava totalmente diverso do adotado daquele seguido no licenciamento da ferramenta já utilizada no Tribunal, cujo prazo de validade expirou em 18.06.2025. A atipicidade decorria da circunstância de o procedimento envolver o uso de outro software enviado pela contratada; não ter sido necessário cadastro de e-mail oficial do Tribunal no site do fabricante e não ter sido possível confirmar a validade do licenciamento, nem mesmo sua confirmação online, deixando de ser atendido, assim, o exigido no aviso de contratação direta, que previa, em seu item 1, “conta cadastrada em nome do contratante” e “gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble”.

Ainda segundo o relato, após terem sido dirigidos questionamentos à empresa, esta alegou que foi fornecido o modelo de licença clássica, já utilizado em outros órgãos públicos, inclusive TRT da 10ª Região, e que a licença por subscrição, que atenderia ao solicitado no Edital, não estava mais disponível para uso no setor governamental. A equipe da Coordenadoria de Suporte, então, verificou no site da SketchUp que o modelo de licença clássica não é comercializado desde novembro de 2020. A equipe também manteve contato com representante do fabricante do software, o qual confirmou que a licença clássica do SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos; que o modelo de licenciamento atual é baseado exclusivamente em assinatura; que a empresa Licentech não é representante da marca e não são verídicos os documentos apresentados durante a fase de homologação da disputa da aquisição direta, os quais serão anexados no processo legal que será movido contra ela.

Após a apresentação da defesa da empresa, foi mantido novo contato com a fabricante, que encaminhou a carta constante do documento 37, na qual seu vice-presidente confirma que o modelo de licença clássico não é fornecido desde 2020 e que as declarações apresentadas pela empresa Licentech são falsas.

Consoante bem colocado pela CAILC, a questão não se limita à “preferência técnica do órgão por modelo de gestão atrelado à conta institucional do tribunal”, como sustentado pela empresa. Na verdade, o aviso de contratação direta, como já assinalado, previa, no item 1, “conta cadastrada em nome do contratante” e “gerenciamento das licenças de usuário junto à Trimble”.

Além disso, a gravidade transcende à mera entrega de objeto que desatende às especificações do aviso de contratação direta. Contrariamente à linha de argumentação da empresa, o questionamento da equipe de gestão e fiscalização envolve, sim, aspectos que dizem respeito à validade e legalidade das licenças.

Verificou a CAILC que o representante do fabricante, de forma clara e inequívoca, afirmou que a licença clássica do software SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos e que o modelo de licenciamento atual é baseado em assinatura; que a empresa Licentech nunca foi representante da marca e não possui direito legal de comercializar seus produtos e que não são verídicas a certidão de que a empresa Licentech é revendedora autorizada pelo fabricante e a declaração de ativação das licenças institucional Trimble, constantes dos documentos 7 e 21, as quais apresentam diversos erros, tendo sido provavelmente assinados por pessoa que não é sua funcionária e fora do papel timbrado da companhia.

Esses elementos evidenciam que, efetivamente, houve fornecimento de versão não original do SketchUp Pro, cuja licença clássica sequer é software comercializada desde 2020, além de uso de documentos falsos durante a contratação direta, e esvaziavam integralmente a



alegação da empresa de que é distribuidora homologada da fabricante Trimble, com prerrogativa de gerir painel de validação de licenças da marca.

Considerando que as infrações cometidas são graves e contrastam com a conduta exigível de que se dispõe a contratar com o Poder Público, enquadrando-se no art. 155, inciso VIII, e IX, da Lei nº 14.133/2021;

Considerando que a utilização de documentação falsa na disputa da contratação direta (documento 7 – certificado e empresa autorizada) e o cometimento de fraude na execução do contrato (fornecimento de versão não original de software apresentação de declaração falsa de ativação de licenças) ensejam a aplicação da mais severa pena prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme o disposto no art. 156 do referido diploma legal;

Considerando que os fatos apurados são indicativos, ainda, do cometimento de delito capitulado no inciso II do art. 337-L, do código Penal;

Adoto como razões de decidir os argumentos da Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos e **aplico** à contratada pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no art. 155, inciso VIII e IX, e art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Proceda-se ainda ao encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público da União, em razão da existência de elementos indicativos do cometimento de delito capitulado no inciso II do art. 337-L, do Código Penal.

À **Secretaria Administrativa (SECAD)** para as providências, inclusive expedição de ofício ao Ministério Público da União, encaminhando o Relatório elaborado pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos, o qual também deve ser enviado à empresa sancionada.

Em 4 de dezembro de 2025.

AMARILDO CARLOS DE LIMA

Desembargador do Trabalho-Presidente





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

 FERNANDA
GOMES
FERREIRA
05/12/2025 17:43

Ofício SECAD n.º 83

Florianópolis, 5 de dezembro de 2025.

Para:

Licentech – Leonardo Passos Goebel

Rua José Gelain, nº 114

Rubem Berta

91180-640 – Porto Alegre - RS

Assunto: Notificação de aplicação de penalidade - Processo nº 6.059/2025.

Prezados Senhores:

Comunico, pelo presente, que o Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente deste Tribunal aplicou a essa empresa a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos com base nos arts. 155, inciso VIII e IX, e 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Encaminho, em anexo, cópia da aludida decisão e do relatório nela referido, destacando que o prazo para a eventual apresentação de pedido de reconsideração é de 20 (vinte) dias úteis, que poderá ser encaminhado por e-mail para o seguinte endereço eletrônico: secad@trt12.jus.br.

Atenciosamente,

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da Secretaria Administrativa





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

FERNANDA
GOMES
FERREIRA
05/12/2025 18:46

Ofício SECAD nº 85

Florianópolis, 5 de dezembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Doutor
Daniel Ricken
Procurador-Chefe
Procuradoria da República em Santa Catarina
Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876
Bairro: Agronômica
88025-255 - Florianópolis - SC

Assunto: Encaminhamento de cópia de processo.

Senhor Procurador-Chefe,

De ordem do Exmo. Desembargador do Trabalho Presidente deste Tribunal encaminho cópia integral do Processo nº 9.472/2025, no qual foi aplicada a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e foram apurados indícios do cometimento de crime capitulado no art. 337-L do Código Penal.

Cordialmente,

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da Secretaria Administrativa



- PROCESSO-9472-2025-PARTE II.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico - MPF

Ministério Público Federal

Este é um e-mail automático. Favor não responder.



PROAD n. 9472/2025 DOC 44. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.LLKY.PYJK: <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>

OFÍCIO SECAD Nº 83/2025

Licentech Global Technologies LTDA <licitacoes@licentech.com.br>
Para: "Secretaria Administrativa (SECAD)" <secad@trt12.jus.br>

15 de dezembro de 2025 às 14:17

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento do **Ofício SECAD nº 83/2025** e do **Relatório CAILC nº 33/2025**, ora encaminhados em anexo.

Informamos que a empresa está procedendo à **análise técnica e jurídica minuciosa do relatório**, especialmente diante da gravidade das conclusões e dos efeitos potencialmente irreversíveis das medidas sugeridas, razão pela qual será apresentada **manifestação fundamentada**, com requerimento de **revisão crítica dos pontos técnicos e jurídicos abordados**, dentro do prazo cabível.

Desde já, registramos nossa total disposição para colaborar com a Administração no esclarecimento dos fatos, inclusive mediante apresentação de documentação complementar e elementos técnicos que se façam necessários.

Solicitamos, por gentileza, a **confirmação do recebimento deste e-mail e de seus anexos**.

Atenciosamente,

**Leonardo Passos Goebel**Diretor Executivo | **Licentech**

(51) 9 9342-9227

contato@licentech.com.br www.licentech.com.br

LinkedIn



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



[Texto das mensagens anteriores oculto]



MANIFESTAÇÃO FINAL COM PEDIDO DE REVISÃO DO RELATÓRIO.docx.pdf

682K



PROAD n. 9472/2025 DOC 45. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.GLLT.NJCP:

https://proceedings.usf.edu/databases/5/8/view.asp?searchall&permmsgid=msg-f:1851595487957006901&simpl=msg-f:18515954879570... 2/2



MANIFESTAÇÃO FINAL COM PEDIDO DE REVISÃO DO RELATÓRIO

Processo PROAD nº 9472/2025

Relatório CAILC nº 33/2025

Prezados Senhores,

A **LICENTECH – LEONARDO PASSOS GOEBEL**, já qualificada nos autos do **Processo PROAD nº 9472/2025**, por intermédio de seu representante legal, vem, com o devido respeito, apresentar a presente **MANIFESTAÇÃO FINAL COM PEDIDO DE REVISÃO CRÍTICA DO RELATÓRIO CAILC nº 33/2025**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DA GRAVIDADE DA SANÇÃO PROPOSTA E DO DEVER DE REVISÃO RIGOROSA

O Relatório CAILC nº 33/2025 sugere a aplicação da **sanção máxima de declaração de inidoneidade**, prevista no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, além do encaminhamento dos autos ao Ministério Público.

Trata-se, portanto, de medida **extrema, excepcional e de efeitos devastadores**, que impede a empresa de contratar com **toda a Administração Pública nacional**, pelo prazo mínimo de três anos.

Por essa razão, a jurisprudência administrativa e judicial é absolutamente pacífica no sentido de que **a aplicação da sanção de inidoneidade exige padrão probatório máximo**, com demonstração **inequívoca** de:

- dolo específico,
- fraude deliberada,
- má-fé qualificada,
- e prejuízo relevante ao erário.





Esse rigor **impõe à Administração o dever de reexaminar criticamente** os fundamentos do relatório antes da adoção de qualquer decisão sancionatória definitiva

II – DA AUSÊNCIA DE PROVA TÉCNICA IDÔNEA (VÍCIO CENTRAL DO RELATÓRIO)

O relatório sustenta suas conclusões, em essência, em:

- manifestações atribuídas a representantes da fabricante,
- alegações de que determinado modelo de licença não seria mais comercializado,
- juízos conclusivos sobre suposta falsidade documental.

Todavia, **não foi produzida qualquer prova técnica independente**, inexistindo nos autos:

- laudo pericial do software instalado;
- análise forense de integridade da licença;
- auditoria técnica sobre o método de ativação;
- cadeia de custódia ou validação pericial do ambiente computacional do Tribunal.

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que **declarações unilaterais de terceiros, desacompanhadas de prova técnica formal, não são suficientes para embasar sanções graves**, especialmente a de inidoneidade:

“A aplicação da sanção de inidoneidade exige prova robusta e inequívoca da conduta dolosa, não se admitindo presunções ou manifestações unilaterais desacompanhadas de comprovação técnica.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

Portanto, há **vício de instrução**, que impõe a **reabertura da fase probatória**.





III – DA CONFUSÃO ENTRE MODELO COMERCIAL E VALIDADE DA LICENÇA

O relatório incorre em equívoco técnico relevante ao equiparar:

- a alegada inexistência de determinado **modelo comercial** no mercado atual com
- a suposta **invalidade ou falsidade da licença efetivamente instalada**.

São conceitos absolutamente distintos.

O próprio processo reconhece que:

- o software foi instalado;
- houve ativação;
- a ferramenta funcionou no ambiente do Tribunal;
- não houve falha operacional, bloqueio ou impedimento técnico imediato.

A jurisprudência administrativa é clara ao afirmar que **divergência quanto ao modelo de fornecimento ou à forma de gestão da licença não se confunde com fraude**, sobretudo quando inexistente prova de adulteração, crack ou modificação ilícita:

“Eventual desconformidade técnica do objeto não se equipara, por si só, à fraude ou falsidade documental, sendo imprescindível a demonstração do elemento subjetivo.”

(TCU – Acórdão 1.214/2019 – Plenário)

IV – DA AUSÊNCIA DE DOLO, MÁ-FÉ OU PREJUÍZO AO ERÁRIO

Ainda que se reconheça a existência de divergência técnica quanto ao modelo de licenciamento, é juridicamente incontornável o fato de que:





- a Administração manifestou insatisfação quanto ao modelo adotado;
- foi solicitado o **cancelamento do empenho**;
- a empresa **acatou imediatamente**;
- as licenças foram **invalidadas**;
- foi solicitado **reembolso à fabricante**;
- não houve pagamento definitivo nem dano ao erário.

A conduta da empresa foi **colaborativa, transparente e corretiva**, o que afasta qualquer presunção de dolo.

O **STJ** possui entendimento consolidado no sentido de que **a ausência de prejuízo e a conduta corretiva do contratado afastam sanções extremas**:

“A sanção administrativa deve guardar proporcionalidade com a gravidade da conduta, sendo vedada a aplicação da penalidade máxima quando ausentes dolo e prejuízo ao erário.”

(STJ – RMS 34.203/DF)

V – DA DESPROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO DE INIDONEIDADE

Ainda que se admitisse, apenas em tese, eventual descumprimento contratual, a resposta juridicamente adequada seria:

- advertência;
- multa;
- rescisão contratual.

A **declaração de inidoneidade** é reservada a hipóteses extremas, conforme entendimento reiterado:





“A sanção de inidoneidade somente se justifica em situações de fraude comprovada e má-fé manifesta.”

(TCU – Acórdão 3.071/2015 – Plenário)

A aplicação da penalidade máxima, sem prova técnica robusta e sem demonstração de dolo, **viola frontalmente os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, devido processo legal e segurança jurídica.**

VI – DO PEDIDO DE REVISÃO DO RELATÓRIO E REABERTURA DA INSTRUÇÃO

Diante da gravidade das conclusões e dos vícios apontados, **requer-se expressamente:**

1. **A revisão integral e crítica do Relatório CAILC nº 33/2025**, à luz dos fundamentos ora apresentados;
2. **A reabertura da fase instrutória**, com:
 - produção de prova técnica independente;
 - análise pericial do software e das licenças instaladas;
 - oitiva formal da fabricante, assegurado o contraditório;
3. **A suspensão de qualquer deliberação sancionatória** até o completo saneamento da instrução;
4. Ao final, **o arquivamento do procedimento**, ou, subsidiariamente, o afastamento da sanção de inidoneidade, por manifesta desproporcionalidade.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa não se exime de prestar esclarecimentos, tampouco se esquia do debate técnico. Contudo, **não pode ser submetida à sanção mais severa do ordenamento administrativo com base em presunções, fragilidade probatória e controvérsia técnica não periciada.**





A revisão do relatório, neste momento, é medida de justiça administrativa, legalidade e prudência institucional.

Termos em que,
Pede deferimento.



PROAD-9472/2025

Relatório CAILC nº 3/2026 - Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos (Portarias PRESI nº 538/2022 e 295/2025)

Senhor Diretor da SECAD,

Através do Ofício SECAD nº 83/2025 a empresa Licentech - Leonardo Passo Goebel foi notificada da aplicação da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos.

A empresa se insurgiu no prazo previsto no art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

Alega que a instrução deve ser reaberta, tendo em vista que não foi elaborado laudo pericial do *software* instalado; análise forense de integridade da licença; auditoria técnica sobre o método de ativação; cadeia de custódia ou validação pericial do ambiente computacional do Tribunal.

Argumenta que o Relatório CAILC nº 33/2025 incorre em equívoco ao equipar a inexistência de determinado modelo comercial no mercado atual com a suposta invalidade ou falsidade da licença efetivamente instalada.

Aduz que conforme consta do processo, o *software* foi instalado; houve ativação; a ferramenta funcionou no ambiente do Tribunal e não houve falha operacional, bloqueio ou impedimento técnico imediato.

Alega, ainda, que tendo a Administração manifestado insatisfação quanto ao modelo de licenciamento adotado, foi solicitado o cancelamento do empenho e a empresa acatou imediatamente, tendo as licenças sido invalidadas, com solicitação de reembolso à fabricante, sem realização de pagamento pelo Tribunal e dano ao erário.

Por fim, aduz que a aplicação da pena de advertência é desproporcional e, no caso de eventual descumprimento contratual, a resposta juridicamente adequada seria a aplicação de advertência; multa e rescisão contratual.

Feita essa introdução, esta Comissão de Apuração passa a destacar e sugerir o que segue.

Inicialmente, sugere-se que a impugnação seja recebida como **pedido de reconsideração**, ante o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe que contra a aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 é cabível apenas o aludido instrumento de revisão.

A arguição de vício na instrução probatória não procede.

 LUIS
FREDERICO
PEREIRA
15/01/2026 17:53

 SIMON
CEZAR
DANIELSKI
FAISCA
15/01/2026 17:58

 ERASMO
DUQUE
VALLE
15/01/2026 18:03

 GUSTAVO
BIANCHINI
15/01/2026 18:27



A empresa, ao apresentar sua defesa, não requereu a realização de perícia ou auditoria externa. Além disso, a apuração não envolveu análise de vícios intrínsecos do *software*, que demandassem elucidação pericial.

O *software*, de fato, foi instalado normalmente. Contudo, a controvérsia decorreu dos procedimentos relacionados à ativação das licenças, tendo a empresa apresentado declaração de ativação que o fabricante informou tratar-se de documento falso.

No Relatório CAILC nº 33/2025 não se concluiu que a licença era falsa apenas com base na inexistência de modelo comercial no mercado e não houve confusão de conceitos.

O que constou do referido relatório é que, de acordo, com as informações prestadas pelo fabricante, a licença clássica do *software* SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos e não são verídicas a certidão de que a empresa Licentech é sua revendedora autorizada e a declaração de ativação das licenças.

Com base nesses elementos concluiu-se que houve fornecimento de versão não original do *software* SketchUp Pro e uso de documentos falsos.

Se a empresa, de fato, tivesse sido reembolsada pelo fabricante em função da operação realizada com o Tribunal, o questionamento da legitimidade do objeto da aquisição seria fragilizado. Mas não foi apresentado elemento mínimo de corroboração nesse sentido pela empresa, que permaneceu no campo da alegação.

A circunstância de a empresa ter anuído à decisão da Administração de cancelar a contratação não a exime da responsabilidade pelas infrações cometidas.

Por outro lado, o sancionamento pelo cometimento de fraude ou falsidade na licitação e na execução contratual não está condicionado à demonstração de vontade direcionada à prática das infrações e à produção de dano à Administração:

Nesse sentido, pontua Marçal Justen Filho, ao dissertar sobre a culpabilidade nas infrações administrativas:

“Isso não equivale a exigir a presença de dolo, na acepção da vontade de produzir um resultado antijurídico ou de aceitar sua concretização. Também se configura o elemento subjetivo reprovável quando o sujeito deixa de adotar as precauções e cautelas inerentes à posição jurídica de partícipe de uma relação jurídica com a Administração Pública.”

(Comentários à Lei de Licitações e de Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021, Thomson Reuters, 2021, pág. 1603).

O TCU segue idêntica diretriz, como se extrai d Acórdão nº 1168 /2025:

“(…)

A mera participação no certame com base em declaração falsa configura fraude à licitação, independentemente de obtenção de vantagem ou comprovação de má-fé, conforme reiteradamente decidido por este Tribunal (Acórdão 623/2025-TCU-



Plenário, 1.607/2023- TCU-Plenário e 2.446/2016-TCU-Plenário, entre outros).”
(Processo 040.026/2023-0, rel. Min. Augusto Nardes, julgado em 28.05.2025).

Impõe-se observar que o art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, não confere margem de discricionariedade para o sancionamento pela utilização de documentação falsa e cometimento de ato fraudulento, cominando, exclusivamente, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 anos, com o que não se pode cogitar da aplicação das penas de advertência ou multa.

Em face do exposto, a empresa não logrou demonstrar a ocorrência de algum defeito, vício ou equívoco na decisão sancionatória, razão pela qual sugere-se o não acolhimento do pedido de reconsideração.

Em 15.01.2026.

Luis Frederico Pereira
Presidente da Comissão

Saimon Cezar Danieliski Faisca
Membro

Erasmus Duque Valle
Membro

Aprovo o relatório.
À DÍGER.
Em 15.01.2026.

Gustavo Bianchini
Diretor da SECAD



PROAD 9472/2025

INTERESSADA: Licentech – Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Aplicação de penalidade

 FERNANDA
GOMES
FERREIRA
19/01/2026 18:54

Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra a decisão da Presidência de marcador 41, que aplicou à empresa Licentech – Leonardo Passos Goebel a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no art. 155, inciso VIII e IX, e art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

A empresa foi notificada da decisão por meio do Ofício SECAD nº 83/2025 (marcador 42), tendo e apresentado o pedido de reconsideração em 15-12-2025 (marcador 45-46).

A CAILC analisa a manifestação da empresa por meio do Relatório CAILC nº 3/2026 (marcador 47) e sugere o não acolhimento do pedido de reconsideração.

O Diretor da Secretaria Administrativa aprovou o relatório.

À elevada consideração da Exma. Desembargadora do Trabalho-Presidente.

Em 19 de janeiro de 2026.

FERNANDA GOMES FERREIRA
Diretora-Geral



PROAD 9472/2025

INTERESSADA: Licentech – Leonardo Passos Goebel

ASSUNTO: Aplicação de penalidade

TERESA
REGINA
COTOSKY
21/01/2026 11:23

Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra a decisão da Presidência de marcador 41, que aplicou à empresa Licentech – Leonardo Passos Goebel a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no art. 155, inciso VIII e IX, e art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

A empresa foi notificada da decisão por meio do Ofício SECAD nº 83/2025 (marcador 42), tendo e apresentado o pedido de reconsideração em 15-12-2025 (marcador 45-46).

Em síntese, alega que há vício de instrução, que impõe a reabertura da fase probatória, aduzindo que há equívoco técnico no Relatório nº 33/2025 da CAILC que embasou a decisão de marcador 41, uma vez que equipara a inexistência de determinado modelo comercial no modelo atual com a invalidade ou falsidade de licença efetivamente instalada.

Assevera que, ainda que se reconheça a existência de divergência técnica quanto ao modelo de licenciamento, agiu sem dolo, de forma colaborativa, transparente e corretiva, indicando julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de que a ausência de prejuízo e a conduta corretiva do contratado afastam sanções extremas.

Nesse sentido, afirma que a aplicação da penalidade máxima viola frontalmente os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, devido processo legal e segurança jurídica.

Assim, requer expressamente: a revisão integral do Relatório CAILC nº 33/2025; a reabertura da fase instrutória; suspensão de qualquer deliberação sancionatória até o completo saneamento da instrução e o arquivamento do procedimento ou, subsidiariamente, o afastamento da sanção de inidoneidade.

A CAILC analisa a manifestação da empresa por meio do Relatório CAILC nº 3/2026 (marcador 47).

Inicialmente, sugere que a impugnação seja recebida como pedido, ante o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133 de reconsideração /2021, o qual dispõe que contra a aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 é cabível apenas o aludido instrumento de revisão.

No que se refere às questões apresentadas pela empresa, assevera que a arguição de vício na instrução probatória não procede, conforme segue:

A empresa, ao apresentar sua defesa, não requereu a realização de perícia ou auditoria externa. Além disso, a apuração não envolveu análise de vícios intrínsecos do software, que demandassem elucidação pericial.

O software, de fato, foi instalado normalmente. Contudo, a controvérsia decorreu dos procedimentos relacionados à ativação das licenças, tendo a empresa apresentado declaração de ativação que o fabricante informou tratar-se de documento falso.



No Relatório CAILC nº 33/2025 não se concluiu que a licença era falsa apenas com base na inexistência de modelo comercial no mercado e não houve confusão de conceitos.

O que constou do referido relatório é que, de acordo, com as informações prestadas pelo fabricante, a licença clássica do software SketchUp Pro não é comercializada há mais de cinco anos e não são verídicas a certidão de que a empresa Licentech é sua revendedora autorizada e a declaração de ativação das licenças.

Com base nesses elementos concluiu-se que houve fornecimento de versão não original do software SketchUp Pro e uso de documentos falsos.

Ademais, pontua que se a empresa, de fato, tivesse sido reembolsada pelo fabricante em função da operação realizada com o Tribunal, o questionamento da legitimidade do objeto da aquisição seria fragilizado, contudo, não a empresa não apresentou qualquer elemento de corroboração nesse sentido.

Assevera a CAILC, ainda, que o fato da empresa ter anuído à decisão da Administração de cancelar a contratação não a exime da responsabilidade pelas infrações cometidas, e que:

(...) o sancionamento pelo cometimento de fraude ou falsidade na licitação e na execução contratual não está condicionado à demonstração de vontade direcionada à prática das infrações e à produção de dano à Administração:

Nesse sentido, pontua Marçal Justen Filho, ao dissertar sobre a culpabilidade nas infrações administrativas:

“Isso não equivale a exigir a presença de dolo, na acepção da vontade de produzir um resultado antijurídico ou de aceitar sua concretização. Também se configura o elemento subjetivo reprovável quando o sujeito deixa de adotar as precauções e cautelas inerentes à posição jurídica de partícipe de uma relação jurídica com a Administração Pública.” (Comentários à Lei de Licitações e de Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021, Thomson Reuters, 2021, pág. 1603).

O TCU segue idêntica diretriz, como se extrai do Acórdão nº 1168/2025:

“(…)

A mera participação no certame com base em declaração falsa configura fraude à licitação, independentemente de obtenção de vantagem ou comprovação de má-fé, conforme reiteradamente decidido por este Tribunal (Acórdão 623/2025-TCU-Plenário, 1.607/2023- TCU-Plenário e 2.446/2016-TCU-Plenário, entre outros).” (Processo 040.026/2023-0, rel. Min. Augusto Nardes, julgado em 28.05.2025).

Impõe-se observar que o art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, não confere margem de discricionariedade para o sancionamento pela utilização de documentação falsa e cometimento de ato fraudulento, cominando, exclusivamente, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 anos, com o que não se pode cogitar da aplicação das penas de advertência ou multa.

Diante do exposto, adoto como razões de decidir os argumentos da Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos e mantenho a decisão de marcador 41, por seus próprios fundamentos.



À Secretaria Administrativa (SECAD) para as providências, inclusive, encaminhar o Relatório elaborado pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos à empresa sancionada.

Em 19 de janeiro de 2026.

TERESA REGINA COTOSKY

Desembargadora do Trabalho-Presidente





Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>

OFÍCIO SECAD Nº 83/2025

4 mensagens

Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>
Para: "licitacoes@licentech.com.br" <licitacoes@licentech.com.br>

15 de dezembro de 2025 às 13:19

Prezados Senhores,

Encaminho, em anexo, o Ofício SECAD Nº 83/2025 e o relatório nela referido.
Solicito confirmação do recebimento.
Cordialmente,



Fernanda Gomes Ferreira - Diretora
SECAD - Secretaria Administrativa
secad@trt12.jus.br
Direção: (48) 3216.4339
Ramais: 4217 | 4023 | 4404

2 anexos

OFICIO - SECAD Nº 83 -2025.pdf
97K

RELATÓRIO - CAILc nº 33-2025.pdf
92K

Licentech Global Technologies LTDA <licitacoes@licentech.com.br>
Para: "Secretaria Administrativa (SECAD)" <secad@trt12.jus.br>

15 de dezembro de 2025 às 14:17

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento do **Ofício SECAD nº 83/2025** e do **Relatório CAILC nº 33/2025**, ora encaminhados em anexo.

Informamos que a empresa está procedendo à **análise técnica e jurídica minuciosa do relatório**, especialmente diante da gravidade das conclusões e dos efeitos potencialmente irreversíveis das medidas sugeridas, razão pela qual será apresentada **manifestação fundamentada**, com requerimento de **revisão crítica dos pontos técnicos e jurídicos abordados**, dentro do prazo cabível.

Desde já, registramos nossa total disposição para colaborar com a Administração no esclarecimento dos fatos, inclusive mediante apresentação de documentação complementar e elementos técnicos que se façam necessários.

Solicitamos, por gentileza, a **confirmação do recebimento deste e-mail e de seus anexos**.

Atenciosamente,



Leonardo Passos Goebel
Diretor Executivo | Licentech
☎ (51) 9 9342-9227
✉ contato@licentech.com.br
🌐 www.licentech.com.br



Soluções inteligentes em licenciamento com segurança, inovação e confiança.



[Texto das mensagens anteriores oculto]

 MANIFESTAÇÃO FINAL COM PEDIDO DE REVISÃO DO RELATÓRIO.docx.pdf
682K

Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>
Para: Licentech Global Technologies LTDA <licitacoes@licentech.com.br>

21 de janeiro de 2026 às 16:08

Prezados,

Encaminho a decisão proferida pela Presidência, conforme documento em anexo.

Atenciosamente.

Erika Mendonça da Silva



Gustavo Bianchini - Diretor
SECAD - Secretaria Administrativa
secad@trt12.jus.br
Direção: (48) 3216.4339
 Ramais: 4217 | 4023 | 4404

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

 DECISÃO DA PRESIDÊNCIA.pdf
702K

 **RELATORIO CAILC N° 3 2026.pdf**
654K

Secretaria Administrativa (SECAD) <secad@trt12.jus.br>
Para: Licentech Global Technologies LTDA <licitacoes@licentech.com.br>

21 de janeiro de 2026 às 16:08

Prezados,

Encaminho a decisão proferida pela Presidência, conforme documento em anexo.

Atenciosamente.

Erika Mendonça da Silva



Gustavo Bianchini - Diretor
SECAD - Secretaria Administrativa
secad@trt12.jus.br
Direção: (48) 3216.4339
 Ramais: 4217 | 4023 | 4404

Em seg., 15 de dez. de 2025 às 14:17, Licentech Global Technologies LTDA <licitacoes@licentech.com.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

 DECISÃO DA PRESIDÊNCIA.pdf
702K

 **RELATORIO CAILC N° 3 2026.pdf**
654K



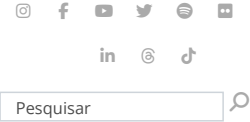
PROAD n. 9472/2025 DOC 50. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.FDXQ.SQVL:

mail.google.com/mail/u/0/?ikc=ddba4f951&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r6125601290726320640&siml=msg-a:r386169828743... 2/2

Ir para conteúdo | Ir para Menu |
Ir para busca | Ir para rodapé

English |
Español |
Português

Acessibilidade
Intranet



Ver Editar Apagar Revisões Copiar

Licitações e Contratos

Página Inicial

Estrutura e Contatos

Serviços

Compra Direta

Licitações

Registro de Preços

Contratos



Orientações

Informações Gerais

Perguntas Frequentes

Links Úteis

Sanções Administrativas

Nesta área consta um compilado das sanções administrativas aplicadas pela Administração aos contratados nos termos das Leis 8.666/93 e 14.133/21. A obrigatoriedade da publicidade das sanções está prevista no § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93 e no art. 161 da Lei 14.133/21.








Em caso de dúvida ou necessidade, contatar a Seção de Registro de Preços pelo e-mail srp@trt12.jus.br ou (48) 3216-4136.

Informações Atualizadas em 22/01/2026 - 13:45:00







PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT: <https://trt12.jus.br/licitacoes-e-contratos/sancoes-administrativas>

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	99+ INÍCIO
------------	----------	------------	--------	------------

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA CNPJ: 04.848.808/0001-84	CTO 11973/2017	DOU 109 de 09/06/20 pág 114	Multa compensatória, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal referente aos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020 e 10% (dez por ,com cento) sobre o preço mensal referente aos meses de fevereiro, março e abril de 2020.	03/06/2020
A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA CNPJ: 04.848.808/0001-84	PROAD- 11973/2017	 DOU 201 de 16/10/19 pág 144	Multa compensatória de 5% sobre o preço mensal, referente aos meses de abril, maio e julho de 2019.	27/08/2019
A. Alemax Assistência Técnica Ltda ME CNPJ: 04.848.808/0001-84	PRE 11973/2017	 DOU 121 de 26/06/18 pág 156	Multa compensatória de 5% sobre o valor mensal do contrato	26/06 
A. Alemax Assistência Técnica Ltda. ME CNPJ: 04.848.808/0001-84	PRE 11093/2010	 DOU 175 de 10/09/12 pág 153	Multa e Suspensão do direito de licitar e contratar com este Tribunal.	10/09/2012
A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. ME CNPJ:04.848.808/0001-84	PRE - 8108/2017 PROAD 11973/2017	 DOU 73 de 16/04/19 pág 135	Multa compensatória no montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal do contrato	28/03/2019
A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. ME CNPJ:04.848.808/0001-84	PRE - 8108/2017 PROAD 11973/2017	 DOU 121 de 26/06/19 pág 130	Multa compensatória de 5% sobre o preço mensal do contrato Fevereiro 2019, e de 10% sobre o preço mensal do contrato Março 2019.	26/06/2019
ALEX MARTINS DE ANDRADE CNPJ: 45.212.211/0001-26	PROAD 17651/2023 - doc 147	DOU 244 de 19/12/24 pág 214	Multa compensatória no importe de R\$ 7,29, não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, com base no inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133.	25/10/2024
AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI	PRE 7451/2021 Proad	DOU 47 de 10/03/22 pág 178	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do	10/03/2022 







FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CNPJ: 77.853.083/0003-58	1513/2022 Marcador 28		SICAF, pelo prazo de 12(doze) meses.	
A. H. de Oliveira Máquinas e Equipamentos Ltda. CNPJ: 07.726.559/0001-42	PRE 5652/2011	 DOU 237 de 12/12/11 pág 168	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	12/12/2011
ACN Comércio de Produtos de Trânsito Ltda. CNPJ:73.628.307/0001-05	PRE-6598/2017	N/A	Multa moratória.	03/08/2018
Alexsandro Ávila de Oliveira ME CNPJ: 12.369.288/0001-55	PRE 6891/2013	 DOU 178 de 17/09/15 pág 154	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	28/04/2014
Alexsandro Ávila de Oliveira ME. CNPJ: 12.369.288/0001-55	PRE 10763/2012	N/A	Advertência.	18/06/2013 
ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA EIRELI - ME CNPJ: 20.170.243/0001-85	Proad 2831/2025 (CTO 13094/2022) marcador 11	N/A	Advertência	13/03/2025
ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA EIRELI - ME CNPJ: 20.170.243/0001-85	Proad 6207/2022 PRE 3218/2022 marcador 416	DOU 53 de 18-03-24 pag 165	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5153 a 5156, com fundamen-to no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na cláusula Dezesseis, § 2º, alínea "b.4" do contrato.	26/02/2024
ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA EIRELI - ME CNPJ: 20.170.243/0001-85	Proad 13094/2022 PRE 3218/2022 marcador 467	DOU 53 de 18-03-24 pag 165	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5166 a 5170, com fundamen-to no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na cláusula dezesseis, § 2º, alínea "b.4" do contrato e no art. 26 da Portaria PRESI n. 389/2021.	21/02/2024
ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA EIRELI - ME CNPJ: 20.170.243/0001-85	Proad 11732/2024 CTO 13094/2022 marcador 13	DOU 206 de 23-10-24 pag 195	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5692 a 5696 e 5698, pela não comprovação	23/09/2024 



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			da manutenção da regularidade fiscal.	
ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA EIRELI - ME CNPJ: 20.170.243/0001-85	Proad 11899/2024 CTO 13094/2022 marcador 5	DOU 208 de 25- 10-24 pag 258	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5652 e 5656, pela não comprovação da manutenção da regularidade fiscal.	13/09/2024
ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 43.794.816/0001-47	CD 1411/2023 marcador 139	N/A	Multa moratória no importe de R\$ 2.328,00 (dois mil, trezentos e vinte e oito reais) correspondente a 144 dias de atraso na entrega de material.	15/02/2024
ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 43.794.816/0001-47	CD 1411/2023 marcador 168	N/A	Multa moratória no importe de R\$ 1.309,50 (mil, trezentos e nove reais e cinquenta centavos) correspondente a 386 (trezentos e oitenta e seis) dias de atraso na entrega de material.	23/09/2024
ART CARD LTDA CNPJ: 05.449.347/0001-30	CD 16972/2023 marcador 23	DOU 53 de 18- 03-24 pag 165	Multa moratória de 0,90% sobre o valor da nota de empenho 2023NE000628, em virtude da entrega de bens com 3 (três) dias de atraso.	26/01/2024
AT CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 18.365.821/0001-97	CD 4354/2023 marcador 238	N/A	Multa moratória no de 10% sobre o valor da 2023NE00341.	24/08/2023
Atacado Litoral Catarinense Ltda. ME CNPJ: 09.006.278/0001-40	PRE 1585/2015	DOU 179 de 16/09/16 pag 146	Impedimento de licitar e contratar com a União.	16/09/2016
Audaz Serviços e Comércio Ltda. CNPJ: 19.286.679/0001-55	CD 5264/2024 PROAD 13150/24 marcador 41	N/A Art. 161 da Lei n. 14133/21	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta da União Multa Compensatória de	04/09/2025






FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			15% sobre o valor da contratação	
Azus Informática Ltda. EPP CNPJ: 11.154.905/0001-32	PRE 1242/2014	 DOU 61 de 31/06/15 pág 162	Multa Moratória e Multa Compensatória.	18/03/2015
BAGGIO ARQUITETURA CONSULTORIA SS LTDA CNPJ: 94.209.145/0001-40	PRE 1192/2018	DOU 216 de 18/11/21 pág 182	Multa compensatória de 1% sobre o valor da nota fiscal nº 2021/94	30/09/2021
BRIOJARAGUÁ COMÉRCIO DE PRODUTAS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA CNPJ: 02.706.629/0001-87	PROAD 13467/2019	 DOU035 de 19/02/2020 pág.130	Impedimento de Licitar e Contratar com a União pelo período de 3(três) meses, com base no Art. 7º da Lei 10.520/2002	15/01/2020 
Beecorp Bem Estar Corporativo Ltda. CNPJ: 13.323.483/0001-07	PRE 8009/2016	 DOU 231 de 02/12/16 pág 194	Impedimento de licitar e contratar com a União.	02/12/2016
BMSINFO Informática Ltda. ME. CNPJ: 13.585.591/0001-58	PRE 7892/2013	N/A	Multa Moratória.	19/05/2014
Brothers Produtos e Serviços Ltda. ME. CNPJ: 10.764.690/0001-09	PRE 688/2015	N/A	Multa Moratória.	28/08/2015
BRUCE VISUAL COMERCIAL DE GRAVURAS LTDA. CNPJ: 06.026.078/0001-61	CD 4016/2024	N/A	Multa Moratória.	11/11/2024
C do Vale Lopes CNPJ: 28.521.211/0001-99	CTO 8916/2025	N/A	Multa moratória de 15% sobre o valor do contrato	17/12/2025
C&A Suprimentos para Informática Ltda. CNPJ: 12.473.974/0001-71	PRE 1403/2011	N/A	Advertência.	04/10/2011





FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CARLETTO VENDAS EM GERAL LTDA CNPJ: 45.640.803/0001-49	PRE 13273/2022	DOU 204 de 26/10/23 pág 195	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6(seis) meses.	06/11/2023
Cássia Simões Santana ME CNPJ: 10.651.441/0001-07	PRE 6435/2011	? DOU 20 de 27/01/12 pág 166	Suspensão temporária e impedimento de contratar com a União.	27/01/2012
CEK Informática LTDA. CNPJ: 00.949.640/0001-42	PRE 5652/2016	? DOU 214 de 08/11/16 pág 181	Impedimento de licitar e contratar com a União.	08/11/2016
Centro Brasileiro de Engenharia e Sistemas Eireli - CBES CNPJ: 03.314.516/0001-07	PRE- 6320/2018	? DOU 178 de 14/09/18 pág 132	Impedimento de licitar e contratar com a União por 3 (três) meses.	14/09/2018
CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP CNPJ: 03.064.330/0001-39	PRE 6320/2018	DOU 205 de 27/10/23 pág 246	Multa compensatória de 10% sobre o valor contrato, referente notas fiscais 3474 à 3484.	06/07 
CH COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. CNPJ: 37.430.723/0001-30	Proad 11203/2022 PRE 5486/2022	DOU 55 de 21/03/23 pág. 156	Impedimento de licitar e contratar com a União por 3 (três) meses.	21/03/2023
Claro S.A. CNPJ: 40.432.544/0001-47	PRE 3133/2020	DOU 39 de 01/03/2021 pág 162	Multa compensatória de 10% sobre o valor das faturas dos meses 08, 09, 10, 11 e 12 do ano de 2020, ref. doc. 138.	04/02/2021
Clima Service Refrigeração Ltda. CNPJ: 73.211.393/0001-56	CD 8919/2013	? DOU 224 de 24/11/15 pág 179	Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a União.	21/09/2015
Clima Service Refrigeração Ltda. CNPJ: 73.211.393/0001-56	PRE 8919/2013	? DOU 183 de 23/09/14 pág 195	Multa Compensatória.	23/09/2014
Climar Eletro Refrigeração Eireli - ME CNPJ: 17.848.143/0001-50	PRE 7121/2017	? DOU 228 de 29/11/17 pág 163	Impedimento de licitar e contratar com a União.	29/11/2017
CLÍNICA SARA LTDA CNPJ: 28.102.746/0001-25	CD 1590/2024	DOU 201 16-10-24 pag 158	Multa compensatória de 5% no valor do contrato	17/09/2024 



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Comercial de Eletrodomésticos Lages Ltda. CNPJ: 13.598.570/0001-77	PRE 9944/2012	 DOU 200 de 16/10/14	Multa Moratória e Multa Compensatória.	16/10/2014
Comercial Porto Alegrense de Máquinas Calculadoras Ltda. CNPJ: 87.138.145/0001-31	RP - 8474/2018	 DOU 118 de 21/06/19 pág 124	Cancelamento da multa compensatória de 15%, decorrente do recurso administrativo RecAdm 0010063-65.2019.5.12.0000.	21/06/2019
Comercial Porto Alegrense de Máquinas Calculadoras Ltda. CNPJ: 87.138.145/0001-31	RP - 8474/2018	 DOU 19 de 28/01/19 pág 123	Multa compensatória de 15% sobre o valor da nota de empenho 2018NE000918	16/01/2019
Copy Center Comércio de Produtos de Informática Ltda. CNPJ: 10.508.381/0001-78	PRE 5466/2013	 DOU 119 de 25/06/14 pág 215	Impedimento de Licitar e Contratar com a União e multa.	25/06 
CRP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA. EPP CNPJ: 06.329.188/0001-00	PRE- 11945/2016	 DOU 200 de 15/10/19 pág 126	Multa compensatória de 5% sobre a fatura mensal do contrato.	09/10/2019
Daniele Furiato do Nascimento Eireli - EPP CNPJ: 10.727.045/0001-16	PRE 8798/2015	 DOU 113 de 15/06/16 pág 158	Impedimento de licitar e contratar com a União.	15/06/2016
DENTECK Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.319.557/0003-78	PRE 7121/2017	 DOU 218 de 14/11/17 pág 134	Impedimento de licitar e contratar com a União.	14/11/2017
DETECH TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA	PE 3328/2024	-	multa moratória de 5,40% sobre o valor dos itens em atraso.	25/10/2024
Dexcel Informática LTDA. - ME CNPJ: 13.066.932/0001-89	PRE 5652/2016	 DOU 214 de 08/11/16 pág 181	Impedimento de licitar e contratar com a União.	08/11/2016
DGX TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 20.596.423/0003-95	Proad 19512/2023 Pre- 1222/2022 Marcador 16	DOU 56 de 21/03/24 pág 217	Impedimento de licitar e contratar com a União.	21/03/2024



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Disk Itapema Distribuidora de Água, Gás e Bebidas Ltda. CNPJ: 45.583.517/0001-99	CD 12943/2022 Proad 1344/2023	DOU 164 de 26-08-2024 pag 140	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, à empresa, pelo período de 6(seis) meses.	27/08/2024
DIGITALMIX GRÁFICA E COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ: 06.040.500/0001-33	PRE 6910/2021 Marcador 149	DOU 19 de 27/01/22 pág. 134	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses.	27/01/2022
Distribuidora de Suprimentos Ética Ltda. ME CNPJ: 04.708.626/0001-08	PRE 770/2014	? DOU 16 de 23/01/17 pág 118	Multa Compensatória.	07/11/2016
Distribuidora de Suprimentos Ética Ltda. ME CNPJ: 04.708.626/0001-08	PRE 770/2014	? DOU 16 de 23/01/17 pág 118	Impedimento de licitar e contratar com a União.	23/01 
Domingos Erlete Aleluia CNPJ: 54.534.926/0001-96	Proad 10201/2025 PE 16114/2024	N/A	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo de 3 (três) meses	28/11/2025
DORATEC COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA	PE 3328/2024	-	multa moratória de 8,40% sobre o valor dos itens em atraso.	25/10/2024
Douglas Rodrigues da Silva	CD 12723/2023	DOU 181 de 18/9/2024 pág. 188	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	11/04/2024
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017	? DOU 90 de 11/05/18 pág 154	Advertência	19/04/2018
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	PROAD 11968/2017 Marcador 382	? DOU 139 de 22/07/19 pág 122	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal do contrato.	22/07/2019
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 422	? DOU 110 de 10/06/19 pág 128	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal do contrato.	10/06/2019 







PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT: <https://portal.tjrr.jus.br/licitacoes-e-contratos/sancoes-administrativas.html>

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 865	 DOU 209 de 29/10/19 pág 130	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal do contrato dos meses de maio-junho-julho 2019.	27/08/2019
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 1265	DOU 144 de 29/07/20 pág 99	Advertência-descumprimento NMS março 2020.	30/06/2020
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 1265	DOU 144 de 29/07/20 pág 99	Multa compensatória de 5% sob o preço mensal referentes aos meses de Dez-2019 e Jan-2020 e multa compensatória de 10% sob o preço mensal referente ao mês de Fev-2020	30/06/2020
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 1269	DOU 144 de 29/07/20 pág 99	Multa compensatória de 5% sob o preço mensal referente ao mês de Set-2019.	 02/07/2020
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Proad 11608/2021 Marcador 12.	DOU 6 de 10/01/22 pág 159	Multa compensatória de 5% sob o preço mensal referentes aos meses de Set-2021 e Out-2021.	15/12/2021
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Proad 11608/2021 Marcador 12.	N/A	Advertência.	15/12/2021
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 1826	DOU 18 de 26/01/22 pág. 146	Multa compensatória de 1% sob o valor das notas fiscais 15038 a 15050.	21/01/2022
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 1859	DOU 38 de 23/02/22 pág 218	Multa compensatória de 1% sob o valor das notas fiscais 15000 a 15012.	09/02/2022



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Proad 975/2022 Marcador 17.	DOU 43 de 04/03/22 pág 152	Multa compensatória de 10% sob o preço mensal referentes ao mês de Nov-2021 e multa compensatória de 5% sob o preço mensal referentes ao mês de Dez-2021.	25/02/2022
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Proad 3129/2022 Marcador 13.	DOU 76 de 25/04/22 pág 192	Multa compensatória de 5% sob o preço mensal referentes ao mês de Mar-2022 e impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6(seis) meses.	25/04/2022
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Proad 5934/2022 Marcador 10.	DOU 125 de 05/07/22 pág 148	multa compensatória de 10% sob o preço mensal referentes ao mês de Mai-2022.	24/06/2022
DS Manutenção de Ar Condicionado Eireli CNPJ: 11.955.729/0001-38	CTO 11968/2017 Marcador 2064	DOU 141 de 27/07/22 pág 163	Multa compensatória de 1% sob o valor das notas fiscais 15268 a 15280.	22/07/2022
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 519/2013	N/A	Advertência.	23/12/2013
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 519/2013	 DOU 81 de 30/04/15 pág 172	Multa Compensatória.	16/04/2015
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 776/2015	 DOU 99 de 25/05/17 pág 123	Multa moratória e Multa compensatória.	08/05/2017
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 9045/2012	 DOU 183 de 23/09/14 pág 195	Multa Compensatória.	18/09/2014
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 9045/2012	 DOU 110 de 09/06/17 pág 149	Multa Compensatória.	09/06/2017
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 9045/2012	N/A	Multa moratória.	05/07/2017



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
DS Manutenção de Ar Condicionado Ltda. CNPJ: 11.955.729/0001-38	PRE 9045/2012	N/A	Advertência.	04/12/2017
DSD Engenharia Ltda. CNPJ: 01.837.998/0001-46	PRE 4358/2013	 DOU 242 de 19/12/16 pág 156	Impedimento de licitar e contratar com a União.	19/12/2016
DSD Engenharia Ltda. CNPJ: 01.837.998/0001-46	PRE 171/2013	 DOU 179 de 16/09/16 pág 146	Multa Moratória e Multa Compensatória.	02/09/2016
DSD Engenharia Ltda. CNPJ: 01.837.998/0001-46	PRE 4358/2013	N/A	Multa Moratória	21/11/2016
DUCESAR ÁGUA MINERAL LTDA CNPJ: 95.776.076/0001-10	CD 1497/2020 Doc. 84	DOU 114 de 21/06/21 pág 121	Multa compensatória de 1% sob o valor da Nota Fiscal nº 21597	25/05/2021
ECO Comunicações Eletrônicas Ltda. ME CNPJ: 08.938.116/0001-88	PRE 9804/2015	 DOU 111 de 13/06/16 pág 161	Impedimento de licitar e contratar com a União.	 13/062016
EFL SILVA MANUTENÇÃO DE NOBREAK E GERADORES - ME CNPJ: 24.798.024/0001-04	Proad 15773/2023 PRE 7005/2020 Marcador 18	DOU 92 de 14/05/23 pág 179	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6(seis) meses	15/05/2024
EFL SILVA MANUTENÇÃO DE NOBREAK E GERADORES - ME CNPJ: 24.798.024/0001-04	Proad 6747/2023 PRE 7005/2020 Marcador 19	DOU 138 de 21/07/2023 pág. 131	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato, referente a abril 2023	30/06/2023
ELEVTEC MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA CNPJ: 10.571.929/0001-24	PRE 1139/2021 Proad 6741/2023 Marcador 12	DOU 124 de 03/07/2023 pag 170	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato.	12/06/2023
ELIANE RODRIGUES COELHO - MEI CNPJ: 47.981.917/0001-88	CD 4354/2023 marcador 253	N/A	Multa moratória no percentual de 2,1% sobre o valor do item 1 da nota de empenho 2023NE00345.	10/11/2023
ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	CP 8056/2018	DOU 47 de 09/03/23 pág. 137	Multa compensatória de 1% sob o valor da Nota Fiscal nº 844	09/03/2023



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CNPJ: 08.578.161/0001-79				
EPIFÂNIO & MONTEIRO CIA LTDA CNPJ: 04.753.848/0001-42	Proad 18214/2023 PRE 7110/2022 marcador 26	DOU 132 11/07/2024 pag. 182	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 6 (seis) meses, com base no art. 7o da Lei no 10.520/2002; no art. 12, inciso IV, da Portaria PRESI no 389/2021 e na Cláusula Dezessete, § 2o, alínea “d”, do contrato.	11/07/2024
EPIFÂNIO & MONTEIRO CIA LTDA CNPJ: 04.753.848/0001-42	Proad 11806/2023 PRE 7110/2022 marcador 33	DOU 92 de 14/05/23 pág 179	Multa compensatória de 20% sobre o valor mensal do contrato devido no mês de abril de 2023, multa compensatória de 20% sobre o valor mensal do contrato devido no mês de maio de 2023 e multa compensatória de 20% sobre o valor mensal do contrato devido no mês de junho de 2023.	13/12 
EPIFÂNIO & MONTEIRO CIA LTDA CNPJ: 04.753.848/0001-42	Proad 2868/2023 PRE 7110/2022 marcador 50	DOU 95 de 19/05/23 pág 173	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato devido no mês de dezembro de 2022 e multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato devido no mês de janeiro de 2023.	12/05/2023
Esphera Sul Empreendimentos Ltda CNPJ: 03.594.924/0001-51	CP 9379/2017	DOU 105 de 03/06/20 pág 100	Suspensão de participação em licitação e impedimento do direito de contratar com a Administração, pelo prazo de 1(um) ano.	01/06/2020
Esphera Sul Empreendimentos Ltda CNPJ: 03.594.924/0001-51	CP 9379/2017	DOU 96 de 21/05/20 pág 109	Multa compensatória de 10% do saldo do contrato a data de vencimento do prazo de vigência, marcador 722 - 799	11/02/2020








FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	CTO 5300/2021 marcador 483	DOU 109 de 10/06/24 pág 166	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato.	21/05/2024
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	CTO 12877/2022 marcador 138	DOU 109 de 10/06/24 pág 166	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses.	10/06/2024
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	CTO 10019/2019 marcador 154	N/A	Advertência, , com base no art.87, I da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezessete, § 1º, I, do contrato.	29/04/2021
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 11179/2021 marcador 11	N/A	Advertência, , com base no art.87, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezessete, § 1º, indicador 4 do contrato.	15/12/2021
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 1050/2022 PRE 10928/2020 marcador 12	N/A	Advertência, em relação ao descumprimento do indicador dos níveis mínimos de serviço no mês de novembro de 2021, e igualmente a sanção de advertência, em razão do descumprimento do indicador 4 dos níveis mínimos de serviço no mês de dezembro de 2021.	24/02/2021
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 1050/2022 PRE 10928/2020 marcador 12	DOU 51 de 16/03/22 pág 132	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato, com fundamento no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na Cláusula dezesseis, § 1º, indicador "4" do contrato.	24/02/2022
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 5897/2023 PRE 10928/2020 marcador 12		Advertência em razão de ter recebido desconto acima de 16% no mês, por não realização de manutenção corretiva do elevador nº 1, instalado no Fórum Trabalhista de Joinville, no mês de março de 2023, com base no art. 87, I, da Lei nº 8.666/93	25/05/2023



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			e na Cláusula Dezesseis, § 1º, indicador nº 4, do contrato.	
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 5897/2023 PRE 10928/2020 marcador 12	DOU 116 de 21/06/2023 pág 147	Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato referente ao mês de março de 2023, com fundamento no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na Cláusula dezesseis, § 1º, indicador "4" do contrato.	25/05/2023
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 8219/2023 PRE 10928/2020 marcador 14		Advertência em razão de ter recebido desconto acima de 16% no mês, por não realização de manutenção corretiva do elevador nº 1, instalado no Fórum Trabalhista de Joinville, no mês de abril de 2023, com base no art. 87, I, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezesseis, § 1º, indicador nº 4, do contrato.	30/06/2023 
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 8219/2023 PRE 10928/2020 marcador 14	DOU 138 de 21/07/2023 pág. 132	Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato referente ao mês de abril de 2023, com fundamento no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na Cláusula dezesseis, § 1º, indicador "4" do contrato.	30/06/2023
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 3568/2023 CTO 5300/2021 marcador 12	DOU 88 de 10/05/23 pág 170	Advertência em razão de ter recebido desconto acima de 16% no mês, por atraso na resolução de problemas ocorridos na plataforma localizada no prédio sede deste Regional.	12/04/2023
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 3568/2023 CTO 5300/2021 marcador 12	DOU 88 de 10/05/23 pág 170	Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato ref. Fevereiro/2023, com fundamento no inciso II do art. 87 da lei nº 8.666/93 e na Cláusula	12/04/2023  



PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT: <https://jus.br/publicacoes-e-contratos/sancoes-administrativas>

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			dezesseis, § 1º, indicador "2" do contrato.	
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 14708/2023 PRE 10928/2020 marcador 15		Multa compensatória de 10% sobre o valor mensal do contrato referente aos meses de maio e junho de 2023.	17/11/2023
EWT Brasil Elevadores Ltda. CNPJ nº 20.810.747/0001-12	Proad 14708/2023 PRE 10928/2020 marcador 15		Advertência, em razão de ter recebido descontos acima de 16% nos pagamentos referentes aos meses de maio, junho e julho de 2023, pelo descumprimento de prazos para resolução de problemas na manutenção corretiva em elevadores instalados no Fórum Trabalhista de Joinville.	17/11/2023
Famovesc Indústria e Comércio de Móveis Ltda. CNPJ: 81.828.659/0001-32	CD 3801/2015	 DOU 220 de 18/11/15 pág 220	Impedimento de licitar e contratar com a Administração.	16/10/2015
Fast Security Tecnologia da Informação Ltda. EPP CNPJ: 10.647.012/0001-66	RP 11867/2014	N/A	Multa Moratória.	24/06/2015
FB Comércio de Ferragens e Ferramentas Ltda. ME CNPJ: 12.931.652/0001-29	PRE 508/2012	 DOU 18 de 25/01/13 pág 141	Impedimento de licitar e contratar com a União.	25/01/2013
FBRP COMERCIAL DO BRASIL LTDA CNPJ: 29.549.635/0001-24	PRE 11210/2018	 DOU 122 de 27/06/19 pág 146	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1(um) ano.	27/06/2019
FBS Ltda. ME CNPJ: 05.675.191/0001-05	RP 8646/2014	 DOU 60 de 30/03/15 pág 147	Multa Compensatória.	03/02/2015
Firmino & Barreto Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 12.931.652/0001-29	PRE 3795/2011	 DOU 65 de 03/04/12 pág 164	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	03/04/2012










FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Fitness Atividades Físicas Ltda. EPP. CNPJ: 05.581.123/0001-87	PRE 4631/2012	N/A	Advertência.	02/04/2013
Flexforma Comercial de Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda. ME CNPJ: 16.967.775/0001-70	PRE 11953/2015	 DOU 111 de 13/06/16 pag 161	Impedimento de licitar e contratar com a União.	13/06/2016
FLORIPAINAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 04.540.600/0001-01	CD 3431/2024 Proad 8810/2025 Ref. doc. 13	N/A	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União.	13/11/2025
FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS MILITARES CNPJ: 02.514.575/0001-58	CD 14432/2023 Ref. doc. 45	N/A	Multa moratória no valor de R\$ 1.058,64, decorrente de 11(once) dias de atraso na entrega de material.	 08/02/2024
FRANCILANDIO THIERES DE CARVALHO SILVA CNPJ: 45.169.346/0001-56	PRE 5551/2023 Proad 11888/2023 marcador 13	DOU 239 de 18/12/2023 pag 258	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo de 3(três) meses.	28/12/2023
Fundação Getúlio Vargas CNPJ: 33.641.663/0001-44	CD - 5426/2017	N/A	Advertência	20/11/2018
Fundação Getúlio Vargas CNPJ: 33.641.663/0001-44	CD - 5426/2017	N/A	Advertência	20/11/2018
GASKAM COMERCIO E CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI CNPJ: 32.519.346/0001-97	Proad 13557/2019 doc. 19	DOU 107 de 05/06/20 pag. 125	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3(três) meses.	02/06/2020
GEFISA Construtora e Incorporadora Ltda. CNPJ: 01.098.340/0001-60	CP - 8078/2015	N/A	Multa moratória de 10% sobre o valor do elevador instalado fora do prazo pactuado.	16/01/2019




FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Global Comercial Ltda. - EPP CNPJ: 09.079.951/0001-72	PRE 928/2011	 DOU 235 de 08/12/11 pág 202	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	08/12/2011
Globalsec Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ: 43.690.572/0001-52	CD 11943/2024	N/A	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de 12 (doze) meses.	24/07/2025
GRIFFIN CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 79.123.485/0001-60	CD 10632/2019	DOU 53 de 18/03/20 pág 90	Suspensão do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração pelo período de 1 ano.	11/03/2020
HEXA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP CNPJ: 18.190.056/0001-11	PROAD- 11915/2018		Multa moratória de 7,8% sobre o valor do objeto contratado.	04/10/2019 
I. L. Lopes Metalmecânica ME CNPJ: 17.144.305/0001-70	CD 10997/2014	 DOU 95 de 21/05/15 pág 166	Suspensão do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração pelo período de 1 ano.	15/05/2015
Igor Ribeiro da Silva CNPJ: 59.064.651/0001-98	Proad 10309/2025 PE 16114/2024	N/A	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo de 3 (três) meses	27/11/2025
INFOSHOP ATACADISTA DE ARTIGOS PARA INFORMÁTICA - EIRELI CNPJ: 24.710.087/0001-59	RP 12224/2018	 DOU 92 de 15/05/19 pág 166	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1(um) ano.	15/05/2019
INFRA DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 70.946.330/0001-50	PROAD 8925/2024 (doc. 14) PE 5692/2024	DOU 24 de 04/02/2025 pág 186	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública federal direta e indireta, pelo período de 3 (três) meses.	04/02/2025
Infra Experts Tecnologia e Comércio EIRELI CNPJ: 10.243.445/0001-56	PRE 11942/2016	 DOU 86 de 07/05/18 pág 169	Multa moratória.	24/04/2018   







FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Infra Experts Tecnologia e Comércio Eireli - EPP CNPJ: 10.243.445/0001-56	PRE 11942/2016	 DOU 114 de 15/06/08 pág 184	Multa compensatória Impedimento de licitar e contratar com a União por 1(um) ano	15/06/2018
INQV – Instituto Nacional de Qualidade de Vida CNPJ: 19.238.116/0001-91	Proad 1624/2025 CD 16205/2023	DOU 63 de 2-4- 25 pág 148	Multa compensatória de 10% no valor mensal do contrato referente aos meses de agosto e setembro de 2024.	19/02/2025
INQV – Instituto Nacional de Qualidade de Vida CNPJ: 19.238.116/0001-91	Proad 10798/2024 CD 16205/2023	DOU 203 de 18- 10-24 pág 253	Multa compensatória de 10% no valor mensal do contrato referente aos meses de maio e junho de 2024.	28/08/2024
Intersept Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:08.282.615/0002-40	PRE -2694/2017	N/A	Advertência	24/08/2018 
Intersept Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:08.282.615/0002-40	PRE -2694/2017	N/A	Advertência	24/08/2018
IOCH ENGENHARIA EIRELI CNPJ:81.357.071/0001-48	PRE 7749/2016 marcador 306	 DOU 220 de 13/11/19 pág 183	Multa compensatória no valor de 1.497,36(um mil e quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).	07/11/2019
Ioch Engenharia Eireli CNPJ: 81.357.071/0001-48	PRE 7749/2016	 DOU 21 de 30/01/18 pág 100	Multa compensatória.	18/12/2017
JA BAROSS TECNOLOGIA DE SOLOS E CONCRETO LTDA-EPP CNPJ n. 11.354.130/0001-49	CD 2250/2019	 DOU 120 de 25/06/19 pág 133	Multa compensatória de 1% sobre o valor da nota fiscal nº 183.	25/06/2019
JACKSON MORES WESTPHAL E CIA LTDA ME CNPJ: 11.165.472/0001-10	PRE 7184/2018-B PROAD 13937/2018	 DOU 50 de 4/03/19 pag 110	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 3(três) meses	11/03/2019
JC MENDES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ME	PRE 10970/2021 Proad	DOU 157 de 18/08/22 pág 189	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 6(seis) meses	18/08/2022 



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CNPJ: 28.235.692/0001-76	7732/2022 marcador 14			
Jeverson Jeniel Regly Fabricação de Embalagens Plásticas Eirelli - ME CNPJ: 08.087.374/0001-06	PRE 8721/2016	 DOU 45 de 07/03/17 pág 132	Impedimento de licitar e contratar com a União.	07/03/2017
JMK SERVIÇOS S.A. CNPJ: 79.587.119/0001-62	PRE 1639/2018	DOU 206 de 27/10/20 pág 116	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 2 (dois) anos.	22/10/2020
João Paulo de Aquino - ME CNPJ: 23.028.759/0001-88	PRE- 12582/2017	 DOU 159 de 17/08/18 pág 118	Impedimento de licitar durante 1 (um) ano	17/08/2018
Josiane Machado Kahl - ME (LEGUS Equipamentos) CNPJ: 20.132.123/0001-93	PR 2021/2016	 DOU 130 de 10/07/17 pág 152	Multa moratória.	03/07/2017 
J. R. DO NASCIMENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS CNPJ: 28.122.014/0001-05	PE 5551/2023 Proad 11819/2023	DOU 238 de 15/12/23 pág 209	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 3(três) meses.	25/12/2023
KRAFTE ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA. CNPJ: 27.570.569/0001-49	CTO 9982/2020 Proad 8992/2022 Marcador 14	DOU 182 de 23/09/2022 – Pág. 157	Suspensão do direito de licitar e contratar com o Tribunal, pelo prazo de 6(seis) meses.	23/09/2022
KRAFTE ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA. CNPJ: 27.570.569/0001-49	CTO 9982/2020	DOU 68 de 13/04/21 pág 131	Multa compensatória de 1% sob o valor da NF nº 404.	25/03/2021
KTEC do Brasil Distribuidora de Produtos de Informática Ltda. CNPJ: 06.135.603/0001-87	PRE 6226/2013	N/A	Multa Moratória.	17/10/2014
KTEC do Brasil Distribuidora de Produtos de Informática Ltda. CNPJ: 06.135.603/0001-87	PRE 6226/2013	 DOU 125 de 01/07/16 pág 188	Impedimento de licitar e contratar com a União.	01/07/2016  99+ 

PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT:
<https://trt12.jus.br/licitacoes-e-contratos/sancoes-administrativas.html>



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Lanlink Informática CNPJ: 41.587.502/0012-09	RP 12010/2020	N/A	Advertência com base no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/93, e na Cláusula Catorze, § 2º, alínea “a”, do instrumento contratual. Marcador 55.	19/03/2021
Lanlink Informática CNPJ: 41.587.502/0001-48	RP 14918/2014	 DOU 105 de 05/06/15 pág 164	Advertência.	29/05/2015
Lautech Peças e Acessórios CNPJ: 18.074.764/0001-97	CD 11368/2020	DOU 159 de 23/08/21 pág. 155	Multa compensatória e multa moratória. Marcador 38.	19/08/2021
Lavanderia Santa Catarina Ltda. ME CNPJ: 03.162.586/0001-89	PRE 1064/2016	 DOU 18 de 15/01/18 pág 103	Multa compensatória.	19/12/2017
Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda - EPP CNPJ: 07.955.535/0001-65	CD 4563/2015	N/A	Advertência	 04/06/2018
Licentech – Leonardo Passos Goebel CNPJ: 53.652.870/0001-01	CD 6059/2025 PROAD 9472/2025	N/A	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no art. 155, inciso VIII e IX, e art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.	22/01/2026
Licital Comercial Ltda. ME CNPJ: 11.447.252/0001-80	PRE 202/2014	 DOU 162 de 25/08/14 pág 155	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º.	25/08/2014
Liderança Limpeza e Conservação Ltda. CNPJ: 00.482.840/0001-38	PR 56/2009	N/A	Advertência e multa.	19/12/2012
LSF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI CNPJ: 29.500.349/0001-74	PRE 10970/2021 Proad 9282/2022	DOU 211 de 08/11/22 pág 165	Impedimento de licitar por 12 (doze) meses	08/11/2022



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Lucas Bley Soares Dobes - ME CNPJ: 28.123.419/0001-50	PRE 1630/2018 PROAD 5670/2018	 DOU 138 de 19/07/18 pág 111	Impedimento de licitar por 3 (três) meses.	19/07/2018
Lunal Comercial Ltda. ME CNPJ: 15.180.957/0001-34	PRE 8721/2016	 DOU 45 de 07/03/17 pág 132	Impedimento de licitar e contratar com a União por 3 (três) meses..	07/03/2017
MA MIDIAS LTDA CNPJ: 40.003.710/0001-90	Proad 7991/2022 PRE 4583/2022	DOU 150 de 08/08/2023 pág 162	impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 12(doze) meses.	18/08/2023
MASTERTEC TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ: 01.177.978/0001-96	Proad 1391/2024 marcador 12	N/A	Multa moratória de R\$ 18,40, referente a 11 dias de atraso.	21/02/2024
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 8350/2023 PRE 13890/2022 Marcador 20	DOU 139 de 24/07/2023 pág. 123	 - Advertência com base no art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 1º, inciso I, do contrato. - Multa de 5% sobre o valor mensal dos serviços prestados no prédio sede e anexos, com base no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e nas Cláusulas Dezoito, § 1º, item II, alínea “b”, e Nona, do contrato. - Multa de 10% sobre o valor mensal dos serviços prestados das demais unidades apontadas no documento 6, com base no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e nas Cláusulas Dezoito, § 1º, item II, alínea “d”, e Nona, do contrato.	18/07/2023
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 10666/2023 PRE 13890/2022 marcador 10	DOU 169 de 04- 09-2023 pág 179	Multa compensatória de 5% sobre o valor mensal da Unidades em razão de não realização manutenção mensal de pátios, jardins e terrenos e limpeza externa de vidros, nos meses de maio e junho de 2023, nas unidades: Vara do	15/08/2023







FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			Trabalho de Araranguá, Vara do Trabalho de Concórdia, Fórum Trabalhista de Chapecó, Vara do Trabalho de Joaçaba, Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste, Vara do Trabalho de Xanxerê e Fórum Trabalhista de Tubarão, com base no art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito § 1º, item II, a, do contrato.	
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 14522/2023 PRE 13890/2022 marcador 15		Multa de 20% sobre o valor mensal dos serviços prestados no meses de julho e de agosto no Fórum Trabalhista de Chapecó e na Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste, com base no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 1º, item II, alínea “d”, do contrato.	10/11 
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 13140/2023 PRE 13890/2022 marcador 34	DOU 25 de 05-02-24 pág 167	Multa de 0,3% por dia sobre o valor dos vales pagos em atraso no meses de agosto, outubro e novembro de 2023, em razão do atraso no pagamento de vales-transportes. Multa de 0,5% do valor previsto no art. 23, moratórias de inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666 /93, incidentes sobre os meses de abril a novembro de 2023, em relação à ausência de entrega dos atestados admissionais.	10/01/2024
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 18093/2023 PRE 13890/2022 marcador 17	DOU 25 de 05-02-24 pág 167	Multa de 20% sobre o valor mensal dos serviços prestados nos meses de setembro e outubro de 2023 nas unidades relacionadas no documento nº 2 do proad 18093/2023	15/01/2024



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
MB SERVICE LTDA CNPJ: 17.665.087/0001-19	Proad 304/2024 PRE 13890/2022 marcador 39	DOU 58 de 26/03/2025 - pag. 627	a) Multa moratória 0,3% por dia sobre o valor dos salários dos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, pagos em atraso, com base no art. 86 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 2º, alínea “b.1”, do contrato; b) Multa moratória de 0,3% por dia sobre o valor dos vales alimentação e transporte do mês de dezembro de 2023, pagos em atraso, com base no art. 86 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 2º, alínea “b.1”, do contrato; c) Multa moratória 0,3% por dia, incidente sobre o valor da multa prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, decorrente da mora salarial, com base no art. 86 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 2º, alínea “b.1”, do contrato; d) Multa moratória de 0,5% do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, incidentes nos meses em que houve atraso nos registro de admissão de empregados no e- social e no cumprimento de política de empregabilidade de pessoas com deficiência, com base no art. 86 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 2º, alínea “b.1”, do contrato; e) Multa moratória 0,5% do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, pela não apresentação de exames admissionais e demissionais, nos meses não abrangidos pelo sancionamento aplicado no PROAD-	26/03/2025








FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			13140/2023, com base no art. 86 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 2º, alínea “b.1”, do contrato; f) Multa compensatória de 20% sobre o valor mensal do contrato das unidades relacionadas no documento 13, nos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro e fevereiro de 2024, em razão de falhas relacionadas ao Nível Mínimo de Serviços, com base no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dezoito, § 1º, inciso II, alínea “d”, do contrato; g) Pena de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 8 meses, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 12, inciso IV e parágrafo único, da Portaria PRESI nº 389/2021.	
M. F. Machado Soares CNPJ: 03.230.856/0001-41	PRE 926/2011	 DOU 103 de 29/05/12 pág 167	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração.	29/05/2012
Madeira Herval Ltda. CNPJ: 89.237.911/0001-40	RP 9134/2012	 DOU 27 de 07/02/14 pág 196	Multa moratória.	30/01/2014
Mahatan Impressoras Eireli - EPP CNPJ: 85.386.753/0001-30	PRE 10567/2017	 DOU 6 de 09/01/18 pág 129	Impedimento de licitar e contratar com a União.	09/01/2018
Marumbi Tecnologia LTDA. CNPJ: 08.528.684/0001-00	PRE 3439/2014	N/A	Multa moratória.	06/10/2014
MCX Comércio de Equipamentos Ltda. CNPJ: 12.068.781/0001-35	RP 10734/2016	 DOU 120 de 26/06/17 pág 111	Impedimento de licitar e contratar com a União.	26/06/2017





FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
M.F. Almeida ME CNPJ: 15.838.111/0001-49	PRE 10084/2020 marcador 136	N/A	Multa Moratória de 8,10% sobre o valor da Nota Fiscal nº 1476.	18/05/2021
MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 01.590.728/0002-64	PE 14765/2023 Proad 8081/2024 Ref. doc.11	N/A	Multa moratória no valor de 10% sobre o valor inicial da nota de empenho nº 635/2023.	31/05/2024
MIDAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 38.160.210/0001-10	PRE 7451/2021 Proad 2651/2022 Ref.doc. 19	DOU 100 de 27/05/2022 pág 237	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses.	20/05/2022
MIX SOLUCOES INTEGRADAS LTDA CNPJ: 46.110.039/0001-62	PE 10728/2023 marcador 200	N/A	Multa Moratória.	15/02/2024 
MLIL Martins Móveis ME CNPJ: 28.622.365/0001-77	Proad 12956/2025 PE 10592/2024	N/A	Multa Moratória.	01/10/2025
MLIL Martins Móveis ME CNPJ: 28.622.365/0001-77	Proad 9805/2025 PE 10592/2024	N/A	Multa compensatória e impedimento de licitar e contratar âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo de 6 (seis) meses.	27/11/2025
Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda. CNPJ: 05.926.726/0001-73	PROAD 3847/2025 marcador 29 CTO 7909/2024	N/A	Multa compensatória e Advertência	10/04/2025
MOVX TECNOLOGIA LTDA CNPJ:35.486.862/0001-50	PROAD 9521/2024 - doc 68	N/A	Multa moratória	05/12/2024
MR Computer Informática Ltda. CNPJ: 00.495.124/0001-95	RP 13771/2012	N/A	Advertência e Multa moratória.	16/06/2014



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
MR Computer Informática Ltda. CNPJ: 00.495.124/0001-95	RP 13771/2012	 DOU 176 de 15/09/15 pág 153	Multa Moratória, Multa Compensatória e Suspensão Temporária.	29/05/2015
Mundo Digitalx Comércio e Serviços Ltda. ME CNPJ: 10.845.168/0001-51	PRE 3953/2011	 DOU 230 de 01/12/11 pág 215	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	01/12/2011
MV Vídeo Comércio e Serviços Ltda. EPP. CNPJ: 11.491.585/0001-06	PRE 7542/2012	 DOU 241 de 12/12/13 pág 218	Impedimento de contratar com a União pelo prazo de 1 ano.	12/12/2013
MWV Web Site Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. CNPJ: 10.513.136/0001-59	PRE 8149/2015	 DOU 112 de 14/06/16 pág 147	Impedimento de licitar e contratar com a União.	13/06/2016
NEW SERVICE DEDETIZADORA E CONSTRUTORA LTDA.	CTO 16413/2023		Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União.	 05/05/2025
NEXT NEGÓCIOS LTDA CNPJ: 47.185.966/0001-04	Proad 154/2024 PE 1256/2023 Marcador 14	DOU 155 de 13-08-2024 pág 179	Multa compensatória de 10% no valor mensal do contrato, desatendimento dos chamados abertos em novembro de 2023 e multa compensatória de 10% no valor mensal do contrato pela empresa não dispor de quadro técnico suficiente para atender às demandas do Tribunal.	04/03/2024
NEXT NEGÓCIOS LTDA CNPJ: 47.185.966/0001-04	Proad 3035/2024 PE 1256/2023 marcador 25	DOU 94 DE 16/05/24 pág 150	a) Multa de 10% sobre o valor mensal do contrato pelo desatendimento dos chamados abertos em janeiro de 2024; b) Multa de 10% sobre o valor mensal do contrato pelo desatendimento dos chamados abertos em fevereiro de 2024; c) Aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses, pelo	16/05/2024



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
			cometimento de falhas na execução do contrato;	
Nilo Stahelin CNPJ: 18.968.645/0001-88	CD 11304/2016	 DOU 205 de 25/10/17 pág 171	Suspensão do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração.	25/10/2017
NORBERTO MONTEIRO DE PAULA MARTINS CNPJ: 41.119.417/0001-55	CD 4354/2023 marcador 238	N/A	Multa moratória no percentual de 7,5% sobre os valores dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e de 10% sobre o valor do item 6 da nota de empenho 23NE00342.	24/08/2023
NTC - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA.	RP - 14288/2015	 DOU 66 de 05/04/19 pág 146	Multa compensatória de 1% sobre o valor das notas fiscais de números 5380 a 5383	21/02/2019
NTC - Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda. CNPJ: 05.255.748/0001-59	RP 14288/2015	 DOU 133 de 12/07/18 pág 131	Multa compensatória de 20% sobre o valor do suporte ao sistema operacional, não prestado	 12/07/2018
Oi S.A. CNPJ: 76.535.764/0001-43	PRE 8943/2013	 DOU 18 de 25/01/17 pág 116	Multa compensatória.	27/07/2016
OKAY TECHNOLOGY COMÉRCIO DO BRASIL LTDA. ME CNPJ: 17.178.243/0001-17	RP - 9748/2017	 DOU 84 de 03/05/19 pág 141	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1(um) ano.	03/05/2019
ORS Eletrônica e Telecomunicações EIRELLI - ME CNPJ: 07.696.901/0001-09	PRE 9804/2015	 DOU 111 de 13/06/16 pág 161	Impedimento de licitar e contratar com a União.	13/06/2016
PALÁCIO SERVIÇOS GERAIS EIRELI. CNPJ: 19.152.371/0001-17	Proad: 11279/2021 PRE 7451/2021 Marcador 15	DOU 18 de 26/01/22 pág. 146	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses	26/01/2022
Papelaria Espaço Escolar Ltda. ME CNPJ: 03.790.887/0001-57	PRE 3413/2011	 DOU 204 de 24/10/11 pág 162	Suspensão temporária e impedimento de contratar com a União.	24/10/2011



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Paulo Henrique Ramos do Couto - ME CNPJ: 10.448.802/0001-12	PRE 5652/2016	 DOU 214 de 08/11/16 pág 181	Impedimento de licitar e contratar com a União.	08/11/2016
PDN Comércio e Serviços Eletrônicos LTDA CNPJ: 48.042.994/0001-35	PRE 5607/2023	N/A	Multa de mora de 10% sobre o valor da Nota de empenho 403/2023.	21/09/2023
Pedro Manoel Filho Comércio ME CNPJ: 80.418.742/0001-70	CV 005/2009	 DOU 108 de 09/07/10 pág 225	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.	09/06/2010
Pontocom Suprimentos para Informática Eirelli - ME CNPJ: 27.230.038/0001-07	PRE 10567/2017	 DOU 55 de 21/03/18 pág 144	Impedimento de licitar e contratar com a União	21/03/2018
Positivo Informática S.A. CNPJ: 81.243.735/0001-48	RP 14571/2014	N/A	Multa moratória.	03/07/2015
Powersolutions Informática Ltda. CNPJ: 00.783.093/0001-78	CD 10139/2011	 DOU 116 de 18/06/12 pág 148	Advertência.	18/06/2012
PRADO COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES EIRELI CNPJ: 04.602.194/0002-37	Proad: 11279/2021 PRE 7451/2021 Marcador 28	DOU 32 de 15/02/22 pág. 165	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 12(doze) meses	15/02/2022
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 202 de 26/10/21 pág 163	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6787 a 6797. Marcador 1553	14/10/2021
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 202 de 26/10/21 pág 163	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6706 a 6714, 1926, 6705, 6715, 6716, 6734 e 6744. Marcador 1474	28/07/2021
Proklima Ar Condicionado Ltda	CTO 11969/2017	DOU 108 de 11/06/21 pág 130	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6536	10/02/2021








FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CNPJ: 16.463.601/0001-70			a 6546. Marcador 1219	
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 108 de 11/06/21 pág 130	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6613 a 6623 e 6645 a 6655. Marcador 1353	07/05/2021
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 108 de 11/06/21 pág 130	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6674 e 6678 a 6688. Marcador 1397	08/06/2021
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 24 de 04/02/21 pág 121	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6499 a 6509. Marcador 1182	20/01/2021
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 240 de 16/12/20 pág. 154	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais n°s 6407 a 6416, 6459 a 6469 e 1903. Marcador 1147	14/12/2020 
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 224 de 24/11/20 pág. 135	Multa compensatória de 1% sob o valor das NF n° 6244, 6245, 6247 a 6255, 6304 a 6310, 6312 a 6314 e 6353 a 6363. Marcador 1076	27/10/2020
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 117 de 22/06/20 pág. 113	Multa compensatória de 1% sob o valor das NF n° 6089, 6091 a 6099, 6142 a 6148 e 6150 a 6152. Marcador 933	16/06/2020
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	PRE 11969/2017	N/A	Advertência	20/06/2018
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	PRE 11969/2017	DOU 53 de 18/03/20 pág 90	Multa compensatória sob o valor das Notas Fiscais n° 5654 a 5664 - marcador 688.	11/11/2019
Proklima Ar Condicionado Ltda	PRE 11969/2017	DOU 53 de 18/03/20 pág 90	Multa compensatória sob o valor das Notas	13/11/2019 



PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT:
<https://trt12.jus.br/licitacoes-e-contratos/sancoes-administrativas>

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
CNPJ: 16.463.601/0001-70			Fiscais nº 5740 a 5750 - marcador 721.	
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 53 de 18/03/20 pág 90	Multa compensatória sob o valor das Notas Fiscais nº 5799 a 5809 / 5885 a 5899 / 5944 a 5954 - marcador 796.	14/02/2020
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 99 de 26/05/20 pág. 84	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais nº 6002 a 6012 - marcador 809	20/03/2020
Proklima Ar Condicionado Ltda CNPJ: 16.463.601/0001-70	CTO 11969/2017	DOU 10 de 14/01/22 pág 169	Multa compensatória de 1% sob o valor das Notas Fiscais nºs 6787 a 6797 e 6814 a 6824 - marcador 1590	12/01/2022
RAY TECH SOLUÇÕES EM ENERGIA ELÉTRICA LTDA. ME CNPJ: 21.366.890/0001-20	PRE 5486/2022 Proad 11208/2022	DOU 35 de 17/02/23 pág 176	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 3(três) meses.	17/02 
RCS Comércio e Serviços Ltda. ME CNPJ: 11.480.963/0001-56	PRE 1414/2012	 DOU 229 de 28/11/12 pág 225	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	28/11/2012
REFRIGERAÇÃO e CLIMATIZAÇÃO SCHLEMPER LTDA CNPJ: 28.676.587/0001-72	PRE 5486/2022 Proad 11204/2022 Ref. doc. 13	DOU 228 de 06/12/22	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 3(três) meses.	15/12/2022
RG Comércio de Materiais EIRELLI - ME CNPJ: 19.571.002/0001-69	PRE 9804/2015	 DOU 111 de 13/06/16 pág 161	Impedimento de licitar e contratar com a União.	13/06/2016
RODRIGO CÉSAR DUARTE DE FREITAS CNPJ: 39.636.116/00001-57	CD 7686/2022 Proad 3027/2023 marcador 12	DOU 121 de 28/06/2023 pág 185	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 12(doze) meses.	08/07/2023
RRA COMÉRCIO ELETROFONIA LTDA CNPJ: 44.307.153/0001-51	CD 13615/2023 marcador 188	N/A	Multa moratória de 10% sobre o valor do reforço da nota de empenho 2023NE000573.	06/08/2024



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
RRA COMÉRCIO ELETROFONIA LTDA CNPJ: 44.307.153/0001-51	CD 13615/2023 marcador 162	N/A	Multa moratória de 10% sobre o valor da nota de empenho 2023NE000573.	19/02/2024
Rui Carvalho Junior CNPJ: 67.682.716/0001-97	PRE 7892/2013	N/A	Multa moratória.	22/10/2014
SA Produções e Serviços LTDA ME CNPJ: 21.347.447/0001-01	PRE 10598/2021 Proad 8326/2022	DOU 197 DE 17/10/22 pág 164	Impedimento de licitar e contratar com a União.	17/10/2022
SERASA S.A CNPJ: 62.173.620/0001-80	RP- 8557/2018		Multa moratória de 1% sobre o valor do contrato.	16/08/2019
SERASA S.A CNPJ: 62.173.620/0001-80	RP- 8557/2018	 DOU 158 de 16/08/19 pág 137	Multa compensatória de 6% sobre o valor do contrato.	16/08/2019
SETOPAR - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANÁ EIRELI CNPJ: 03.637.701/0001-24	PRE 9153/2018 marcador 538	DOU 85 de 07/05/21 pág 127	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses.	 28/04/2021
SHOW Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ: 09.388.567/0001-51	PRE 7635/2017	 DOU 222 de 21/11/17 pág 143	Impedimento de licitar e contratar com a União.	21/11/2017
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME CNPJ: 04.989.294/0001-87	PR 5219/2019 marcador 82	 DOU 246 de 20/12/19 pág 233	Multa compensatória de 1% do valor da NF 67631, no valor de 35,00(trinta e cinco reais).	03/10/2019
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME CNPJ: 04.989.294/0001-87	CD- 7976/2019 marcador 60	 DOU 21 de 30/01/20 pág 142	Multa compensatória de 1% sobre o valor da nota fiscal 68065.	17/12/2019
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME CNPJ: 04.989.294/0001-87	PR- 5219/2019 marcador 132	 DOU 29 de 1/02/20 pág 104	Multa compensatória de 1% sobre o valor das notas fiscais 67927 e 68412.	10/01/2020



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
Soares & Ribeiro Comércio e Serviços de Artigos de Costura, Vestuário e Magazine Ltda. ME CNPJ: 07.886.557/0001- 10	PRE 7796/2011	 DOU 62 de 29/03/12 pág 147	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	29/03/2012
Soluções Comércio de Serviços de Áudio, Vídeo e Informática Ltda. ME. CNPJ: 08.866.533/0001- 62	PRE 2582/2013	N/A	Advertência e multa moratória.	11/10/2013
SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A CNPJ: 09.461.647/0001- 95	PRE 8807/2019 marcador 93	 DOU 6 de 9/01/20 pág 132	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 6(seis) meses.	18/12/2019
Spaceair Comércio e Instalação de Ar Condicionados Ltda. CNPJ: 12.215.492/0001- 11	PRE 7752/2012	 DOU 239 de 10/12/13 pág 141	Impedimento de contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses.	10/12/2013 
STAMP Carimbos Ltda. ME. CNPJ: 02.752.587/0001- 10	CD 1644/2017	 DOU 130 de 10/07/17 pág 152	Multa moratória.	30/06/2017
Star do Brasil Informática Ltda. CNPJ: 72.643.943/0001- 43	PRE 12987/2010	 DOU 173 de 08/09/11 pág 179	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	08/09/2011
Style Serviços Especializados Ltda. CNPJ: 08.294.692/0001- 30	PR 008/2008 PR 017/2008 PR 045/2009	 DOU 49 de 10/03/11 pág 99	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração.	14/03/2011
SUL VENDAS COMERCIAL LTDA - ME CNPJ:28.930.516/0001- 54	RP 12224/2018	 DOU 92 de 15/05/19 pág 166	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1(um) ano.	15/05/2019
SUPRA SERVICES COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI CNPJ: 15.285.249/0001- 68	PRE 7451/2021 Proad 1513/2022 Marcador 14	DOU 47 de 10/03/22 pág 178	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses.	10/03/2022
Suprimóveis Ltda. - EPP CNPJ: 04.563.256/0001- 68	PR 3940/2010	 DOU 54 de 21/03/11 pág 132	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	21/03/2011 



PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT:
<https://portal.tjrr.jus.br/licitacoes-e-contratos/sanacoes-administrativas.html>

FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
SUPRIPRIME SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI CNPJ: 43.299.151/0001-03	Proad 5111/2022 PRE 10970/2021	DOU 140 de 26/07/22 pág 152	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses.	26/07/2022
SUPRITECH EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DISTRIBUIDORA EIRELI CNPJ: 25.023.183/0001-91	PRE 8189/2018-A marcador 206	? DOU 213 de 04/11/19 pág 147	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 3(três) meses.	25/10/2019
Suricato Shop Express Ltda. ME. CNPJ: 05.308.156/0001-58	PRE 4184/2011	? DOU 237 de 12/12/11 pág 168	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	12/12/2011
T. K. Becker - Móveis e Projetos CNPJ: 09.149.987/0001-85	CD 14043/2010	? DOU 89 de 11/05/11 pág 142	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.	11/05/2011 
Tafe Construções Civas Ltda. ME. CNPJ: 04.253.189/0001-85	PRE 889/2011	? DOU 140 de 20/07/12 pág 135	Impedimento de licitar e contratar com a União.	20/07/2012
TM SOLUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI CNPJ: 27.390.044/0001-21	Proad 11507/2021 PRE 8208/2021 marcador 17	DOU 73 de 18/04/22 pág 130	Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3(três) meses.	18/04/2022
Toniazzi Engenharia Ltda - ME CNPJ: 22.027.553/0001-70	PRE 7299/2017	N/A	Multa moratória.	14/05/2018
Toposolo Engenharia e Topografia S/S CNPJ: 80.994.908/0001-05	PR 11678/2013	? DOU 178 de 15/09/17 pág 135	Multa Compensatória.	15/09/2017
Toposolo Engenharia e Topografia S/S CNPJ: 80.994.908/0001-05	PR 7021/2010	? DOU 240 de 16/12/15 pág 169	Multa Compensatória.	02/12/2015
Total Distribuidora Atacadista Ltda. EPP CNPJ: 10.986.234/0001-03	PRE 688/2015	N/A	Multa Moratória.	28/08/2015 

PROAD n. 9472/2025 DOC 51. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.RKVG.SGRT: <https://proad.trt12.jus.br/licitacoes-e-contratos/sancoes-administrativas.html>



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
TP PRODUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ: 14.061.845/0001-00	Proad 349/2023 PRE 6564/2022	DOU 47 de 09/03/23 pág. 137	Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6(seis) meses.	20/03/2023
TP PRODUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ: 14.061.845/0001-00	Proad 349/2023 PRE 6564/2022	DOU 47 de 09/03/23 pág. 137	Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato.	09/03/2023
UNA MARKETING DE EVENTOS EIRELI CNPJ: 05.969.672/0001-23	PRE 5460/2019 marcador 246	DOU 95 de 21/05/21 pág 131	Multa compensatória de 1% sobre o valor da Nota Fiscal nº 5252.	12/05/2021
UNA MARKETING DE EVENTOS EIRELI CNPJ: 05.969.672/0001-23	PRE 5460/2019 marcador 223	DOU 75 de 23/04/21 pág. 153	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5211 e 5231.	13/04/2021 
UNA MARKETING DE EVENTOS EIRELI CNPJ: 05.969.672/0001-23	PRE 5460/2019 marcador 178	DOU 28 de 10/02/21 pág 108	Multa compensatória de 1% sobre o valor das Notas Fiscais nºs 5130, 5166 e 5169.	25/01/2021
Vantuta Prestação de Serviços Ltda. EPP CNPJ: 07.452.760/0001-89	PRE 9084/2016	N/A	Multa Moratória.	07/08/2017
Vertical Prestadora de Serviços LTDA. - EPP CNPJ: 19107910/0001-04	PRE 9663/2015	N/A	Advertência e multa moratória nos termos do doc. 493 do proad 9663/2015.	08/02/2021
Vip Sul Construções e Serviços Ltda. ME CNPJ: 13.682.207/0001-35	PRE 2644/2015	 DOU 8 de 3/01/16 pág 141	Advertência e Multa Compensatória.	12/01/2016
Vital Comércio de Atacado de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. ME CNPJ: 06.993.347/0001-69	PR 10993/2010-A	 DOU 164 5/08/11 pág 165	Impedimento de Licitar e Contratar com a União.	25/08/2011



FORNECEDOR	PROCESSO	PUBLICAÇÃO	SANÇÃO	INÍCIO
VTC Soluções em Turismo Eireli - EPP CNPJ: 95.870.069/0001-82	PRE 12346/2013	 DOU 201 de 19/10/17 pág 168	Multa e impedimento de licitar e contratar com a União	19/10/2017
WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI CNPJ: 09.159.503/0001-89	PRE 1278/2019	 DOU 121 de 26/06/19 pág 130	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1(um) mês.	26/06/2019
WILLIAN MOURA DA SILVA CNPJ: 50.298.131/0001-75	PRE 5551/2023 Proad 11754/2023	DOU 218 de 17/11/2023 pág 236	impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo período de 3(três) meses.	28/11/2023
Zailton Souza ME CNPJ: 15.116.180/0001-49	PR 10452/2013	 DOU 208 de 28/10/16 pág 107	Multa compensatória.	25/10/2016
Zoom Tecnologia Ltda. CNPJ: 06.105.781/0001-65	PRE 11862/2015	N/A	Multa Moratória.	27/07 



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Rua Esteves Júnior, 395, Centro - Florianópolis/SC
CEP 88015-905
CNPJ 02.482.005/0001-23

Horário de Funcionamento:
De segunda a sexta-feira das 12 às 18 horas

Telefone: (48) 3216-4000

Links Rápidos

- ▶ Institucional
- ▶ Serviços
- ▶ Notícias
- ▶ Jurisprudência
- ▶ Transparência
- ▶ Legislação
- ▶ Ouvidoria
- ▶ Contato



Área Restrita





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 53.652.870/0001-01
Razão Social: LICENTECH GLOBAL TECHNOLOGIES LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar - Lei 14.133/2021, art. 156, inc. IV

UASG Sancionadora: 80013 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A.REGIAO
Âmbito da Sanção: Todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública
Prazo: Determinado Impeditiva: Sim
Prazo Inicial: 22/01/2026 Prazo Final: 21/01/2029
Data Aplicação: 22/01/2026
Número do Processo: 9472/2025 Número do Contrato: CD-6059/2025
Descrição/Justificativa: Utilização de documentação falsa na disputa da contratação direta (documento 7 - certificado e empresa autorizada) e o cometimento de fraude na execução do contrato (fornecimento de versão não original de software apresentação de declaração falsa de ativação de licenças)



Banco de Sanções (../Principal.aspx)

Governo Federal

Versão 7.1.14
Olá, ERASMO DUQUE VALLE
quinta-feira, 22/01/2026
Ambiente Oficial - SAIR ✖ (../Login/Logout.aspx)

Início (../Principal.aspx) Cadastrar Sanção (../Sancao/DetailharSancao.aspx) Gerenciar Sanção (../Sancao/ConsultarSancao.aspx) Gerenciar Acordo (../AcordoLeniencia/ConsultarAcordoLeniencia.aspx) Exportação de Dados (../Sancao/ExportarSancoes.aspx) Importar Planilha (../Sancao/Importacao/ImportarPlanilhaSancao.aspx)

Alterar Sanção ⓘ

Dados do Usuário da Última Alteração

Nome: ERASMO DUQUE VALLE
CPF: 099.496.327-06

Pessoa Sancionada

Tipo de Pessoa: ☐ Física ☒ Jurídica ☐ Empresa Estrangeira sem CNPJ
CPF/CNPJ/Num.Registro do Sancionado: 53.652.870/000
Nome/Razão Social: LICENTECH GLOBAL TECHNOLOGIES LTDA

Sanção

Tipo de Decisão:	Administrativa	Nº Processo:	9472/2025	Nº Contrato:	6049/2025
Fundamento Legal:	Lei 14133/2021 art. 156, IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contr ...				
Categoria da Sanção:	<-- Selecione -->				
Cadastros / Classificadores:	CEIS				
Início da Sanção:	22/01/2026				
Data Fim Efeitos Jurídicos:	21/01/2029			Data Trânsito Julgado:	
Meio de Publicação:	<-- Selecione -->			Data Publicação Sanção:	04/12/2025
Seção:				Página:	
Link da Publicação:					
Tipo do Documento:	Despacho	Nº Documento:	41		
Abrangência da Sanção:	Todas as Esferas em todos os Poderes				
Transparência:	Se sanção ativa, será compartilhada com a sociedade. Sempre será cor				
Observações:					

Órgão Sancionador

Órgão Sancionador: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
Poder: Judiciário Esfera: Federal
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Tipo de Órgão: TRT

Fonte da sanção (Cadastrador da Sanção)

Usuário: ERASMO DUQUE VALLE CPF: 09949632706
Nome do Cadastrador: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A REGIAO CNPJ: 02.482.005/0001-2
Poder: Judiciário
Esfera: Federal

Sistema de Origem



PROAD n. 9472/2025 - Documento de Sanção. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.NDFG.KHWD: <https://banco.sancoes.cgu.gov.br/Sancao/DetailharSancao.aspx?idSancao=wb14M6U7EkE%3d>

Situação

Situação: Ativa

Anexos

Anexo: Selecionar Arquivo

Descrição do Arquivo: Adicionar

Data de Inclusão	Descrição do Anexo	Anexo	Cancelado	Justificativa Cancelamento	Ações
22/01/2026 13:56	Decisão da Presidência	041 - DESPACHO - Decisão da Presidência (1).pdf	Não		Cancelar

Compartilhamento da gestão desta sanção

Adicionar Fonte de Sanção

Histórico de Ações

Data Registro	Ação	Situação	Justificativa da situação	Producefeitos jurídicos	Fonte de Sanção	Usuário	Log
22/01/2026 13:56	Cadastro	Ativa		Sim	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)	ERASMO DUQUE VALLE	

Salvar



Proad 9472/2025 - Procedimento para apuração de responsabilidade pelo cometimento de infração na execução do contrato objeto do PROAD-6059/2025.

Senhor Diretor da SECAD:

Tendo sido cumprida a decisão da Presidência sob marcador 41, referente a publicação e publicidade da penalidade, à consideração de V.S.

Em 22-01-2026.



**FERNANDO
SCHLICKMANN OLIVEIRA
SOUZA**

Assinado digitalmente em 22/01/2026 17:20

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA

Coordenador de Licitações e Contratos

